



Anais da Assembléia

Nº 76

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

BÁSILIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo

PFL

PDT

PTB

PSDB

PT

PL

PP

Deputado **RENATO GUIMARÃES ADUR**

Deputado **NELSON GARCIA**

Deputado **PAULO MAIA DE OLIVEIRA**

Deputado **ERONDY SILVÉRIO**

Deputado **HEINZ GEORG HERWIG**

Deputado **OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO**

Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**

Deputado **NILTON ROBERTO BARBOSA**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Al-

meida César - Cleiton Kieise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Tofi Colaço Vaz - José Afonso

Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides

Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Taka-

yama; **PP - 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva

Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio

Genari; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões;

Suplentes: Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT - 07:** Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles-

Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni;

Suplentes: Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB - 03:** Alceu Antônio Swa-

rowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB -**

12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca

Lourenço-Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão -

Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emami

Pudell - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino

Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 59.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoini (50). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Cezar Silvestri, Neivo Beraldin e Nilton Barbosa (03). Achando-se em licença o Sr. Deputado Heinz Herwig

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requero verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. DOMINGOS CARVALHO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º

Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Trinta Srs. Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 047/94

Curitiba, 06 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 10.700.000.000,00 (dez bilhões e setecentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com pagamento de acordos trabalhistas no exercício de 1994 e serviços de dragagem do Canal da Galheta.

Esclareço, também, que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes da previsão de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, conforme Parecer nº C.3/010-94, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 10.700.000.000,00 (dez bilhões e setecentos milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA.

Art. 3º - Em decorrência do contido

nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II, desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		ANEXO I		FL. 01		CRS 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IFROCI	ICOP I
4400	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
4492	IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE IPARANAGUA E ANTONINA - APPA	I	I I I		I	I	I
2728	IGERENCIAMENTO DAS OPERACOES IPORTUARIAS	I	I I I		I	I	I
		I 3132.15	I 71 I I I	1.200.000	I 3974	I	I
		I 3191.00	I 71 I I I	9.500.000	I 3974	I	I
TOTAL				10.700.000			

SUPLEMENTACAO DA RECEITA		ANEXO II		FL. 02		CRS 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	I	VALOR	IFROCI		
	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS	I	I		I	I	I
	IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE IPARANAGUA E ANTONINA - APPA	I	I		I	I	I
1990.10.71	IEXCESSO DE ARRECADACAO - DIRETAMENTE IARRECADADOS	I 71	I I	10.700.000	I 3974	I	I
TOTAL				10.700.000			

Curitiba, 06 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.889.359.000,00 (três bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e nove mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com obras para funcionamento de Centros Regionais e Postos de Serviços de Trânsito e para a aquisição de equipamentos e material permanente para a Polícia Militar do Paraná.

Esclareço, também, que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 3.889.359.000,00 (três bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e nove mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II, desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I		FL. 01 CRS 1.000,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN DO I
I		DA I	IFT I		IPROC I
I		IDESPESA I	IRI		ICOP I
3200	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I I I		I
	IPUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
3268	IDEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN	I	I I I		I
2633	IGERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E	I	I I I		I
	IOPERACIONAL DO DETRAN	I	4110.00I71IL I	3.000.000	I2184
	I	I	4121.00I71IL I	889.359	I2184
		T O T A L I		3.889.359 I	

SUPLEMENTACAO DA RECEITA ANEXO		A N E X O I I		FL. 02 CRS 1.000,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	I	FT I	VALOR	IPROC
I					
	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I		I
	IPUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS	I	I		I
	I	I	I		I
	IDEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN	I	I		I
1990.10.71	IEXCESSO DE ARRECADACAO - DIRETAMENTE	I	71 I	3.889.359 I	I2184
	IARRECADADOS	I	I		I
		T O T A L I		3.889.359 I	

Curitiba, 06 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o disposto no art. 53, inciso IX, combinado com o art. 66, inciso II, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar alínea "e", ao § 2º, do art. 144, da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná).

O anteprojeto de lei em referência consulta aos interesses da Administração, por apresentar medida assegurando ao policial militar, que tenha sido afastado do exercício de suas funções, em decorrência de licença por ferimento em serviço ou doença profissional, o direito à contagem do tempo correspondente ao afastamento, para efeito da licença especial prevista no mencionado art. 144, da Lei nº 1.943. Cabe esclarecer que tal benefício é concedido aos policiais civis e aos demais funcionários públicos civis do Estado, conforme disposições do art. 173, inciso VII, da Lei Complementar nº 14, de 26/05/82 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), que não considera, como fator impeditivo ao direito à licença especial, aquela decorrente de acidente em serviço ou moléstia profissional. O mesmo tratamento é dado aos demais servidores civis do Estado, pelo art. 249, inciso VIII, da Lei nº 6.174/70 (Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná). Portanto, a proposta ora formulada reveste-se de alto sentido de justiça, porque virá suprir omissão na citada Lei nº 1.943/54, estendendo aos policiais militares, em razão da natureza de suas funções e dos constantes riscos a que estão sujeitos, os mesmos direitos concedidos à Polícia Civil e às demais categorias funcionais do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica acrescido ao art. 144, § 2º, da Lei nº 1.943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), a alínea "e", com a seguinte redação:

- "Art. 144 -
§ 1º -
§ 2º -
a)
b)
c)"

d)

e) Licença por ferimento em serviço ou doença profissional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 050/94

Curitiba, 06 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o disposto no art. 53, inciso IX, combinado com o art. 66, inciso II, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, objetivando alterar dispositivo da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado.

A proposição ora formulada justifica-se por ter sido considerada oportuna e necessária, em razão da exposição de motivos a mim apresentada pelo Secretário de Estado da Fazenda, através do Ofício nº 168/94, de 30 de maio de 1994, com o seguinte teor:

"O provimento dos cargos em comissão da estrutura da CRE é privativo do Agente Fiscal - AF-1, nos termos do art. 10 § 1º da Lei nº 7.051/78.

Ocorre, contudo, que já está difícil prover estes cargos com a cada vez mais escassa disponibilidade de AF-1, o que ficará ainda mais agravado com as aposentadorias previsíveis para os próximos meses.

Por outro lado, com a promulgação da Lei 10.682/93 que fixou as diretrizes para o plano de carreira de classe, os atuais AF-2 levarão 6 (seis) anos para alcançar a promoção a AF-1."...

... "Relativamente ao artigo 2º do anteprojeto, justifica-se porque o art. 95 da Lei 7051/78 que ora se propõe revogar, estabelece um limitador salarial à categoria dos Agentes Fiscais, o que deixou de ter sentido a partir do momento em que existe um limitador constitucional estabelecendo que nenhum funcionário público pode receber remuneração maior do que a atribuída aos Secretários de Estado.

Na nova redação do art. 9º, dada pela Lei 10.682/93 não há mais a fixação de vagas por classe mas apenas por série de classes, o que deixa sem aplicação o parágrafo único do art. 43.

O vencimento do Diretor da CRE, já por diversas vezes alterado, está hoje fixado pela Lei 10.730 de 24 de março de 1994, convertido em URV, absolutamente inócuo, assim, o parágrafo único do art. 124.

As funções gratificadas que vagaram ou que vieram a vagar, não deverão ser extintas mas sim, transformadas em novos cargos

do interesse da administração, por isso deve ser revogado o parágrafo único do art. 125."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Durante o prazo de 06 (seis) anos da publicação desta lei, o cargo de Provimento em Comissão de Auxiliar Técnico categoria "D" poderá ser ocupado por funcionário integrante da série de classes de Agente Fiscal 2.

Art. 2º - Ficam revogados o artigo 95 e os parágrafos únicos dos artigos 43, 124 e 125 da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 051/94

Curitiba, 06.06.94

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do art. 10 da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, os imóveis de propriedade do Estado, localizados em Piraquara e designados por área do poço 1, com 160,00 m²; área do poço 3, com 100,00 m²; área do poço 4, com 600,00 m²; área do poço 5, com 600,30 m² e área do poço 6, com 703,80 m², constituindo-se em objeto das Transcrições nºs 5.446, do Livro 3-D, da 9ª Circunscrição de Registro de Imóveis e 29.828, do Livro 3-AD, da 6ª Circunscrição de Registro de Imóveis, ambas da Comarca de Curitiba.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que objetiva implementar as ações que vêm sendo desenvolvidas por aquela Companhia, com vistas a promover melhorias no sistema de abastecimento de água na Região Metropolitana de Curitiba, sendo que as áreas em referência destinam-se especificamente à abertura de poços.

Vale ressaltar, ainda, que o anteprojeto de lei em questão contém disposições

no sentido de que os imóveis serão utilizados exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de automático cancelamento da cessão, que terá duração até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica autorizado o Poder Executivo a ceder à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, os imóveis abaixo relacionados:

- Área 1 - Designada por Poço 1, com área de 160,00 m², com as seguintes medidas e confrontações:
 - Da Estação O.P.P. Azimute 310° 30'00'', mediu-se 10,00 m até a Estação 1, pelo A.P. da Rua Ivone Pimentel;
 - Da Estação 1, Azimute 40° 30'00'', mediu-se 16,00 m até a Estação 2, confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
 - Da Estação 2, Azimute 130° 30'00'', mediu-se 10,00 m até a Estação 3, confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
 - Da Estação 3, Azimute 220° 30'00'', mediu-se 16,00 m até a Estação O.P.P., confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
- Área 2 - Designada por Poço 3, com área de 100,00 m², com as seguintes medidas e confrontações:
 - Da Estação O.P.P. Azimute 309° 30'00'', mediu-se 10,00 m até a Estação 1, pelo A.P. da Rua Ivone Pimentel;
 - Da Estação 1, Azimute 39° 30'00'', mediu-se 10,00 m até a Estação 2, confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
 - Da Estação 2, Azimute 129° 30'00'', mediu-se 10,00 m até a Estação 3, confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
 - Da Estação 3, Azimute 219° 30'00'', mediu-se 10,00 m até a Estação O.P.P., confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
- Área 3 - Designada por Poço 4, com área de 600,00 m², com as seguintes medidas e confrontações:
 - Da Estação O.P.P. Azimute 39° 30'00'', mediu-se 20,00 m até a Estação 1, confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
 - Da Estação 1, Azimute 129° 30'00'', me-

- diu-se 30,00 m até a Estação 2, confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
- Da Estação 2, Azimute 219° 30'00'', mediu-se 20,00 m até a Estação 3, confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
- Da Estação 3, Azimute 309° 30'00'', mediu-se 30,00 m até a Estação O.P.P., pelo A.P. da Rua Ivone Pimentel;
- Área 4 - Designada por Poço 5, com área de 600,30 m², com as seguintes medidas e confrontações:
- Da Estação O.P.P. Azimute 309° 30'00'', mediu-se 13,80 m até a Estação 1, pelo A.P. da Rua Ivone Pimentel;
- Da Estação 1, Azimute 39° 30'00'', mediu-se 43,50 m até a Estação 2, confrontando-se com o lote 344;
- Da Estação 2, Azimute 129° 30'00'', mediu-se 13,80 m até a Estação 3, confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
- Da Estação 3, Azimute 219° 30'00'', mediu-se 43,50 m até a Estação O.P.P., confrontando-se com o lote 342;
- Área 5 - Designada por Poço 6, com área de 703,80 m², com as seguintes medidas e confrontações:
- Da Estação O.P.P. Azimute 309° 30'00'', mediu-se 13,80 m até a Estação 1, pelo A.P. da Rua Ivone Pimentel;
- Da Estação 1, Azimute 39° 30'00'', mediu-se 51,00 m até a Estação 2, confrontando-se com o lote 335;
- Da Estação 2, Azimute 129° 30'00'', mediu-se 13,80 m até a Estação 3, confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná;
- Da Estação 3, Azimute 219° 30'00'', mediu-se 51,00 m até a Estação O.P.P., confrontando-se com área remanescente do Estado do Paraná.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o art. 1º, desta lei, serão utilizados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para abertura de poços, tendo esta cessão a duração até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizadas para outras finalidades, nem transferidas a terceiros, sob pena de tornar-se, esta cessão, automaticamente sem efeito, ficando ainda, aquela Companhia responsável pela guarda, proteção e conservação dos bens cedidos, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 02/94

Curitiba, 06 de junho de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 65 e 118, da Constituição Estadual e para fins de apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Substitutivo ao Anteprojeto de Lei Complementar, acompanhado de Exposição de Motivos, que versa sobre o Ministério Público do Estado do Paraná.

Cingindo-me ao exposto, renovo-lhe minhas expressões de distinguida consideração.

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO
Procurador-Geral de Justiça

Exposição de Motivos

Através da Mensagem nº 01/94, de 28 de março do fluente ano, foi encaminhado pelo então Procurador-Geral de Justiça a essa augusta Casa de Leis Anteprojeto de Lei Complementar versando sobre o Ministério Público do Estado do Paraná.

Apesar do quanto dispõe o artigo 12, inciso II da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, não foi o Colégio de Procuradores formalmente instado a pronunciar-se sobre o texto em questão. Precisamente por isso, foi ele submetido à análise daquele órgão colegiado, da qual resultaram as alterações que integram o presente Substitutivo.

Foram, então, imprimidas modificações nos artigos 2º, 4º, 5º, § 1º e inciso II; 8º 9º, 10, "caput" e parágrafo acrescentado; 17, inciso IV; 19, incisos VI, XXVI, XXVIII e XLI; 20 "caput"; 23, e inciso IV; 27 "caput", parágrafo acrescentado, e § 5º; 28, §§ 1º e 5º; 30 "caput" e alínea "a"; 34; 40, inciso III; 42, § 2º; 50 "caput"; 60, § 1º; 72 "caput"; 77, § 1º, inciso I e § 2º; 78, inciso VI; 123; 209; 210, alínea "d" e 211.

Importa sublinhar ter-se levado em linha de conta, a todo o tempo, o postulado primeiro de manter intacta a essência da Mensagem original, cuja Exposição de Motivos passa a fazer parte desta e à qual, por brevidade, reporto-me.

Por fim, é de reiterar a convicção no sentido de que este Substitutivo, se adotado e transformado em lei, consubstanciar-se-á no instrumento hábil a possibilitar restem efetivamente materializados os mandamentos constitucionais que conferem ao Ministério Público a defesa do regime democrático e da ordem jurídica.

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Dispõe sobre a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

Título I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I - Da definição dos princípios e das funções institucionais.

Capítulo II - Da organização do Ministério Público.

Seção I - Dos órgãos de administração.

Seção II - Dos órgãos de execução.....

Seção III - Dos órgãos auxiliares.....

Capítulo III - Dos órgãos de Administração

Seção I - Da Procuradoria-Geral de Justiça.....

Seção II - Do Colégio de Procuradores de Justiça.....

Seção III - Do Conselho Superior do Ministério Público.....

Seção IV - Da Corregedoria-Geral do Ministério Público.....

Seção V - Das Procuradorias de Justiça

Seção VI - Das Promotorias de Justiça...

Capítulo IV - Das funções dos órgãos de Execução do Ministério Público

Seção I - Das funções gerais.....

Seção II - Do Procurador-Geral de Justiça.....

Seção III - Do Conselho Superior do Ministério Público.....

Seção IV - Dos Procuradores de Justiça.

Seção V - Dos Promotores de Justiça...

Capítulo V - Dos órgãos auxiliares

Seção I - Da Secretaria da Procuradoria-Geral.....

Seção II - Da coordenação de recursos

Seção III - Dos centros de apoio operacional.....

Seção IV - Do centro de estudos e aperfeiçoamento funcional.....

Seção V - Da comissão de concurso.....

Seção VI - Dos órgãos de apoio administrativo.....

Seção VII - Dos estagiários.....

Título II

DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS ESPECIAIS

Capítulo I - Da carreira

Seção I - Do provimento.....

Seção II - Do concurso.....

Seção III - Do curso de preparação.....

Seção IV - Da posse e do exercício.....

Seção V - Do estágio probatório e do vitaliciamento.....

Seção VI - Das promoções.....

Seção VII - Das remoções.....

Seção VIII - Da substituição por convocação.....

Seção IX - Dos afastamentos.....

Seção X - Da reintegração.....

Seção XI - Da reversão.....

Seção XII - Do aproveitamento.....

Seção XIII - Da readmissão.....

Curitiba, terça, em 14.06.94

Capítulo II - Dos Direitos

Seção I - Da disponibilidade.....

Seção II - Das férias.....

Seção III - Das licenças.....

Seção IV - Dos vencimentos, vantagens e direitos.....

Seção V - Da aposentadoria e da pensão.

Capítulo III - Das garantias e prerrogativas

Capítulo IV - Da disciplina

Seção I - Dos deveres e vedações.....

Seção II - Dos impedimentos e suspeições.....

Seção III - Da inspeção e das correções

Seção IV - Das sanções.....

Seção V - Da prescrição.....

Seção VI - Da sindicância.....

Seção VII - Do processo administrativo..

Seção VIII - Dos recursos.....

Seção IX - Da revisão do processo administrativo.....

Seção X - Da reabilitação.....

Título III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I

DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS

E DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

Art. 1º - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo Único - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º - Além da função previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Nacional e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

I - propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual;

II - promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios;

III - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei;

a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

b) para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade pública do Estado e do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem;

V - manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais;

VI - exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiências;

VII - deliberar sobre a participação em organismos estatais de defesa do meio ambiente, neste compreendido o do trabalho, do consumidor, de política penal e penitenciária e outros afetos à sua área de atuação;

VIII - ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas;

IX - interpor recursos, inclusive ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

Art. 3º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe especialmente:

I - praticar atos próprios de gestão;

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional, administrativa e financeira do pessoal ativo e inativo, dos quadros próprios da carreira e dos serviços auxiliares;

III - organizar secretarias e serviços auxiliares dos órgãos de administração e execução;

IV - exercer o controle administrativo e financeiro das folhas de pagamentos, da elaboração à quitação, bem como expedir os respectivos demonstrativos;

V - prover cargos, conceder direitos e vantagens, praticar atos de vacâncias e de movimentação de pessoal nos quadros de carreira e dos serviços auxiliares;

VI - exercer a iniciativa de leis de criação, transformação e extinção de seus cargos, de fixação e reajuste dos vencimentos dos seus membros e vantagens correspondentes;

VII - exercer a iniciativa de leis

de criação, transformação e extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, e de fixação e reajuste dos respectivos vencimentos e vantagens;

VIII - compor os seus órgãos de administração e de execução;

IX - criar e adotar metas, planos, programas, fundos, sistemas e prioridades compatíveis com suas funções, autonomia e finalidade;

X - alocar e destinar recursos de diversas fontes;

XI - elaborar sua proposta orçamentária, dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias;

XII - elaborar e aprovar seus regimentos internos;

XIII - dispor sobre a competência dos seus órgãos e atribuições de seus agentes;

XIV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;

XV - exercer outras funções e competências inerentes à sua autonomia e finalidades.

§ 1º - As decisões fundadas na autonomia administrativa, financeira e funcional do Ministério Público, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.

§ 2º - Os órgãos do Ministério Público têm asseguradas instalações privativas e independentes nos edifícios das sedes administrativas ou nos Fóruns, em igualdade de condições com as destinadas aos Magistrados, salvo peculiaridades inerentes às atividades ministeriais.

Art. 4º - O Ministério Público elaborará a sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá ao Poder Legislativo.

§ 1º - Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de defesa.

§ 2º - Os recursos próprios, não originários do Tesouro, serão recolhidos diretamente e utilizados em programas vinculados às finalidades do Ministério Público, vedada outra destinação.

§ 3º - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, nos termos do artigo 75, inciso II,

da Constituição do Estado e pelo controle interno estabelecido nesta Lei.

§ 4º - A não observância do disposto na parte final do "caput" deste artigo, configura ato atentatório ao livre exercício do Ministério Público, para todos os fins.

Art. 5º - A proposta orçamentária do Ministério Público contemplará:

I - as despesas de custeio administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;

II - as despesas de capital, respeitados os limites de disponibilidade de recursos;

III - dotações para atender despesas com a criação de cargos e funções decorrentes, estritamente, de programas e ações derivadas diretamente de suas atribuições;

IV - dotação para atender despesas com atividade de correição;

V - diretrizes, objetivos, metas, planos, programas, sistemas, quadros e prioridades do exercício financeiro correspondente ou de duração continuada.

Capítulo II

DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Seção I

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º - São órgãos do Ministério Público:

- I - Da Administração Superior:
 - a) a Procuradoria-Geral de Justiça;
 - b) o Colégio de Procuradores de Justiça;
 - c) o Conselho Superior do Ministério Público;
 - d) a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

II - De Administração:

- a) as Procuradorias de Justiça;
- b) as Promotorias de Justiça.

Seção II

DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 7º - São órgãos de execução do Ministério Público:

- I - o Procurador-Geral de Justiça;
- II - o Conselho Superior do Ministério Público;
- III - os Procuradores de Justiça;
- IV - os Promotores de Justiça.

Seção III

DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 8º - São órgãos auxiliares do Ministério Público:

- I - a Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça;

- II - a Coordenadoria de Recursos;
- III - os Centros de Apoio Operacional;
- IV - o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;
- V - a Comissão de Concurso;
- VI - os Órgãos de Apoio Administrativo;
- VII - os Estagiários.

Capítulo III

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Seção I

DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 9º - O Procurador-Geral de Justiça exerce a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente.

Art. 10 - O Procurador-Geral de Justiça será escolhido pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira, indicados em lista tríplice, elaborada na forma desta lei, por todos os seus membros, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo processo.

§ 1º - A nomeação será precedida de aprovação pela Assembleia Legislativa.

§ 2º - Concorrerão à formação da lista tríplice os Procuradores de Justiça que, estando em atividade, voluntária e previamente se inscreverem como candidatos.

§ 3º - Para concorrer, o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público, o Sub-Corregedor e o Adjunto, os integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, o Chefe de Gabinete e o Diretor-Secretário da Procuradoria-Geral de Justiça, os Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional e da Coordenadoria de Recursos, e o Presidente da Associação de Classe, deverão afastar-se das respectivas funções sessenta dias antes da data fixada para a eleição.

§ 4º - A lista tríplice será constituída mediante eleição de que participem, com voto direto, plurinominal e secreto, os integrantes da carreira do Ministério Público.

§ 5º - A eleição para formação da lista tríplice, regulamentada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, será realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, no décimo quinto dia útil do mês de fevereiro do ano do término do mandato do Procurador-Geral, iniciando-se a votação às nove horas e encerrando-se às dezessete horas.

§ 6º - O Procurador-Geral de Justiça tomará posse e entrará em exercício em sessão pública e solene do Colégio de Procuradores de Justiça, no mesmo dia em que se extinguir o mandato do antecessor.

§ 7º - Os membros do Ministério Públi-

co em exercício nas comarcas do interior votarão por via postal.

§ 8º - Não será admitido o voto por procuração.

Art. 11 - O processo eleitoral de formação da lista tríplice, desde a inscrição dos candidatos até a apuração dos sufrágios e proclamação do resultado de votação, será conduzido por uma comissão de três membros mais antigos do Colégio de Procuradores de Justiça, excluídos os que estiverem concorrendo à eleição, presidida pelo mais antigo no cargo.

Art. 12 - A inscrição dos candidatos deverá ser feita pessoalmente até o décimo quinto dia anterior à data da eleição e a homologação das candidaturas divulgada no dia útil imediato.

Art. 13 - O material eleitoral destinado à votação compreenderá cédulas contendo a relação dos candidatos, por ordem de sorteio, havendo ao lado de cada nome local apropriado para que o eleitor assinalasse os candidatos de sua preferência.

§ 1º - As cédulas serão rubricadas pelo menos por um dos membros que compõem a Comissão Eleitoral.

§ 2º - A Comissão Eleitoral requisitará pessoal e todo o material necessário para o bom andamento das eleições.

Art. 14 - Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral procederá a apuração dos sufrágios, resolverá os incidentes e proclamará o resultado, com a lavratura da Ata circunstanciada, dissolvendo-se após a entrega ou remessa, até o dia útil seguinte, da lista tríplice ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 15 - Serão incluídos na lista tríplice, em ordem decrescente, os três candidatos mais votados. Em caso de empate será incluído, sucessivamente, o candidato mais antigo na carreira, o de maior tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná e o mais idoso.

Art. 16 - O Procurador-Geral de Justiça encaminhará a lista tríplice, até o dia útil seguinte ao que a receber, ao Governador do Estado, que em quinze dias exercerá o seu direito de escolha sobre qualquer dos nomes dela constantes, submetendo-o à aprovação pela Assembleia Legislativa.

§ 1º - Se o Governador não exercer o direito de escolha no prazo previsto no "caput" deste artigo, será automaticamente investido no cargo o mais votado integrante da lista tríplice. Em caso de empate, observar-se-á a regra do artigo 15.

§ 2º - Após a aprovação da Assembleia Legislativa, que se dará no prazo de quinze dias, o Governador efetivará a respectiva nomeação, em cinco dias.

§ 3º - Se a Assembleia Legislativa não se manifestar no prazo do parágrafo anterior, considerar-se-á aprovada a indicação; se desaprovar o nome indicado, será investido automaticamente no cargo o mais votado, e se for este o não aprovado, aquele que se seguir na ordem decrescente de votos.

Art. 17 - É inelegível e não poderá integrar a lista tríplice o membro do Ministério Público:

I - que não se encontre no exercício de suas funções até doze meses antes da data da eleição;

II - que, por falta disciplinar, cometida nos últimos cinco anos, tiver sofrido pena de suspensão;

III - que responda a processo administrativo por falta disciplinar suscetível de acarretar perda do cargo;

IV - que tenha sido condenado ou responda a processo por crime doloso;

V - que, nos últimos cinco anos, tenha sido removido por interesse público.

Art. 18 - O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído do mandato por deliberação da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, mediante iniciativa do Colégio de Procuradores de Justiça, em caso de abuso de poder, grave omissão nos deveres do cargo, prática de ato de incontinência pública ou incompatível com as suas atribuições, assegurada ampla defesa.

§ 1º - A iniciativa do Colégio de Procuradores de Justiça dependerá de proposta da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º - A proposta de destituição será protocolada e encaminhada ao Corregedor-Geral do Ministério Público que, no prazo de quarenta e oito horas, dela cientificará pessoalmente o Procurador-Geral, fazendo-lhe entrega da segunda via da proposta mediante recibo.

§ 3º - No prazo de dez dias o Procurador-Geral poderá oferecer defesa escrita e requerer produção de provas; findo esse prazo, com a defesa ou sem ela, o Corregedor-Geral designará data para a sessão de instrução e deliberação, para um dos dez dias seguintes.

§ 4º - A sessão será presidida pelo Procurador-Geral de Justiça mais antigo no cargo, facultando-se ao Procurador-Geral, concluída a instrução sustentação oral por tinta minutos, deliberando, após, o Colégio de Procuradores sobre a proposta de destituição, em escrutínio secreto, não tendo o presidente direito a voto.

§ 5º - A decisão final, para concluir pela destituição, deverá contar com dois terços dos votos do Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 6º - Acolhida a proposta de destituição, o presidente da sessão, em quarenta e oito horas encaminhará os autos à Assembléia Legislativa, que decidirá em trinta dias; vencido esse prazo sem decisão, o processo será arquivado.

§ 7º - O processo de destituição na Assembléia Legislativa será regulamentado pelo respectivo regimento interno.

Art. 19 - Compete ao Procurador-Geral de Justiça:

I - representar e dirigir o Ministério Público e a Procuradoria-Geral de Justiça;

II - encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público;

III - comparecer, anualmente, à Assembléia Legislativa para relatar as atividades e necessidades do Ministério Público, bem como oferecer sugestões legislativas;

IV - apresentar, até trinta dias após a posse, o Plano Bianual de atividades do Ministério Público e dar publicidade das prioridades institucionais;

V - exercer as atribuições que lhe forem delegadas, nos termos do artigo 87, parágrafo único, da Constituição do Estado;

VI - integrar, como membro nato, presidir e convocar o Colégio de Procuradores de Justiça, o Órgão Especial e o Conselho Superior do Ministério Público;

VII - elaborar e submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de orçamento anual, fixação de vencimentos, criação e extinção de cargos do Ministério Público e serviços auxiliares;

VIII - nomear, no prazo de cinco dias, o Corregedor-Geral do Ministério Público eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça;

IX - delegar a Procurador de Justiça o exercício de suas funções administrativas e, no primeiro grau, a qualquer membro do Ministério Público;

X - praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e à execução orçamentária do Ministério Público;

XI - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, e editar atos de remoção, permuta, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado;

XII - tomar compromisso e dar posse aos membros do Ministério Público;

XIII - editar atos de aposentadoria, demissão, exoneração, disponibilidade e outros que importem em vacância de cargos da carreira e dos serviços auxiliares;

XIV - designar membro do Ministério

Público para:

a) exercer as atribuições de dirigente, coordenador ou integrante de centros de apoio operacional e outros serviços especiais ou órgãos auxiliares;

b) ocupar cargos de confiança junto aos órgãos de Administração Superior do Ministério Público;

c) integrar organismos estatais afetos à sua área de atuação;

d) oferecer denúncia ou propor ação civil pública nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito policial ou civil, bem assim de quaisquer peças de informações;

e) acompanhar inquérito policial, civil ou militar, ou qualquer outra forma de diligência investigatória, requisitando o que julgar conveniente, devendo recair a escolha sobre membro do Ministério Público com atribuição para, em tese, officiar no feito, segundo as regras ordinárias de distribuição de serviço;

f) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo, ou com o consentimento deste;

g) por ato excepcional e fundamentado, exercer as funções processuais afetas a outro membro da Instituição, submetendo sua decisão previamente ao Conselho Superior do Ministério Público;

h) officiar perante a Justiça Eleitoral de primeiro grau;

i) atuar junto à Justiça Federal, nos casos previstos em lei, nas comarcas do interior, se solicitado pelo Procurador-Geral da República ou pelo Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado;

XV - conhecer das suspeições e impedimentos dos Promotores de Justiça;

XVI - distribuir, ouvida a Corregedoria-Geral, os encargos dos membros do Ministério Público nas comarcas com mais de um Promotor de Justiça, tendo em vista o interesse do serviço, ressalvada a hipótese do parágrafo único do artigo 51;

XVII - designar, nas comarcas com mais de uma Promotoria de Justiça, e onde não houver Promotoria específica, membro do Ministério Público ao qual incumbirá a proteção e defesa:

a) dos direitos constitucionais;

b) da criança e do adolescente, e dos portadores de deficiência;

c) do meio ambiente;

d) dos direitos do consumidor, inclusive para os fins do litisconsórcio previsto no artigo 5º, § 5º, da Lei nº 7347, de 24 de julho de 1985, acrescentado pelo artigo 113 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

e) do patrimônio público;

f) dos direitos das vítimas de acidente do trabalho;

g) dos direitos decorrentes da responsabilidade civil "ex-delicto";

h) dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico do Estado.

XVIII - distribuir os serviços de fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem crianças e adolescentes, idosos, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência, supervisionando sua assistência;

XIX - dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva officiar no feito;

XX - expedir instruções, resoluções e atos disciplinando as atividades dos membros do Ministério Público;

XXI - expedir recomendações, sem caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções;

XXII - criar grupos especializados no primeiro e nos segundo grau, e designar seus membros;

XXIII - autorizar membro do Ministério Público a afastar-se do Estado em serviço;

XXIV - determinar a abertura de concurso para o ingresso na carreira do Ministério Público;

XXV - organizar e promover curso oficial de preparação para o Ministério Público, bem como realizar ciclos de estudos objetivando o aperfeiçoamento dos membros da Instituição;

XXVI - designar e dispensar estagiários do Ministério Público;

XXVII - organizar as escalas de férias e de substituição, elaboradas pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça, ouvido, no primeiro caso, o Conselho Superior do Ministério Público;

XXVIII - conceder licenças, férias e autorização para o afastamento de membros do Ministério Público e servidores da sua administração;

XXIX - conceder gratificação adicional, salário-família, diária e demais vantagens pecuniárias aos membros do Ministério Público e servidores da sua administração;

XXX - conceder ajuda de custo, nos termos do art. 148, inciso III, desta Lei;

XXXI - conceder contagem de tempo de serviço, nos termos da lei;

XXXII - fazer publicar, semestralmente, até trinta de janeiro e de agosto, o quadro geral de antiguidade dos membros do Ministério Público;

XXXIII - representar pela instauração de processo disciplinar;

XXXIV - afastar o indiciado, durante o processo disciplinar, do exercício do car-

go, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens;

XXXV - designar Promotor de Justiça para secretariar o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Comissão Eleitoral a que se refere o art. 11 desta Lei, ouvido primeiramente o respectivo órgão;

XXXVI - decidir processo disciplinar contra servidor de sua administração, aplicando as sanções cabíveis;

XXXVII - decidir processo disciplinar contra membro do Ministério Público, aplicando as sanções cabíveis;

XXXVIII - representar sobre falta disciplinar ou incontinência de conduta de autoridade judiciária ou servidor da Justiça;

XXXIX - comunicar ao Procurador Geral da República a ocorrência de crime comum ou de responsabilidade, quando a este couber a iniciativa da ação penal;

XL - elaborar e submeter ao Colégio de Procuradores plano anual de atuação do Ministério Público, contendo as diretrizes, objetivos gerais e metas prioritárias;

XLI - encaminhar ao Presidente do Tribunal de Justiça as listas sêxtuplas a que se refere o art. 95, da Constituição do Estado;

XLII - expedir carteira funcional dos membros do Ministério Público;

XLIII - exercer as demais atribuições compatíveis e necessárias ao desempenho do cargo.

Art. 20 - O Procurador-Geral de Justiça será substituído nos casos de afastamento, impedimento e suspeição, pelo Procurador de Justiça mais antigo no cargo.

Art. 21 - Ocorrendo vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça no último ano do mandato, completa-lo-á o Procurador de Justiça mais antigo no cargo.

Parágrafo Único - Ocorrendo vacância no primeiro ano do mandato, para completá-lo será realizada nova eleição na forma do artigo 10.

Art. 22 - O gabinete do Procurador-Geral de Justiça, cuja composição e funcionamento será definida no Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, terá, pelo menos:

I - quatro Promotores de Justiça da mais elevada entrância, designados para o serviço de pesquisa e assessoramento processual;

II - quatro Promotores de Justiça da mais elevada entrância, designados para o serviço de planejamento, elaboração legislativa e acompanhamento do respectivo processo, e supervisão da elaboração da proposta orçamentária do Ministério Público.

DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Art. 23 - O Colégio de Procuradores compõe-se pelo Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, e por todos os Procuradores de Justiça em exercício, competindo-lhe:

I - opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça, ou de um quarto de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público e outras de interesse institucional;

II - dar posse e exercício ao Procurador-Geral de Justiça, aos membros do Órgão Especial, do Conselho Superior e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

III - propor ao Procurador-Geral de Justiça, por um terço de seus membros, a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações nesta lei e providências relacionadas ao desempenho das funções do Ministério Público;

IV - aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público e projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

V - propor à Assembléia Legislativa a destituição do Procurador-Geral de Justiça, pelo voto de dois terços de seus membros e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, em caso de abuso de poder, grave omissão nos deveres do cargo, ou prática de ato de incontinência pública ou incompatível com as suas atribuições, assegurada ampla defesa;

VI - eleger, em votação secreta e uninominal, o Corregedor-Geral do Ministério Público e os integrantes do Órgão Especial;

VII - destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público, pelo voto de dois terços de seus membros, em caso de abuso de poder grave omissão nos deveres do cargo, ou prática de ato de incontinência pública ou incompatível com as suas atribuições, por representação do Procurador-Geral de Justiça ou da maioria absoluta de seus integrantes, assegurada ampla defesa;

VIII - deliberar sobre as atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

IX - recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público, por iniciativa de um terço de seus membros, a instauração de procedimento disciplinar contra membro do Ministério Público;

X - julgar recurso contra decisão:

a) de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público, em trinta dias;

b) condenatória em procedimento administrativo disciplinar, salvo nos casos de sua competência originária;

c) proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade;

d) de disponibilidade e remoção de membros do Ministério Público, por motivo de interesse público;

e) de recusa prevista no § 2º, do artigo 32 desta lei.

XI - decidir processo administrativo instaurado contra Procurador de Justiça;

XII - decidir, no prazo de trinta dias, sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar;

XIII - deliberar, por iniciativa de um quarto de seus integrantes ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, nos casos previstos nesta Lei;

XIV - supervisionar os serviços institucionais e administrativos;

XV - elaborar seu Regimento Interno e aprovar o da Procuradoria Geral de Justiça;

XVI - desempenhar outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei.

§ 1º - As decisões do Colégio de Procuradores de Justiça serão motivadas e publicadas por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes;

§ 2º - Presidirá o Colégio de Procuradores, nos casos de impedimento e suspeição do Procurador-Geral de Justiça, o Procurador de Justiça mais antigo.

Art. 24 - O regimento interno do Colégio de Procuradores de Justiça disciplinará:

I - o processo de destituição do Corregedor-Geral do Ministério Público;

II - o processo de julgamento dos recursos interpostos por membro do Ministério Público punido com sanção administrativa;

III - o processo de julgamento dos recursos administrativos e de revisão de competência específica;

IV - o processo de eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e dos membros do Conselho Superior do Ministério Público, observadas as formalidades seguintes:

a) publicação das instruções na imprensa oficial e comunicação direta aos Procuradores e, sendo o caso, aos Promotores de Justiça;

b) voto pessoal, direto, secreto e obrigatório;

c) apuração em sessão pública, em seguida ao encerramento da votação;

d) proclamação dos eleitos logo em seguida à apuração;

V - a eleição dos membros e o funcionamento do Órgão Especial.

Art. 25 - O Colégio de Procuradores de Justiça, salvo as exceções previstas nesta

Lei, deliberará pela maioria de seus integrantes, presente a maioria absoluta, cabendo ao presidente também o voto de desempate.

Parágrafo Único - As decisões a que se referem os incisos V e VII, do artigo 23 desta lei, serão tomadas em votação secreta.

Art. 26 - O Colégio de Procuradores de Justiça reunir-se-á por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou por proposta de um terço de seus membros.

§ 1º - a convocação far-se-á pessoalmente e por escrito, com nota de ciência;

§ 2º - É obrigatório o comparecimento dos Procuradores de Justiça às reuniões, das quais se lavrará ata; a ausência não justificada importará na perda da remuneração correspondente ao dia da reunião.

Art. 27 - As atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça serão exercidas por Órgão Especial, integrado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público como membros natos, e por mais trinta membros, metade constituída pelos Procuradores de Justiça mais antigos e a outra metade eleita, em votação secreta, com mandato de um ano, inadmitida a recusa imotivada do encargo.

§ 1º - Os que se seguirem na ordem de votação serão considerados suplentes dos eleitos, substituindo-os em caso de impedimento e sucedendo-os na vaga.

§ 2º - As decisões do Órgão Especial observarão o disposto no § 1º, do artigo 23.

§ 3º - A ausência injustificada a mais de duas reuniões consecutivas ou três alternadas constitui falta funcional e acarretará a exclusão do integrante do Órgão Especial.

§ 4º - Durante as férias ou licenças, é facultado ao membro titular do Órgão Especial nele exercer suas atribuições, mediante prévia comunicação ao Presidente.

§ 5º - O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses previstas no artigo 23, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e XVI, desta Lei, bem assim àquelas em que a lei exija deliberação por todos os membros do Colégio;

§ 6º - É inelegível o Procurador de Justiça que tenha integrado uma vez o Órgão Especial, até que todos os demais venham a ser nele investidos;

§ 7º - É inelegível o Procurador de Justiça integrante do Conselho Superior do Ministério Público, por eleição.

Seção III

DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 28 - O Conselho Superior do Mi-

nistério Público, incumbido de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, bem como velar pelos seus princípios institucionais, é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por mais sete Procuradores de Justiça não afastados da carreira, eleitos anualmente.

§ 1º - Cinco conselheiros serão eleitos pelo voto direto de todos os integrantes da Instituição e dois outros pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 2º - As eleições, regulamentadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, serão realizadas em agosto, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 3º - Em caso de empate será considerado eleito, sucessivamente, o mais antigo no cargo, o mais antigo na carreira ou o mais idoso.

§ 4º - Os que se seguirem, na ordem das respectivas votações, serão considerados suplentes dos eleitos, substituindo-os em caso de impedimento, ou sucedendo-os, no caso de vaga, sendo vedada a reeleição para mandatos sucessivos.

§ 5º - É vedada a reeleição imediata.

Art. 29 - O processo eleitoral será dirigido por comissão composta de dois Procuradores de Justiça, um Promotor de Justiça e presidida pelo Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo Único - Os membros da Comissão Eleitoral serão indicados pelo seu presidente.

Art. 30 - É inelegível o Procurador de Justiça:

a) que renunciar à elegibilidade até 48 (quarenta e oito horas após a publicação das instruções da eleição;

b) que esteja cumprindo sanção disciplinar ou penal;

c) que esteja no exercício de cargo ou função não privativa de membro do Ministério Público.

d) que tenha exercido a função de Corregedor-Geral no ano da eleição.

Art. 31 - O Conselho Superior do Ministério Público deliberará com a presença da maioria absoluta de seus membros e suas decisões serão adotadas por maioria dos presentes, cabendo ao seu Presidente, além do voto singelo, o de qualidade, para desempate.

Parágrafo Único - As decisões do Conselho Superior do Ministério Público serão motivadas e publicadas por extrato, no prazo quinze dias, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou de matéria considerada sigilosa por deliberação da maioria de seus integrantes.

Art. 32 - Ao Conselho Superior do Ministério Público compete:

I - constituir a lista tríplice dos candidatos a remoção ou promoção por merecimento;

II - eleger, na forma desta lei, os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso para ingresso na carreira;

III - indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade;

IV - aprovar os pedidos de remoção, opção, permuta, readmissão, reintegração, reversão e aproveitamento de membros do Ministério Público;

V - deliberar, no prazo máximo de sessenta dias, sobre o vitaliciamento ou não de membro do Ministério Público;

VI - determinar a verificação de incapacidade física, mental ou moral de membro do Ministério Público;

VII - deliberar sobre a promoção de arquivamento de inquérito civil ou peças de informações, nos casos previstos em lei;

VIII - deliberar, por voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, sobre a disponibilidade ou remoção de membros do Ministério Público, fundada em motivo de interesse público, assegurada ampla defesa;

IX - aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas;

X - recomendar a realização de correições extraordinárias, gerais ou parciais, para a verificação de eventuais irregularidades nos serviços das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

XI - sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendação sem caráter vinculativo aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e adoção das medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;

XII - organizar lista para o provimento de cargo inicial da carreira, observada a ordem de classificação;

XIII - elaborar o seu regimento interno e aprovar o da Corregedoria Geral do Ministério Público;

XIV - sugerir ao Procurador-Geral de Justiça o afastamento do exercício do cargo, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens, de membro do Ministério Público indiciado em processo disciplinar;

XV - solicitar informações ao Corregedor-Geral sobre a conduta e atuação funcional dos membros do Ministério Público e sugerir a realização de correições e visitas de inspeção para a verificação de eventuais irregularidades nos seus serviços;

XVI - opinar sobre assuntos de inte-

resse do Ministério Público, quando solicitado seu pronunciamento pelo Procurador Geral de Justiça;

XVII - elaborar, mediante voto unânime, lista sêxtupla de indicação de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira e menos de sessenta e cinco anos de idade, organizada para o efeito da composição dos Tribunais;

XVIII - autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior;

XIX - autorizar o afastamento de Procurador ou Promotor de Justiça para o exercício de cargo ou função não privativa de membro do Ministério Público;

XX - propor ao Procurador-Geral de Justiça a abertura de concurso de ingresso quando o número de vagas atingir a um quinto dos cargos iniciais da carreira;

XXI - indicar ao Procurador Geral de Justiça, Promotores de Justiça para substituição por convocação;

XXII - decidir, com a presença mínima de dois terços de seus membros, sobre a permanência no estágio probatório, de membro do Ministério Público, e sobre o seu vitaliciamento, propondo sua exoneração quando entender que não foram preenchidos os requisitos do estágio.

§ 1º - A remoção e a promoção voluntária por antiguidade e por merecimento, bem como a convocação, dependerão de prévia manifestação escrita do interessado.

§ 2º - Na indicação por antiguidade, o Conselho Superior somente pelo voto de dois terços de seus integrantes poderá recusar, motivadamente, o mais antigo, observado o procedimento previsto no seu Regimento Interno, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação, após o julgamento de eventual recurso interposto pelo interessado.

§ 3º - Das decisões referentes aos incisos IV, VII, VIII, IX, XVIII e XIX caberá recurso ao Órgão Especial, no prazo de quarenta e oito horas da realização da sessão, que será dirigido ao Procurador-Geral de Justiça, com as razões da contrariedade, determinando este o seu processamento, com a juntada no procedimento original, juntamente com o extrato da ata e o resultado, sendo em vinte e quatro horas remetido e distribuído ao Órgão Especial.

Art. 33 - O Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público disporá sobre:

I - reuniões ordinárias periódicas;

II - reunião em caráter extraordinário, por convocação do Procurador-Geral de Justiça;

III - critério de convocação dos suplentes, obedecida a ordem classificatória;

IV - processo de constituição da lista triplíce dos candidatos à remoção e promoção por merecimento;

V - processo de indicação de membros do Ministério Público para os fins contemplados nesta Lei;

VI - processo de vitaliciamento de membro do Ministério Público;

VII - critérios e processo quanto à disponibilidade, aposentadoria e remoção de membro do Ministério Público, fundados em motivo de interesse público;

VIII - critérios e processo de aproveitamento e reversão de membro do Ministério Público;

IX - critérios para alteração e reforma do regimento.

Seção IV
DA CORREGEDORIA-GERAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 34 - A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

Art. 35 - O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito na forma do art. 23, inciso VI, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

Art. 36 - São atribuições do Corregedor Geral do Ministério Público:

I - realizar correições e inspeções, encaminhando o resultado das avaliações aos interessados;

II - realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Órgão Especial;

III - propor ao Conselho Superior do Ministério Público o não vitaliciamento de membro do Ministério Público;

IV - fazer recomendações a órgão de execução, sem caráter vinculativo;

V - instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro da Instituição, presidindo-o e propondo a aplicação das sanções administrativas cabíveis;

VI - encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que, na forma desta lei, incumba a este decidir;

VII - indicar membros do Ministério Público para comissões de processo disciplinar;

VIII - remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desem-

penho de suas respectivas atribuições;

IX - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena do mês de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior;

X - integrar, como membro nato, o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público, com direito a voto, exceto em processo administrativo disciplinar em que tenha atuado, quando será ouvido apenas para prestar informações ou esclarecer pontos do seu relatório;

XI - propor ao Procurador-Geral de Justiça, sempre que entender conveniente ao interesse da Instituição, o afastamento do indiciado em processo disciplinar;

XII - desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça ou atribuídas pelo Conselho Superior do Ministério Público;

XIII - relatar os processos de habilitação do concurso de ingresso na carreira;

XIV - promover o levantamento das necessidades de pessoal e material nos serviços afetos ao Ministério Público, propondo ao Procurador-Geral de Justiça as providências que julgar convenientes;

XV - realizar reuniões nas diversas regiões do Estado para uniformização de normas de serviços;

XVI - manter atualizados os assentamentos da vida funcional dos membros do Ministério Público e dos estagiários;

§ 1º - Dos assentamentos funcionais dos membros do Ministério Público de que trata o inciso XVI, deste artigo, deverão constar obrigatoriamente:

a) a avaliação do exame das peças e cópias dos trabalhos enviados pelo Promotor de Justiça em estágio probatório;

b) as anotações resultantes de apreciações dos Procuradores de Justiça e das referências feitas em julgados dos Tribunais;

c) as observações feitas em correições e visitas de inspeções.

§ 2º - As anotações desabonadoras ou que importem em demérito somente serão lançadas no assentamento funcional após ciência do interessado.

§ 3º - O processo disciplinar contra membro do Ministério Público de que trata o inciso V, deste artigo, poderá ser presidido pelo Subcorregedor-Geral, mediante designação do Corregedor-Geral.

Art. 37 - O Corregedor-Geral do Ministério Público indicará um Procurador de Justiça para função de Subcorregedor, que será designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo Único - Ao Subcorregedor-Geral do Ministério Público incumbe:

- I - substituir o Corregedor-Geral em suas faltas ou impedimentos;
- II - realizar correições e inspeções nas Procuradorias e Promotorias de Justiça;
- III - coordenar os serviços de assessoramento dos Promotores da Corregedoria-Geral;
- IV - supervisionar os serviços administrativos da Corregedoria-Geral;
- V - elaborar a escala de férias dos Promotores da Corregedoria-Geral;
- VI - exercer outras atribuições por delegação do Corregedor Geral do Ministério Público.

Art. 38 - O Corregedor-Geral do Ministério Público será assessorado por Promotores de Justiça da mais elevada entrância, por ele indicados e designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º - O Corregedor-Geral terá o assessoramento de um Promotor de Justiça de entrância final que exercerá as funções de Adjunto, incumbindo-lhe:

- I - supervisionar e informar as necessidades quanto ao provimento dos cargos e o atendimento do serviço em primeiro grau;
- II - chefiar os serviços administrativos da Corregedoria-Geral;
- III - custodiar os assentamentos funcionais dos membros do Ministério Público e demais documentos da Corregedoria-Geral, velando pelo sigilo;
- IV - promover, por determinação dos órgãos superiores de administração, as publicações legais pertinentes.

§ 2º - Haverá um Promotor de Justiça assessorando o Corregedor-Geral do Ministério Público para cada quinze Promotores em estágio probatório;

§ 3º - Recusando-se o Procurador-Geral de Justiça designar os Promotores de Justiça que lhe forem indicados, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá submeter a indicação à deliberação do Colégio de Procuradores de Justiça.

Seção V

DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

Art. 39 - As Procuradorias de Justiça são órgãos de Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por esta lei.

§ 1º - É obrigatória a presença de Procuradores de Justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria de Justiça.

§ 2º - Os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços

Curitiba, terça, em 14.06.94

dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiarem, remetendo seus relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

§ 3º - As atribuições das Procuradorias de Justiça serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Órgão Especial.

§ 4º - Havendo mais de um Procurador de Justiça com funções idênticas ou concorrentes, na mesma Procuradoria, a denominação do cargo será precedida do número indicativo da ordem da sua criação.

§ 5º - As Procuradorias, obedecidos os preceitos gerais que lhes sejam aplicáveis, poderão ser desmembradas, aumentadas na sua composição e alteradas nas suas atribuições, por ato do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Órgão Especial.

Art. 40 - As Procuradorias de Justiça são classificadas em:

I - Procuradoria de Justiça Cível, com atribuição de officiar perante os órgãos judiciais de segundo grau em matéria cível;

II - Procuradoria de Justiça Criminal, com atribuição de officiar perante os órgãos judiciais de segundo grau em matéria criminal;

III - Procuradoria de Justiça de Contas, com atribuição de officiar perante o Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - Os Procuradores de Justiça das Procuradorias de Justiça reunir-se-ão para fixar orientações jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 41 - A Procuradoria de Justiça compete, na forma desta lei, e dentre outras atribuições:

I - escolher o Procurador de Justiça responsável pelos serviços administrativos da Procuradoria;

II - propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala de férias de seus integrantes;

III - solicitar ao Procurador-Geral de Justiça, em caso de licença de Procurador de Justiça ou afastamento de suas funções junto à Procuradoria de Justiça, que convoque Promotor de Justiça da mais elevada entrância para substituí-lo.

Art. 42 - O provimento inicial dos cargos das Procuradorias de Justiça obedecerá ao critério de expressa opção dos interessados e, na ausência desta, por designação do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º - As opções que trata este artigo serão consideradas pela ordem de precedência e, nos casos de excesso ou empate em relação ao número de vagas, prefere-se o mais antigo no cargo.

§ 2º - O número de cargos de Procurador de Justiça em cada Procuradoria de Justiça será estabelecido pelo Procurador-Geral de Justiça, tendo em vista a necessidade do serviço, ouvido o Colégio de Procuradores quando provocado.

Art. 43 - Os cargos de Procurador de Justiça serão em número correspondente, no mínimo, a quatro quintos de membros dos Tribunais de Justiça, de Alçada e de Contas.

Parágrafo Único - A criação de cargos de membros de segundo grau do Poder Judiciário e de Conselheiros do Tribunal de Contas importará na imediata proposta de criação de cargos de Procurador de Justiça, nos termos do "caput" deste artigo.

Art. 44 - Os Procuradores de Justiça de cada Procuradoria indicarão à designação do Procurador-Geral de Justiça o respectivo Coordenador e seu Substituto, responsáveis pela coordenação e acompanhamento dos serviços administrativos, judiciais e extrajudiciais de atribuição daquela.

Parágrafo Único - Incumbe ao Coordenador:

I - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça relatório trimestral das atividades da Procuradoria de Justiça;

II - comunicar ao Corregedor-Geral do Ministério Público as avaliações de mérito dos Promotores de Justiça, em relação à atuação destes nos processos examinados;

III - encaminhar ao Corregedor-Geral do Ministério Público sugestões para o aprimoramento da atuação parcial ou geral do Ministério Público;

IV - dirigir reuniões internas;

V - supervisionar os serviços auxiliares, bem como a distribuição dos autos em que os Procuradores de Justiça correspondentes devam atuar;

VI - acompanhar o cumprimento de prazos e, quando for o caso, providenciar a redistribuição dos autos, comunicando o fato ao órgão incumbido do procedimento administrativo disciplinar cabível;

VII - desempenhar outras atividades inerentes à Procuradoria;

VIII - efetuar a coletânea das promoções dos Procuradores de Justiça de sua Procuradoria.

IX - a indicação ao Procurador Geral de Justiça de Promotor de Justiça da mais elevada entrância, para serviço de substituição, nas faltas e impedimento casual de Procurador de Justiça.

Art. 45 - Os serviços auxiliares das Procuradorias de Justiça destinam-se ao apoio administrativo necessário ao desempenho das respectivas atribuições das Procuradorias de Justiça.

Art. 46 - A divisão interna dos serviços das Procuradorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios objetivos definidos pelo Colégio de Procuradores, que visem à distribuição equitativa dos processos por sorteio, observadas, para esse efeito, as regras de proporcionalidade, especialmente a alternância fixada em função da natureza, volume e espécie dos feitos.

Parágrafo Único - A norma deste artigo não incidirá nas hipóteses em que os Procuradores de Justiça definam, consensualmente, conforme critérios próprios, a divisão interna dos serviços.

Art. 47 - As Procuradorias de Justiça editarão regimento interno destinado a regular o funcionamento dos seus serviços administrativos, o acompanhamento dos processos de sua incumbência e coordenação das atividades desenvolvidas no desempenho de suas atribuições.

Seção VI

DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Art. 48 - As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por esta lei.

§ 1º - As Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

§ 2º - As atribuições das Promotorias de Justiça e dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores.

§ 3º - A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão efetuadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores.

Art. 49 - O Procurador-Geral de Justiça poderá, com a concordância do Promotor de Justiça natural, designar outro Promotor para funcionar, cumulativamente ou não, em feito determinado, de atribuição daquele.

Art. 50 - Nas Promotorias da Justiça com mais de dois Promotores de Justiça haverá um coordenador e seu substituto, designado a cada ano pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Corregedor-Geral, com as seguintes atribuições:

I - encaminhar, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, sugestões para o aprimoramento da atuação do Ministério Públi-

II - dirigir as reuniões internas;
III - promover reuniões periódicas para se informar e deliberar sobre as questões decorrentes do desempenho das funções da respectiva Promotoria;

IV - supervisionar os auxiliares, bem como a distribuição equitativa dos autos em que cada Promotor de Justiça deva atuar;

V - acompanhar o cumprimento de prazos e, quando for o caso, providenciar a redistribuição dos autos, comunicando o fato ao órgão disciplinar competente;

VI - representar, nas Promotorias de Justiça do interior, o Ministério Público nas solenidades oficiais;

VII - elaborar relatório anual da Promotoria de Justiça;

VIII - organizar o arquivo geral da Promotoria de Justiça, recolhendo e classificando as cópias de todos os trabalhos forenses elaborados pelos Promotores de Justiça;

IX - desempenhar outras atividades inerentes às funções da Promotoria de Justiça.

Parágrafo Único - é vedada a recondução ao cargo de coordenador, salvo se houver manifestação favorável da maioria dos membros da Promotoria de Justiça.

Art. 51 - A divisão interna dos serviços das Promotorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios objetivos definidos pelo Procurador-Geral de Justiça, que visem à distribuição equitativa dos processos a encargos, observadas, para esse efeito, as regras de proporcionalidade, especialmente a alternância fixada em função da natureza, volume e espécie nos feitos.

Parágrafo Único - Os Promotores de Justiça deverão usar da faculdade prevista no parágrafo único, do art. 46.

Art. 52 - Havendo mais de um membro do Ministério Público com funções idênticas ou concorrentes, na mesma Promotoria, a denominação do cargo será procedida do número indicativo da ordem de sua ação.

Art. 53 - Os serviços auxiliares das Promotorias de Justiça, dispostos pelo Procurador-Geral de Justiça, destinado ao apoio administrativo necessário ao desempenho das atribuições dos seus Promotores de Justiça.

Art. 54 - As Promotorias de Justiça, obedecidos aos preceitos gerais que lhe sejam aplicáveis, poderão ser desmembradas, aumentadas na sua composição e alteradas nas suas atribuições, por ato do Promotor-Geral de Justiça, nos termos dos parágrafos 2º e 3º, do art. 48.

Curitiba, terça, em 14.06.94

Art. 55 - A criação de novas comarcas, seções judiciárias ou juízos perante os quais deva funcionar membro do Ministério Público, importará na criação do respectivo cargo de Promotor de Justiça.

Art. 56 - A elevação ou rebaixamento da Comarca não importa em alteração funcional do titular da Promotoria de Justiça correspondente, que poderá nela permanecer por opção ou ter sua remoção para Promotoria de Justiça de entrância idêntica àquela anteriormente ocupada.

Capítulo IV

DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Seção I

DAS FUNÇÕES GERAIS

Art. 57 - Além das funções previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Constituição Estadual, e em outras leis, incube, ainda, ao Ministério Público:

I - propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, inclusive por omissão;

II - promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios;

III - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da Lei;

IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da Lei:

a) para proteção dos interesses relacionados à infância e juventude;

b) para proteção, prevenção e reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

c) para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do Município, de suas administrações direta, indireta e fundacional e das entidades privadas de que participem;

V - promover a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, na forma da lei, para a garantia do efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública, observado o seguinte:

a) agir de ofício ou mediante representação, notificando a autoridade questionada para que preste informação, no prazo em que assinar;

b) recebidas ou não as informações e instruído o caso, ao concluir que direitos

constitucionais foram ou estão sendo desrespeitados, notificar o responsável para que tome as providências necessárias a prevenir a repetição ou que determine a cessação do desrespeito verificado;

c) não atendida, no prazo devido, a notificação prevista no artigo anterior, representar ao poder ou autoridade competente para promover a responsabilidade administrativa pela ação ou omissão inconstitucionais, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

VI - manifestar-se nos processos em que, por força de lei, tenha atuação obrigatória, e neles intervir, em qualquer fase ou grau de jurisdição, para assegurar o exercício de suas funções institucionais;

VII - exercer a fiscalização dos estabelecimentos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência, supervisionando-lhes a assistência;

VIII - exercer a fiscalização dos estabelecimentos penais e prisionais, bem como o controle externo de suas atividades, observado o seguinte:

a) a fiscalização será efetivada pelas Promotorias de Justiça, conforme organização interna, em caráter ordinário;

b) o controle externo será instituído, no âmbito institucional, por ato do Procurador-Geral de Justiça, importando, dentre outras, na fiscalização da assistência ao apenado, na verificação das condições de trabalho, interno e externo, na observação dos deveres, direitos e disciplina dos presos, nas condições dos estabelecimentos prisionais e no destino da remuneração dos apenados;

IX - deliberar sobre a participação em organismos estatais de defesa da criança e do adolescente, da pessoa portadora de deficiência, do meio ambiente, do consumidor, do trabalho, sobre política fundiária, penal e penitenciária, de segurança pública e de outros entes que tenham atuação compatível com as funções de Ministério Público;

X - ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por Tribunais e Conselhos de Contas;

XI - interpor recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça;

XII - intervir nos processos que tramitam no Tribunal de Contas do Estado;

XIII - exercer o controle externo da atividade policial, civil e militar, por meio de medidas administrativas e judiciais, visando assegurar a indisponibilidade da persecução penal e a prevenção ou correção de ilegalidades ou abuso de poder, da seguinte forma:

a) o controle externo da atividade po-

licial, instituído por ato do Procurador-Geral de Justiça, será exercido, no âmbito institucional, de forma ordinária, por todos os membros do Ministério Público e, de forma regular ou extraordinária, por colegiado composto e dirigido por membros do Ministério Público da livre escolha do Procurador-Geral de Justiça;

b) o controle da atividade policial exercido pelos membros do Ministério Público e pelo órgão de controle da atividade policial consistirá, especialmente, em atos de:

1 - supervisão, direção e fiscalização das atividades de investigação da Polícia Judiciária, em relação a averiguação de infrações penais;

2 - instrução, diretamente às autoridades policiais, em caráter administrativo ou judicial, com o objetivo de zelar pela observância das leis e princípios jurídicos, bem como de requisição de providências para sanar a omissão indevida ou para prevenir ou corrigir irregularidades, ilegalidades ou abuso de poder;

3 - investigação, em caráter supletivo, quando houver inércia, omissão, dificuldades na investigação policial, ou quando o exija o interesse público;

4 - livre ingresso e realização de inspeções em todos os estabelecimentos prisionais, policiais, civis ou militares, em qualquer horário;

5 - livre acesso a quaisquer documentos relativos à atividade policial;

6 - controle do boletim de ocorrência e do registro de notícias de infrações penais, da Polícia Militar e Civil, através de recebimento de cópias, semanalmente;

7 - controle mensal dos mandados de prisão recebidos pela Polícia Civil e Militar;

8 - requisição à autoridade competente de instauração de inquérito sobre omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial;

9 - requisição à autoridade competente de abertura de sindicância ou procedimento administrativo cabível;

10 - representação à autoridade administrativa competente sobre o afastamento de servidor policial de suas funções durante investigação, quando conveniente a interesse público;

11 - promoção da ação penal por abuso do poder;

12 - conceder prazo, quando o inquérito policial não for encerrado em 30 (trinta) dias, tratando-se de indiciado solto mediante fiança ou sem ela;

13 - avocar inquérito da autoridade policial, quando decorrido o prazo legal para a sua conclusão.

c) receber da autoridade policial, ci-

vil ou militar, comunicação imediata sobre a prisão de qualquer pessoa, com a indicação do lugar onde se encontra o preso e cópias dos documentos comprobatórios da legalidade da prisão;

d) receber diretamente da autoridade policial o inquérito concluído, tratando-se de infração de ação penal pública;

e) exercer as demais atribuições decorrentes de lei.

Art. 58 - Os membros do Ministério Público, no exercício de suas funções poderão:

I - instaurar inquéritos civis e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

a) expedir notificação para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais de órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, no Distrito Federal, e dos Municípios;

c) promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, órgãos e entidades a que se refere a alínea anterior;

II - requisitar informações, exames periciais e documentos a entidades privadas ou pessoas, para instruir procedimento ou processo em que officie;

III - requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível, acompanhá-los e produzir provas;

IV - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, civil ou militar, observado o disposto no artigo 129, VII, da Constituição Federal, podendo acompanhá-los e produzir provas;

V - praticar atos administrativos de caráter preparatório dos procedimentos administrativos que instaurar e das medidas que adotar;

VI - dar publicidade dos procedimentos administrativos não disciplinares que instaurar e das medidas adotadas, observadas as vedações constitucionais;

VII - sugerir ao Poder competente, por escrito, a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e controle da criminalidade;

VIII - requisitar da Administração Pública serviço temporário de servidores civis e policiais militares e meios materiais necessários para a realização de

atividades específicas;

IX - fazer recomendações para melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública;

X - manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do Juiz, da parte ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção.

§ 1º - As notificações e requisições previstas neste artigo, quando tiverem como destinatários o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo e os Desembargadores, serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º - O membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, inclusive nas hipóteses legais de sigilo.

§ 3º - Serão cumpridas gratuitamente as requisições feitas pelo Ministério Público às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 4º - A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição ministerial, não autoriza desconto de vencimentos ou salários, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do Ministério Público.

§ 5º - Toda representação ou petição formulada ao Ministério Público será distribuída entre os membros da Instituição que tenham atribuições para apreciá-la, observados os critérios fixados pelo Colégio de Procuradores.

Art. 59 - Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito:

I - pelos poderes estaduais e municipais;

II - pelos órgãos da administração pública estadual ou municipal direta, indireta e fundacional;

III - pelos concessionários e permissionários do serviço público estadual ou municipal;

IV - por entidades que exerçam função delegada do Estado ou de Município;

V - por entes que prestem serviço de relevância pública.

Art. 60 - É vedado o exercício das funções do Ministério Público a pessoas a ele estranhas, sob pena de nulidade do ato praticado.

Art. 61 - São atribuições do Procurador-Geral de Justiça, além das previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e em outras leis:

I - velar pela observância, aplicação e execução das Constituições e das Leis;

II - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição Estadual, ou por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional estadual;

III - representar para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição Estadual ou prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial;

IV - representar o Ministério Público nas sessões plenárias dos Tribunais de Justiça e de Alçada;

V - promover e acompanhar ações e medidas judiciais de competência originária dos Tribunais de Justiça e de Alçada;

VI - dirigir reclamação aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

VII - ajuizar mandado de injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Governador do Estado, de Secretário de Estado, da Assembleia Legislativa, dos Tribunais de Justiça, de Alçada ou de Contas, ou em outros casos de competência originária dos Tribunais;

VIII - exercer as atribuições do artigo 120, inciso II e III, da Constituição Estadual, quando a autoridade reclamada for o Governador do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa ou os Presidentes dos Tribunais de Justiça, de Alçada ou de Contas, bem como quando contra estes, por ato praticado em razão de suas funções, deva ser ajuizada a competente ação;

IX - interpor recursos;

X - iniciar procedimento criminal de sua atribuição em qualquer Tribunal ou juízo, prosseguir na ação a desempenhar outras funções, pessoalmente ou por membro do Ministério Público que designar;

XI - propor, perante o Tribunal de Justiça, a ação cível de perda do cargo de membro do Ministério Público e de Magistrado;

XII - officiar nos processos de decretação de perda de cargo, remoção ou disponibilidade de Magistrado;

XIII - officiar nos precatórios em execução contra a Fazenda Estadual ou Municipal, bem como nos pedidos feitos por exequente, preterido no seu direito de preferência, objetivando o seqüestro de quantias necessárias à satisfação do débito;

XIV - delegar a membro do Ministério

Público suas funções de órgãos de execução;

XV - determinar o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusões de Comissões Parlamentares de Inquérito, inquérito policial, civil ou militar, nas hipóteses de suas atribuições legais;

XVI - exercer outras atribuições previstas em lei.

Seção III

DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 62 - Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento do inquérito civil, na forma desta Lei.

Seção IV

DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA

Art. 63 - Os Procuradores de Justiça exercem junto aos Tribunais de Justiça, de Alçada e de Contas, as funções de órgãos de execução do Ministério Público, desde que não privativas do Procurador-Geral, de Justiça, hipótese em que poderão officiar mediante delegação deste.

Parágrafo Único - As funções de direção dos órgãos referidos nos incisos I, II, IV e V, do artigo 8º, serão privativas do Procurador de Justiça.

Art. 64 - Os cargos de Procurador de Justiça integram o quadro institucional das Procuradorias de Justiça.

Art. 65 - Incumbe ao Procurador de Justiça:

I - officiar nos autos judiciais que lhe forem distribuídos ou objeto de delegação do Procurador-Geral de Justiça, emitindo conclusivamente, e na oportunidade própria, as respectivas promoções escritas;

II - participar, segundo escala da respectiva Procuradoria ou designação do Procurador-Geral de Justiça, das sessões de julgamento das câmaras e grupos de câmaras, observados os regramentos regimentais;

III - tomar ciência das decisões proferidas nos feitos em que tenha oficiado, ou lhe forem distribuídos, e interpor recursos;

IV - officiar nos feitos de que trata o artigo 57, inciso XII;

V - integrar o Colégio de Procuradores de Justiça quando eleito, o Órgão Especial e o Conselho Superior do Ministério Público;

VI - realizar correição permanente nos autos em que officiar;

VII - assistir e auxiliar o Procurador-Geral de Justiça, quando designado;

VIII - integrar comissão de processo administrativo, quando designado;

IX - oferecer sugestões para o aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público;

X - exercer outras atribuições compatíveis com suas funções e natureza do cargo.

Art. 66 - Aos Procuradores de Justiça, quando no exercício de suas funções, são extensivas as prerrogativas conferidas ao Procurador-Geral de Justiça.

Seção V

DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Art. 67 - Ao Promotor de Justiça incumbe exercer:

I - as atribuições que lhe forem conferidas pela legislação penal processual penal e de execuções penais;

II - as atribuições em matéria relativa aos direitos constitucionais, à criança e ao adolescente, ao apoio às pessoas portadoras de deficiência, ao meio ambiente, proteção do patrimônio natural e cultural, à proteção e defesa ao consumidor, ao patrimônio público, em matéria de fazenda pública, de falências e concordatas, liquidação extrajudicial, intervenção e responsabilidade civil dos administradores das instituições financeiras, em matéria de família e sucessões, de registros públicos e de acidentes do trabalho e de fundações;

III - as atribuições do Ministério Público Eleitoral prevista na Lei Orgânica do Ministério Público da União que forem pertinentes, além de outras estabelecidas na legislação eleitoral e partidária, quando designado para officiar perante a Justiça Eleitoral;

IV - as demais atribuições previstas em lei ou regulamento.

Parágrafo Único - Dentro das esferas de suas atribuições, cabe aos Promotores de Justiça:

I - impetrar habeas corpus e mandado de segurança a requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais locais competentes;

II - tomar ciência das decisões, interpor recursos e manifestar-se nos interpostos pelas partes;

III - atender a qualquer do povo, ouvindo suas reclamações, informando, orientando e tomando as medidas de cunho administrativo ou judicial encaminhando às autoridades ou órgãos competentes.

Art. 68 - São atribuições do Promotor de Justiça:

I - em matéria de Direitos Constitucionais:

1 - instaurar inquérito civil e promo-

ver ação civil pública, assim como qualquer outra medida judicial que se apresentar como adequada para garantir o respeito, por parte dos poderes públicos estaduais e municipais e dos serviços de relevância pública, aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual;

2 - adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à preservação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos da administração pública, assim como da garantia de acessibilidade aos cargos públicos, sem qualquer tipo de discriminação;

3 - zelar pela efetivação das políticas sociais básicas, especialmente de educação, saúde, saneamento e habitação, bem assim das políticas sociais assistenciais, em caráter supletivo, para quem delas necessite;

4 - intervir em questões fundiárias e nas ações possessórias, urbanas ou rurais, que digam respeito a imóvel ocupado por significativo número de famílias ou pessoas;

5 - requerer as medidas judiciais ou requisitar as administrativas, de interesse da promotoria;

6 - receber notícias e irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promover as apurações cabíveis que lhes sejam próprias e dar-lhes as soluções adequadas;

7 - zelar pela celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos;

8 - dar andamento, no prazo de trinta dias, às notícias de irregularidades, petições ou reclamações referidas no inciso I;

9 - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

10 - comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis e o ajuizamento de ações civis públicas, para os fins previstos no art. 75, inciso X, desta Lei;

II - em matéria relativa à Criança e ao Adolescente:

1 - promover:

a) a ação sócio-educativa oferecendo representação e a concessão de remissão, com ou sem inclusão de medidas, como forma de exclusão do processo;

b) o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

c) nos feitos que lhe forem distribuídos, os procedimentos judiciais visando a aplicação de medidas específicas de proteção;

d) as ações de alimentos;

e) os procedimentos de perda ou suspensão do pátrio poder, de remoção ou substituição da tutela, ou da guarda, de especialização e inscrição de hipoteca legal e as respectivas prestações de contas de tutores, curadores e quaisquer administradores de seus bens;

2 - oficiar os demais processos relativos à infância e à juventude;

3 - recorrer das decisões proferidas na respectiva jurisdição a oficiar nos recursos interpostos por outrem;

4 - fiscalizar as entidades de atendimento, governamentais ou não governamentais;

5 - comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis e o ajuizamento de ações civis públicas, para os fins previstos no art. 76, inciso X, desta Lei;

6 - exercer outras atribuições conferidas em lei.

III - em matéria relativa ao apoio às pessoas portadoras de deficiência:

1 - promover a tutela administrativa ou jurisdicional, satisfativa ou cautelar, dos direitos e interesses das pessoas portadoras de deficiência;

2 - fiscalizar as ações governamentais na área de educação, saúde, formação profissional e do trabalho, de recursos humanos e de edificações, necessários ao exercício dos direitos básicos das pessoas portadoras de deficiência, bem como à sua integração social;

3 - instaurar o inquérito civil e ajuizar a ação civil pública para a proteção e apoio às pessoas portadoras de deficiência;

4 - oficiar nos demais processos em que haja interesse de entidade assistencial ou de pessoa portadora de deficiência, inclusive interpondo o recurso cabível;

5 - receber reclamações de entidade assistencial ou de pessoas portadoras de deficiência, tomando as providências cabíveis;

6 - requerer as medidas judiciais, ou requisitar as administrativas, de interesse da Promotoria;

7 - Ingressar livremente em qualquer estabelecimento que abrigue pessoas portadoras de deficiência, independente de autorização judicial;

8 - comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis e o ajuizamento das ações civis públicas, para os fins previstos no art. 75, inciso X, desta Lei;

IV - em matéria de Meio Ambiente, Proteção do Patrimônio Natural e Cultural:

1 - instaurar o inquérito civil e promover a ação civil pública para a proteção do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e de interesses correlatos, bem como para reparação dos danos causados;

2 - receber notícias de danos causados e quaisquer reclamações de entidades de proteção do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural, ou de qualquer do povo, diligenciando no sentido de lhes oferecer pronta e eficaz solução;

3 - requerer as medidas judiciais, ou requisitar as administrativas, de interesse da Promotoria;

4 - ajuizar ações cautelares em defesa do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural;

5 - ingressar livremente em qualquer área onde haja notícia de devastação ambiental ou desastre, independentemente de autorização judicial, ressalvado o disposto no art. 5º inciso XI, da Constituição Federal;

6 - manter protocolo das reclamações e pedidos formulados a Promotoria de Justiça;

7 - manter livro de registro para o inquérito civil;

8 - arquivar na Promotoria de Justiça as reclamações administrativas solucionadas, desde que não importem em compromisso de ajustamento previsto na Lei nº 7.347/85;

9 - comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos policiais e o ajuizamento de ações civis públicas, para os fins previstos no artigo 75, inciso X, desta Lei.

V - Em matéria de Proteção e Defesa ao Consumidor:

1 - promover, por intermédio do inquérito civil, da ação civil pública, de medidas cautelares, de acordos e de compromissos de ajustamento, a defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores;

2 - requerer as medidas judiciais, ou requisitar as administrativas, de interesse da Promotoria;

3 - realizar o atendimento individual dos consumidores, informando, orientando e promovendo acordos entre estes e os fornecedores de bens e serviços, especialmente onde não houver órgão de proteção individual do consumidor;

4 - comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis e o ajuizamento de ações civis públicas, para os fins previstos no art. 75, inciso X, desta Lei;

VI - em matéria de Proteção do Patri-

mônio Público:

1 - instaurar o inquérito civil e promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público;

2 - requerer as medidas judiciais, ou requisitar as administrativas, de urgência e de interesse da Promotoria;

3 - ajuizar as ações cautelares em defesa do patrimônio público;

4 - promover ações indenizatórias quando houver dano ao patrimônio público;

5 - receber reclamações e notícias de danos causados ao patrimônio público, registrando-as e diligenciando no sentido de lhes oferecer pronta e eficaz solução;

6 - comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis e o ajuizamento de ações civis públicas, para os fins previstos no art. 75, inciso X, desta lei;

VII - em matéria de Fazenda Pública:

1 - officiar nos mandados de segurança e nos mandados de injunção, individuais ou coletivos, habeas data, na ação popular constitucional, nas Execuções Fiscais da Fazenda Pública Estadual e Municipal, e nas demais causas em que deva intervir o Ministério Público;

2 - intervir nas causas em que haja interesse das entidades da Administração Pública direta e indireta, do Estado e dos Municípios, tais como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem assim das demais empresas em que o Estado e os Municípios participem como cotista ou acionista;

3 - promover a execução da pena de multa ou de fianças criminais, quebradas ou perdidas;

VIII - em matéria de Falências e Concordatas, de Liquidação Extra-Judicial, Intervenção e Responsabilidade Civil dos Administradores de Instituições Financeiras:

1) promover a ação penal nos crimes falimentares e officiar em todos os termos de que for intentada por queixa;

2) exercer:

a) as atribuições conferidas ao Ministério Público pela legislação especial nos processos de falências e concordatas, e de liquidação extrajudicial, intervenção e responsabilidade civil dos administradores de instituições financeiras, e em todas as ações e reclamações sobre os bens e interesses relativos à massa;

b) outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei ou regulamento;

IX - em matéria de Família e Sucessões:

1 - officiar:

a) nas habilitações para casamento, justificações, dispensas de proclamas e, quando for o caso, emitir parecer nas conversões em casamento das uniões estáveis

Curitiba, terça, em 14.06.94

entre homem e mulher como entidade familiar, ou opor os impedimentos da lei civil à celebração do matrimônio;

b) nas justificativas de casamento nuncupativo, no suprimento de autorização de pais ou tutores para casamento, e no de consentimento para matrimônio, com o fim de evitar imposição ou cumprimento de pena, ou medida especial;

c) nos pedidos de emancipação;

d) nas separações judiciais, na conversão destas em divórcio, e nas ações de divórcio, de nulidade ou de anulação de casamento, em quaisquer outras ações relativas ao estado ou capacidade das pessoas, e nas investigações de paternidade, cumuladas ou não com petição de herança;

e) nos processos de suspensão, perda ou extinção do pátrio poder, nas hipóteses previstas na legislação e promovê-los quando for o caso;

f) nas ações concernentes ao regime de bens de casamento, ao dote, aos bens parafernais e às doações antenupciais;

g) no suprimento de outorga a cônjuge, para alienação ou oneração de bens;

h) nas questões relativas à instituição ou à extinção de bem de família;

i) nos pedidos de alienação, locação e constituição de direitos reais, relativos a bens de incapazes;

j) nas ações de alimentos, ou promovê-las quando se tratar de pessoa miserável, e sempre mediante solicitação do interessado ou, quando incapaz, de seu representante legal, desde que não haja no local serviço de assistência judiciária;

k) nas ações relativas à posse e guarda dos filhos menores, quer entre os pais, quer entre estes e terceiros;

l) nas demais ações onde houver interesse de menores e interditos;

m) na arrecadação de herança jacente, e promover a devolução de bens vacantes e o respectivo registro, dando ciência deste ao Procurador-Geral de Justiça;

n) nos processos relativos a testamentos;

o) em todos os atos de jurisdição voluntária, necessários à proteção da pessoa dos incapazes e à administração de seus bens;

p) officiar nas medidas que vigem a garantir os direitos dos nascituros.

2 - Promover:

a) a nulidade de casamento contraído perante autoridade incompetente;

b) a ação de investigação de paternidade na hipótese prevista na Lei Federal nº 8.560, de 29.12.92;

c) a interdição nos casos estabelecidos na lei civil, ou defender o interditando, quando for promovida por outrem, e opinar nos pedidos de levantamento de incapacidade;

- d) a nomeação de curadores, administradores provisórios e tutores, nos casos previstos no número 1, letra "e", deste item;
- e) a nulidade dos atos jurídicos praticados por pessoa absolutamente incapaz, ou argüí-la, quando atuar como fiscal da lei;
- f) a execução contra o inventariante ou testamenteiro que não pagar, no prazo legal, o alcance verificado em suas contas;
- g) ações e medidas preventivas, tendentes a salvaguardar a administração dos bens dos incapazes e ausentes;
- h) a abertura de sucessão provisória ou definitiva de ausentes;
- i) a remoção de inventariante e testamenteiro, e exigir-lhes prestação de contas;
- j) a arrecadação dos resíduos para a entrega à Fazenda Pública, ou para cumprimento do testamento;
- 3 - requerer:
 - a) a especificação e inscrição de hipoteca legal em favor de incapazes, prestação de contas, remoção e destituição de curadores, administradores provisórios e tutores;
 - b) a nomeação de curador especial aos incapazes, quando os interesses destes colidirem com o de seus representantes legais;
 - c) a abertura ou andamento do inventário e partilha de bens, quando houver interessados incapazes, e as providências sobre a efetiva arrecadação, aplicação e destino dos bens e dinheiros;
 - d) a arrecadação de bens de ausentes, assistindo pessoalmente às respectivas diligências, e promover a conversão em imóveis e em títulos de dívida pública, dos bens móveis arrecadados;
 - e) a intimação dos depositários de testamentos, para que os exibam, a fim de serem abertos e cumpridos, e a dos testamenteiros, para que prestem o compromisso legal;
- 4 - inspecionar os estabelecimentos onde se achem recolhidos interditos, crianças, adolescentes e órfãos, idosos e portadores de deficiência, promovendo as medidas reclamadas pelos seus interesses;
- 5 - intervir na homologação dos testamentos nuncupativos;
- 6 - pronunciar-se nos processos de registro, inscrição e cumprimento de testamento;
- 7 - funcionar nos processos de sub-rogação de bens gravados ou inalienáveis e nos de extinção de usufruto a fideicomisso;
- 8 - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei ou regulamento;
- X - em matéria de Registros Públicos:

1 - funcionar nos processos de suprimimento, retificação, anulação, averbação e restauração de registro civil;

2 - officiar nos pedidos de retificação de erros no registro de imóveis, nas ações de retificação de área e nos processos de dúvida;

3 - intervir nos processos de Registro Torrens;

4 - exercer as atribuições conferidas pela Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;

5 - exercer outras atribuições que sejam conferidas em lei ou regulamento;

XI - em matéria de Acidentes do Trabalho:

1 - ajuizar ação civil pública quando as condições do ambiente do trabalho sejam agressivas, perigosas ou altamente insalubres, em desconformidade com as normas legais prevencionistas;

2 - orientar o trabalhador acidentado em relação aos direitos previdenciários decorrentes do infortúnio laboral, promovendo, se for o caso, a ação acidentária;

3 - promover a ação de reparação do dano ex delicto, caso se constate culpa do empregador, quando o acidentado for pobre;

4 - requisitar a instauração de inquérito policial, sempre que o acidente tenha ocorrido por descumprimento das normas regulamentadoras da segurança e saúde do trabalhador urbano ou rural;

5 - intervir como fiscal da lei.

XII - em matéria de Fundações:

1 - fiscalizar e inspecionar as fundações;

2 - requerer:

a) que os bens doados, quando insuficientes para constituir a fundação, sejam convertidos em títulos de dívida pública, se de outro modo não tiver disposto o instituidor;

b) a remoção dos administradores das fundações nos casos de negligência ou prevaricação, e a nomeação de quem os substitua, salvo o disposto nos respectivos estatutos ou atos constitutivos;

3 - notificar quaisquer responsáveis por fundações que recebam legados, subvenções ou outros benefícios para prestarem contas de sua administração e, em caso de desatendimento, promover a ação própria;

4 - promover o seqüestro dos bens das fundações ilegalmente alienados e as ações necessárias à anulação dos atos praticados sem observância das prescrições legais ou estatutárias;

5 - examinar as contas das fundações e promover a verificação de que trata o art. 30, parágrafo único, do Código Civil;

6 - elaborar os estatutos das fundações, se não o fizerem aqueles a quem o instituidor acometeu o encargo;

7 - velar pelas fundações e officiar

nos processos que lhes digam respeito;

8 - dar ciência ao Procurador-Geral das medidas que tiver tomado no interesse das fundações, remetendo as respectivas peças de informação;

9 - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei ou regulamento;

XIII - as demais matérias, de competência das Varas Cíveis não especializadas, oficiar;

1 - nos feitos em que houver interesse

2 - nas ações de usucapião;

3 - nos demais casos de intervenção obrigatória do Ministério Público;

XIV - nos Juizados Especiais de Pequenas Causas, oficiar nos feitos de intervenção obrigatória do Ministério Público;

XV - como Promotor de Justiça Substituto, nas comarcas de entrância final:

1 - substituir os Promotores de Justiça titulares nos seus impedimentos, faltas, férias, licença e afastamento;

2 - exercer outras atribuições, por designação do Procurador-Geral de Justiça;

XVI - nas demais comarcas do interior, também:

1 - exercer as atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.213, de 24.07.91;

2 - promover as reclamações dos empregados, defendê-los ou assisti-los em matéria trabalhista, onde não houver Junta de Conciliação e Julgamento ou Sindicato da correspondente categoria profissional;

3 - promover a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente do trabalho, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e outros interesses públicos difusos ou coletivos.

§ 1º - Excluem-se da incumbência dos Promotores de Justiça da área de Família e Sucessões as atribuições enumeradas no inciso IX, deste artigo, quando se referir a criança e adolescentes em situação de risco pessoal ou social e houver Promotoria especializada.

§ 2º - Para os fins previstos nos incisos IV, V, VI e XIII, deste artigo, incumbirá ao Promotor de Justiça, na sua respectiva área de atuação, as atribuições previstas no artigo 58, incisos I e X.

Art. 69 - São, ainda, atribuições do Promotor de Justiça:

I - inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos prisionais e cadeias públicas, fazendo constar do livro próprio o termo de visita e as providências que entender necessárias;

II - promover ou acompanhar os pedidos de concessão do auxílio-reclusão;

III - exercer as atribuições conferidas pela Lei Federal nº 7.783, de 28.06.89

e nº 8.213, de 21.07.91;

IV - examinar, nos estabelecimentos prisionais, os registros relativos a dinheiros e valores dos internos, apurando responsabilidades, quando for o caso;

V - manifestar-se nos pedidos de serviço externo dos sentenciados;

VI - comunicar ao Procurador-Geral as deficiências materiais e pessoais observadas nos estabelecimentos prisionais;

VII - visitar as delegacias de polícia, fiscalizando o andamento dos inquéritos;

VIII - fiscalizar a frequência à escola primária de crianças e adolescentes em idade escolar, atuando nos casos de evasão.

IX - acompanhar os atos investigatórios junto a organismos policiais ou administrativos, quando assim considerar conveniente à apuração de infrações penais ou em caso de designação pelo Procurador-Geral;

Art. 70 - O Promotor de Justiça apresentará ao Corregedor-Geral do Ministério Público, anualmente, no prazo por este fixado, o relatório de suas atividades funcionais.

Capítulo V DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

Seção I DA SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL

Art. 71 - A Secretaria da Procuradoria-Geral será dirigida por membro do Ministério Público, em exercício, designado pelo Procurador-Geral, cabendo-lhe a supervisão dos serviços administrativos.

Parágrafo Único - No exercício de suas atribuições, incumbe ao Secretário:

I - assistir e assessorar o Procurador-Geral de Justiça em sua atividade social e administrativa;

II - dirigir os serviços da Secretaria, cabendo-lhe:

1 - despachar o expediente da Secretaria;

2 - preparar o expediente para despacho do Procurador-Geral de Justiça;

3 - efetuar comunicados administrativos aos membros do Ministério Público;

III - executar outras tarefas administrativas.

Art. 72 - A estrutura da Secretaria será definida por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Seção II DA COORDENADORIA DE RECURSOS

Art. 73 - A Coordenadoria de Recursos,

regulamentada pelo Procurador-Geral de Justiça, é órgão encarregado de, nas causas em que se verificar a intervenção do Ministério Público, ressalvado o disposto no artigo 65, inciso III, desta Lei:

I - tomar ciência das decisões em 2º grau;

II - interpor recursos, inclusive para os Tribunais Superiores;

III - manifestar-se nos recursos interpostos pelas partes para os Tribunais Superiores.

Parágrafo Único - A Coordenadoria poderá ser desmembrada em Cível e Criminal.

Seção III

DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Art. 74 - Os Centros de Apoio Operacional, com âmbito estadual de atuação, são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público.

Art. 75 - Os Centros de Apoio Operacional poderão ser instituídos e extintos por ato do Procurador-Geral de Justiça, possuindo, dentro das respectivas áreas de atuação, as seguintes atribuições:

I - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça propostas e sugestões para:

a) elaboração da política institucional e de programas específicos;

b) alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas;

c) realização de convênios;

d) realização de cursos, palestras e outros eventos;

e) edição de atos e instruções tendentes a melhoria do serviço do Ministério Público;

II - responder pela execução dos planos e programas de sua área, em conformidade com as diretrizes fixadas;

III - acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal afetas às suas áreas;

IV - promover a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução, inclusive para efeito de atuação uniforme, conjunta ou simultânea, quando cabível;

V - prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou na preparação e proposição de medidas processuais;

VI - remeter informações técnico-jurídicas aos órgãos de execução do Ministério Público, sem caráter vinculativo;

VII - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuam em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

VIII - zelar pelo cumprimento das obrigações do Ministério Público, decor-

rentes de convênios firmados;

IX - prestar atendimento e orientação às entidades com atuação na sua área;

X - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça relatório anual das atividades do Ministério Público na sua área;

XI - exercer as demais funções estabelecidas pelo Procurador-Geral de Justiça e outras compatíveis com a sua finalidade.

Art. 76 - O Procurador-Geral de Justiça designará membro do Ministério Público para atuar em cada Centro de Apoio Operacional, bem como o seu Coordenador, dentre Procuradores de Justiça.

§ 1º - Além da direção caberá ao Coordenador, por delegação do Procurador-Geral de Justiça:

I - representar o Ministério Público nos órgãos afins perante os quais tenha assento, cabendo-lhe, especificamente, a representação da Instituição em segundo grau nas ações coletivas propostas pelas Promotorias Especiais de sua respectiva área;

II - manter permanente contato com o Poder Legislativo, Federal, Estadual e Municipal, inclusive acompanhando o trabalho das comissões técnicas encarregadas do exame de projetos de lei afetos à sua área de atuação;

III - manter permanente contato e intercâmbio com entidades públicas ou privadas que, direta ou indiretamente, dediquem-se ao estudo ou à proteção dos bens, valores ou interesses que lhe incumbe defender.

§ 2º - Para os efeitos das atribuições previstas no inciso I do parágrafo anterior, as intimações referentes aos processos respectivos deverão ser procedidas na pessoa do Procurador designado, a quem estará afeta a atividade recursal.

§ 3º - Estagiários do Ministério Público poderão ser designados para atuar junto ao Centro de Apoio Operacional.

Seção IV

DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Art. 77 - O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional visa o aprimoramento cultural e profissional dos membros da Instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem assim a melhor execução de seus serviços a racionalização do uso de seus recursos materiais, incumbindo-lhe:

I - instituir:

a) cursos preparatórios de candidatos ao ingresso nos quadros institucionais e de auxiliares do Ministério Público;

b) cursos para aperfeiçoamento e especialização de membros do Ministério Público.

II - realizar e estimular qualquer tipo de atividade cultural ligada ao campo do direito e ciências correlatas;

III - promover, periódica, local e regionalmente, ciclos de estudos e pesquisas, reuniões, seminário e congressos, abertos à frequência de membros do Ministério Público e, excepcionalmente, a outros profissionais da área jurídica;

IV - apoiar projetos e atividades de ensino e pesquisa que se relacionem com o aprimoramento dos membros do Ministério Público;

V - manter intercâmbio cultural e científico com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

VI - editar publicações de assuntos jurídicos e correlatos.

Art. 78 - A Procuradoria Geral de Justiça poderá firmar convênios com entidades culturais ou de ensino jurídico para a realização das atividades referidas no artigo anterior.

Art. 79 - O Procurador-Geral de Justiça fixará a gratificação, por hora-aula, ministrada, até o limite de cinco por cento do vencimento básico respectivo, aos membros do Ministério Público que integrem os cursos instituídos.

Art. 80 - Ato do Procurador-Geral de Justiça disciplinará a organização, funcionamento e demais atribuições do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Seção V

DA COMISSÃO DE CONCURSO

Art. 81 - A Comissão de Concurso, órgão auxiliar de natureza transitória, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, é constituída de membros do Ministério Público e de representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, e seu suplente, por esta indicados.

§ 1º - Os membros do Ministério Público junto à Comissão de Concurso e respectivos suplentes, serão eleitos pelo Conselho Superior, devendo a escolha recair paritariamente entre Procuradores e Promotores de Justiça da mais elevada entrância.

§ 2º - Os integrantes do Conselho Superior, salvo o Procurador-Geral de Justiça, não participarão da Comissão de Concurso.

Art. 82 - Não poderão servir na Comissão de Concurso parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau de qualquer candidato, enquanto durar o impedimento.

Seção VI

DOS ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

Curitiba, terça, em 14.06.94

Art. 83 - Lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, que será encaminhada à Assembleia Legislativa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei, deverá adequar o quadro próprio dos órgãos e serviços auxiliares da Procuradoria-Geral de Justiça, com cargos estruturados em carreira que atendam às suas peculiaridades e as necessidades da administração e das atividades institucionais.

Seção VII

DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 84 - O estudante de direito dos três últimos anos do curso, ou semestres equivalentes, e o bacharel recém-formado, poderão ser designados pelo Procurador-Geral de Justiça, após habilitação na forma deste artigo, para exercer encargos de auxiliares dos órgãos do Ministério Público.

§ 1º - O candidato instruirá requerimento com atestado de matrícula no curso jurídico, ou diploma de bacharel em direito, e informação favorável do titular do órgão junto ao qual pretenda servir.

§ 2º - A designação vigorará pelo prazo de um ano, podendo ser renovada, a critério do Procurador-Geral de Justiça, ou revogada a qualquer tempo.

§ 3º - O exercício da função vale como título para concurso de ingresso no serviço público estadual.

§ 4º - É vedado ao Estagiário o exercício da advocacia.

§ 5º - A orientação e avaliação periódica do desempenho do estagiário serão executadas pelo órgão do Ministério Público junto ao qual servir.

§ 6º - A seleção, a investidura e o exercício da atividade de Estagiário serão regulamentados por ato do Procurador-Geral.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS ESPECIAIS

Capítulo I

DA CARREIRA

Seção

DO PROVIMENTO

Art. 85 - Os cargos do Ministério Público são vitalícios.

Art. 86 - A vitaliciedade somente será alcançada após dois anos de efetivo exercício.

Art. 87 - São requisitos para o ingresso na carreira:

I - a nacionalidade brasileira;

II - a conclusão de curso de bacharel-

lado em Direito, em escola oficial ou reconhecida;

- III - a quitação com o serviço militar e com as obrigações eleitorais;
- IV - o gozo dos direitos políticos;
- V - a idoneidade moral e a inexistência de registro de antecedentes criminais;
- VI - a aptidão física e mental.

Art. 88 - Os cargos da classe inicial serão providos por nomeação, em caráter vitalício, mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único - Constitui título obrigatório a habilitação em curso de preparação para o Ministério Público.

Art. 89 - Não serão nomeados os candidatos aprovados no concurso que venham a ser considerados inaptos para exercício do cargo, em exame de higidez física e mental.

Art. 90 - A nomeação dos candidatos habilitados no concurso obedecerá a ordem de classificação.

§ 1º - Ao candidato aprovado assegurar-se-á a escolha do cargo para o qual deseja ser nomeado.

§ 2º - Se houver maior número de vagas que o de candidatos aprovados, o Procurador-Geral de Justiça organizará a lista das Promotorias que o interesse da Instituição indicar como preferência para o provimento imediato, limitando-as a número idêntico ao de candidatos aprovados.

Seção II DO CONCURSO

Art. 91 - O concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público destina-se ao preenchimento de todas as vagas existentes e das que ocorrerem no prazo de sua eficácia.

Parágrafo Único - É obrigatória a abertura do concurso quando o número de vagas atingir a um quinto dos cargos iniciais da carreira, e facultativa a juízo do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 92 - O concurso obedecerá ao regulamento elaborado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 93 - O edital de abertura do concurso fixará para as inscrições prazo não inferior a trinta dias, contados de sua publicação no Diário da Justiça do Estado, e deverá conter o número de vagas, as condições para inscrição, os requisitos para o provimento do cargo, as matérias sobre as quais versarão as provas escritas e orais, bem como os títulos que o candidato

poderá apresentar e os respectivos critérios de valoração.

Parágrafo Único - O edital será, ainda, publicado por duas vezes, por extrato, em jornal diário da Capital, de ampla circulação.

Art. 94 - O Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior, decidirá sobre a homologação do concurso, dentro de trinta dias, contados da publicação do resultado final.

Art. 95 - O prazo de eficácia do concurso de provas, para efeito de matrícula no curso de preparação, será de dois anos contados da publicação do ato homologatório, prorrogável uma vez pelo mesmo período.

Seção III DO CURSO DE PREPARAÇÃO

Art. 96 - A frequência a curso de preparação, com duração de seis meses a um ano, dar-se-á após a aprovação no concurso de provas.

Art. 97 - Durante o curso de preparação o candidato será designado para prestar auxílio nas Promotorias de Justiça junto às Varas de mais elevada entrância, ou especiais, e perceberá uma bolsa de estudos mensal equivalente a cinquenta por cento dos vencimentos do cargo de Promotor Substituto.

Art. 99 - O curso de preparação será regulamentado pelo Conselho Superior do Ministério Público, que disciplinará a forma de verificação final do aproveitamento do candidato e da avaliação dos trabalhos apresentados nas Promotorias de Justiça junto às quais tiver oficiado.

Art. 98 - O candidato que for funcionário deverá pedir o afastamento de suas funções, e optar entre os vencimentos de seu cargo e a bolsa de estudos do curso de preparação.

Seção IV DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 100 - O prazo para a posse nos cargos do Ministério Público é de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, mediante requerimento formulado antes de findo o primeiro prazo.

§ 1º - O empossando prestará compromisso, em ato solene, presidido pelo Procurador Geral de Justiça, de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

§ 2º - O candidato nomeado deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração dos seus bens.

Art. 101 - Para entrar no exercício do cargo, o empossado terá prazo de quinze dias.

Seção V

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO VITALICIAMENTO

Art. 102 - O Estágio Probatório é o período dos dois primeiros anos de efetivo exercício do cargo pelo membro do Ministério Público.

§ 1º - Nesse período será apurada a conveniência da permanência do nomeado na carreira, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I - idoneidade moral;
- II - disciplina;
- III - dedicação ao trabalho;
- IV - eficiência;
- V - capacidade técnica.

§ 2º - O membro do Ministério Público em estágio probatório remeterá, trimestralmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para exame, cópias de trabalhos jurídicos apresentados, relatório e outras peças que possam influir na avaliação do seu desempenho funcional.

§ 3º - A permanência após o primeiro ano de exercício dependerá de deliberação do Conselho Superior, mediante proposta do Corregedor-Geral que apreciará cada um dos requisitos, podendo ser prorrogada por um trimestre.

§ 4º - A permanência ao final do segundo ano será declarada por ato do Procurador-Geral de Justiça, após deliberação favorável do Conselho Superior, observado o procedimento previsto no parágrafo anterior, que deverá iniciar-se com a apresentação da proposta do Corregedor-Geral sessenta dias antes de vencido o período.

§ 5º - Desfavorável a decisão do Conselho Superior, o interessado será cientificado, podendo ter vista do processo referente ao estágio e, no prazo de dez dias, apresentar defesa escrita.

§ 6º - A exoneração, se mantida a decisão desfavorável do Conselho Superior do Ministério Público, dar-se-á por ato do Procurador-Geral.

§ 7º - A permanência declarada nos termos do parágrafo 4º terá por efeito o vitaliciamento do membro do Ministério Público.

Art. 103 - Na fase prevista no parágrafo 4º, do artigo anterior, o Corregedor-Geral, de ofício ou a requerimento dos demais Órgãos Superiores da Administração ou de qualquer membro do Ministério Públi-

co, poderá apresentar impugnação ao vitaliciamento do Promotor de Justiça em estágio probatório.

§ 1º - A impugnação, acompanhada dos elementos instrutórios necessários, será apresentada ao Conselho Superior do Ministério Público, antes de escoado o biênio.

§ 2º - A impugnação acarretará a instauração de procedimentos próprio, nos termos do regimento interno do Conselho Superior do Ministério Público, terá por efeito a suspensão do exercício funcional do membro do Ministério Público em estágio probatório, e será decidida no prazo máximo de sessenta dias.

§ 3º - Da decisão do Conselho Superior caberá recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça, que o apreciará em trinta dias.

§ 4º - Com ou sem defesa do membro do Ministério Público em estágio probatório, o Conselho Superior, após ordenar as diligências que entender necessárias, reexaminará, em dez dias, o processo de estágio, proferindo decisão definitiva; desfavorável, e não havendo recurso, o Procurador-Geral de Justiça expedirá o ato de exoneração.

§ 5º - Durante a tramitação do procedimento de impugnação, o membro do Ministério Público perceberá vencimentos integrais, contando-se para todos os efeitos legais o tempo de suspensão do exercício funcional, no caso de vitaliciamento.

§ 6º - O Promotor de Justiça originário de cargo público estadual efetivo que dele houver se exonerado em razão de sua investidura em cargo do Ministério Público, terá, na hipótese do parágrafo 4º, assegurado o seu retorno ao cargo anterior, se o requerer no prazo de 30 (trinta) dias a contar do ato de exoneração ou, em sendo o caso, à disponibilidade correspondente.

§ 7º - Ainda que não concluída a apuração de que trata esta Seção, poderá o Promotor de Justiça em estágio requerer sua readmissão do cargo efetivo que anteriormente ocupava no serviço público estadual, se alegar inaptidão para o exercício das funções do Ministério Público.

Art. 104 - Não serão computados, para fins de vitaliciamento, os períodos de afastamento, férias e licenças do membro do Ministério Público em estágio probatório.

Art. 105 - O membro do Ministério Público em estágio probatório está sujeito à pena de demissão nos casos previstos no artigo 171, inciso VII, aplicada pelo Procurador-Geral de Justiça, após regular processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa.

Art. 106 - As promoções far-se-ão, alternada e voluntariamente, por antigüidade e merecimento, de uma para outra entrância e da mais elevada para o cargo de Procurador de Justiça.

§ 1º - A promoção deverá ser realizada até trinta dias da abertura da vaga; não ocorrendo no prazo legal, a promoção produzirá efeitos a partir do seu termo final.

§ 2º - Para todos os efeitos, será considerado promovido o membro do Ministério Público que vier a falecer ou se aposentar, sem que tenha sido efetivada, no prazo legal, a promoção que lhe cabia por antigüidade, ou por força do art. 109, § 2º, desta lei.

§ 3º - É facultada a recusa de promoção, sem prejuízo do critério de preenchimento da vaga recusada.

Art. 107 - Apurar-se-á a antigüidade na entrância e o merecimento pela atuação do membro do Ministério Público em toda a carreira, com prevalência de critérios de ordem objetiva fixados em regulamento elaborado pelo Conselho Superior, observado o disposto no art. 113, desta lei.

§ 1º - A promoção por merecimento só poderão concorrer os membros do Ministério Público com pelo menos dois anos de exercício na entrância e integrantes da primeira quinta parte da lista de antigüidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação de lista triplíce, caso em que se completará a fração incluindo-se outros integrantes da entrância, na seqüência da ordem de antigüidade.

§ 2º - Não poderá concorrer à promoção por merecimento quem tenha sofrido penalidade de censura, no período de um ano imediatamente anterior à ocorrência da vaga, ou de suspensão, no período de dois anos.

§ 3º - Será obrigatoriamente promovido o membro do Ministério Público que figurar por três vezes consecutivas, ou cinco alternadas, na lista de merecimento.

§ 4º - A lista de merecimento resultará dos três nomes mais votados, desde que obtida a maioria de votos, procedendo-se para alcançá-la a tantas votações quantas necessárias, examinados em primeiro lugar os nomes dos remanescentes de lista anterior.

§ 5º - Não sendo caso de promoção obrigatória, a escolha recairá em membro do Ministério Público mais votado, observada a ordem dos escrutínios, prevalecendo em caso de empate a antigüidade na entrân-

cia ou categoria, salvo se preferir o Conselho Superior delegá-la ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 108 - Não poderá concorrer à promoção por merecimento, até um dia após o regresso, o membro do Ministério Público afastado da carreira para:

I - exercer cargo eletivo ou a ele concorrer;

II - exercer outro cargo público permitido por lei.

Art. 109 - Para efeito de promoção, entende-se por antigüidade o tempo de efetivo exercício na entrância.

§ 1º - Em caso de empate na antigüidade na entrância, terá preferência, sucessivamente:

I - o de maior tempo na carreira;

II - o de maior tempo de serviço público prestado no Estado do Paraná;

III - o mais idoso.

§ 2º - Na indicação à promoção por antigüidade, o Conselho Superior somente poderá recusar o mais antigo pelo voto de dois terços de seus integrantes, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação, observado o disposto no artigo 23, inciso X, alínea "e", e no artigo 32, § 2º, desta lei.

Art. 110 - A elevação de entrância da comarca não acarreta a promoção do respectivo Promotor de Justiça, ficando-lhe assegurado o direito de perceber a diferença de vencimentos.

§ 1º - Quando da promoção o Promotor de Justiça da comarca cuja entrância houver sido elevada, poderá requerer, no prazo de dez dias, que a mesma se efetive na Promotoria onde se encontra, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.

§ 2º - A opção será indeferida, motivadamente, se contrária aos interesses do serviço.

§ 3º - Deferida, será expedido o competente ato e tornado sem efeito o anterior, contando-se da publicação deste a antigüidade na entrância.

Art. 111 - Verificada a vaga para promoção, o Conselho Superior do Ministério Público expedirá, no prazo de dez dias, edital para preenchimento de cargo.

Art. 112 - Para cada vaga destinada ao preenchimento por promoção, expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, com a indicação do cargo correspondente à vaga a ser preenchida.

Art. 113 - Para aferição do merecimento, o Conselho Superior do Ministério Público deverá levar em consideração:

I - a eficiência no desempenho das funções, verificada através das referências dos Procuradores de Justiça, dos elogios insertos em julgados dos Tribunais, na publicação de trabalhos forenses e nas observações feitas em correições e visitas de inspeção;

II - a pontualidade e a dedicação no cumprimento das obrigações funcionais, a atenção às instruções dos órgãos superiores da administração, avaliadas pelos relatórios das suas atividades e pelas observações feitas nas correições e visitas de inspeção;

III - a operosidade de dedicação no exercício do cargo de Promotor de Justiça em toda a sua carreira;

IV - a presteza e segurança em suas manifestações processuais;

V - a atuação em comarca, durante a carreira, que tenha apresentado particular dificuldade ao exercício das funções;

VI - a contribuição à organização e melhoria dos serviços públicos ou de relevância pública, ou de assistência social;

VII - a conduta do Promotor de Justiça em vida pública e particular, o conceito de que goza na comarca segundo as observações feitas em correições, visitas de inspeção ou informações idôneas, e o mais que conste de sua ficha funcional;

VIII - o número de vezes que tenha participado de lista;

IX - aprimoramento de sua cultura jurídica, através de cursos especializados, aproveitamento e cursos oficiais de preparação na carreira, publicações de livros, teses, estudos, artigos e obtenção de prêmios, relacionados com sua atividade funcional;

X - a freqüência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos, de aproveitamento funcional;

XI - ter desempenhado funções de assessoramento junto aos órgãos superiores da administração.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, o Corregedor-Geral apresentará à sessão do Conselho Superior as fichas funcionais dos Promotores de Justiça que possam ser votados para compor a lista tríplice.

Seção VII DAS REMOÇÕES

Art. 114 - A remoção é qualquer deslocamento de lotação dentro da mesma entrância.

Art. 115 - As remoções obedecerão critério alternado de antigüidade a merecimento, a pedido singular ou por permuta, por opção ou compulsoriamente, no interesse do Ministério Público.

§ 1º - Ao provimento inicial e à promoção, precederá a remoção voluntária.

§ 2º - À remoção por merecimento só poderão concorrer os membros do Ministério Público que perfizerem seis meses de efetivo exercício na comarca em que são titulares, salvo se não houver com tal requisito quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação de lista tríplice.

Art. 116 - Verificada a vaga para remoção, o Conselho Superior do Ministério Público expedirá no prazo de dez dias edital para preenchimento do cargo.

Parágrafo Único - Publicado o ato que deu causa à vaga, o Procurador-Geral receberá, até dez dias seguintes, os pedidos dos pretendentes.

Art. 117 - Para cada vaga destinada ao preenchimento para remoção expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, com a indicação do cargo correspondente à vaga respectiva.

Art. 118 - A remoção por permuta far-se-á por pedido escrito e conjunto, formulado por ambos os pretendentes.

Parágrafo Único - A renovação da remoção por permuta só será permitida após o decurso de dois anos.

Art. 119 - Antes de apreciar os pedidos, ou inexistindo candidatos a remoção, o Conselho Superior do Ministério Público, mediante representação do Procurador-Geral, poderá, pelo voto de dois terços de seus membros, prover a vaga, através de remoção compulsória.

§ 1º - Assegurada ampla defesa, a remoção compulsória dar-se-á para comarca de igual entrância.

§ 2º - Inexistindo cargo disponível no momento em que se deva verificar a remoção compulsória, permanecerá o Promotor adido à Procuradoria-Geral de Justiça até que ocorra vaga que lhe seja destinada, sem prejuízo do critério de remoção por antigüidade, relativamente aos demais integrantes da entrância.

Art. 120 - Não ocorrendo a hipótese do artigo anterior, o Conselho Superior do Ministério Público deliberará sobre os pedidos de remoção.

§ 1º - No caso de antigüidade, será indicado, dentre os pretendentes, o mais antigo na entrância, salvo se recusado pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior.

§ 2º - A remoção por merecimento, a requerimento dos interessados, protocolado nos dez dias seguintes a publicação do

edital, dependerá de lista tríplice, exceto quando não houver três ou mais pretendentes.

§ 3º - A remoção por merecimento aplica-se, no que couber, as disposições relativas à promoção por merecimento.

§ 4º - O edital será publicado no Diário da Justiça do Estado, concomitantemente com o ato de vacância.

§ 5º - É assegurado o direito de opção dos titulares de outras Promotorias de Justiça na mesma comarca pela que houver vagado, ou cuja comarca tenha sido extinta ou desmembrada por força de lei, ou tenha mudado de sede, se o manifestarem no prazo de oito dias, a contar da publicação do ato que deu causa ou de ato declaratório da vacância por morte do titular, respeitada a ordem de antigüidade na comarca, e sempre no interesse do serviço.

Art. 121 - A remoção por permuta só será admitida quando conveniente ao serviço, em decisão fundamentada, ouvido o Corregedor-Geral.

§ 1º - Denegado pela maioria absoluta dos membros do Conselho Superior, o pedido desde logo será arquivado.

§ 2º - Não será deferida a remoção, se qualquer dos interessados figurar na primeira quinta parte da lista de antigüidade.

Seção VIII

DA SUBSTITUIÇÃO POR CONVOCAÇÃO

Art. 122 - Ocorrendo licença, férias ou afastamento do titular do cargo junto a Procuradoria de Justiça, poderá o Procurador-Geral convocar Promotor de Justiça para substituí-lo, dentre os da entrância mais elevada e indicados pelo Conselho Superior.

§ 1º - A substituição por convocação far-se-á exclusivamente pelo critério de merecimento, observado o mesmo procedimento para elaboração da lista de promoção.

§ 2º - O edital de chamamento dos interessados, com prazo de três dias ao preenchimento do cargo vago, deverá ser publicado em igual prazo, contado da data do deferimento do pedido de licença, gozo de férias ou afastamento.

Art. 123 - O prazo de convocação expira automaticamente com o retorno do Procurador de Justiça licenciado, em gozo de férias ou afastado.

Parágrafo Único - Quando o período de licença, gozo de férias ou afastamento for inferior a trinta dias, o Procurador-Geral de Justiça poderá fazer a convocação do remanescente mais antigo de lista de promoção por merecimento, que será previamente consultado sobre a sua concordância.

Art. 124 - É vedada a redistribuição, ao Promotor de Justiça convocado, de processos com prazo para oficiar já iniciado ou findo.

Art. 125 - Finda a convocação, o Promotor de Justiça continuará vinculado aos processos que recebeu mediante distribuição, vedada a sua devolução sem a prática do ato que lhe incumbia.

Seção IX DOS AFASTAMENTOS

Art. 126 - Sem prejuízo dos vencimentos, vantagens, ou qualquer direito, o membro do Ministério Público poderá afastar-se de suas funções, para:

I - comparecer a encontros ou congressos, no âmbito da Instituição ou promovidos pela entidade de classe a que pertença;

II - freqüentar cursos, seminários ou eventos correlatos, no País ou no exterior, com prazo não superior a dois anos;

III - comparecer a congressos, no País ou no exterior;

IV - ministrar aulas ou exposições em cursos ou correlatos, destinados ao aperfeiçoamento dos membros da instituição;

V - proferir palestras ou participar, de qualquer modo, de eventos culturais, a convite de pessoas ou entidades de reconhecida respeitabilidade e reputação;

VI - exercer cargo eletivo nos casos previstos em lei ou a ele concorrer;

VII - exercer o cargo de diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, ou cargo de confiança na sua administração e nos órgãos auxiliares;

VIII - realizar atividade de relevância para a Instituição, por designação do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º - O afastamento só se dará mediante autorização do Procurador-Geral, atendida a necessidade do serviço.

§ 2º - Nos casos previstos nos incisos II e III, a autorização do Procurador-Geral de Justiça dependerá da manifestação favorável do Conselho Superior.

§ 3º - Os casos de afastamento previstos neste artigo dar-se-ão sem prejuízo dos vencimentos, vantagens ou qualquer direito inerente ao cargo, assegurada, em caso do inciso VI, a escolha da remuneração preferida.

§ 4º - Não se considera de efetivo exercício, para fins de estágio probatório, o período de afastamento do membro do Ministério Público.

§ 5º - O membro do Ministério Público que tiver se afastado para freqüentar curso, no País ou no exterior, e vier a se exonerar do cargo dentro de prazo equiva-

lente ao da sua duração, deverá ressarcir o Estado com o pagamento de 1/30 de seus vencimentos por dia de afastamento, mais as despesas de custeio.

§ 6º - O membro do Ministério Público deverá apresentar relatório do curso, seminário ou evento correlato que tiver participado e, a juízo do Conselho Superior, outras formas de aferição do seu aproveitamento.

Seção X DA REINTEGRAÇÃO

Art. 127 - A reintegração, que decorrerá de decisão judicial passada em julgado, é o reingresso do membro do Ministério Público na carreira, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão da emissão, devidamente atualizados, computando-se, para todos os efeitos legais, o tempo correspondente ao afastamento.

§ 1º - Achando-se provido o cargo no qual será reintegrado o membro do Ministério Público, o seu ocupante passará à disponibilidade, até aproveitamento obrigatório na primeira vaga que venha a ocorrer na entrância ou categoria respectiva.

§ 2º - O membro do Ministério Público reintegrado será submetido a inspeção médica e, se considerado incapaz, aposentado compulsoriamente, com as vantagens a que teria direito se efetivada a reintegração.

Seção XI DA REVERSÃO

Art. 128 - A reversão é o reingresso na carreira do membro do Ministério Público aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á de ofício ou a pedido, em vaga a ser preenchida por merecimento, na entrância a que pertencia o aposentado.

§ 2º - A reversão de ofício dar-se-á quando for declarada, por junta médica oficial, insubsistente a causa da aposentadoria por invalidez.

§ 3º - A reversão a pedido será feita no mesmo cargo anteriormente ocupado pelo aposentado, ou em cargo equivalente, e dependerá das seguintes condições:

I - manifestação favorável do Conselho Superior do Ministério Público;

II - inexistência de candidato aprovado em concurso, quando se tratar de reversão para cargo de classe inicial de carreira;

III - ter sido requerida até cinco anos depois da aposentadoria.

§ 4º - Será contado como tempo de serviço, para todos os efeitos legais, o pe-

ríodo entre a aposentadoria e a reversão, se aquela tiver sido causada por erro administrativo, para o qual não haja concorrido o aposentado.

§ 5º - A reversão será condicionada ao resultado da inspeção médica exigida.

§ 6º - O membro do Ministério Público que houver revertido, somente poderá ser promovido após o interstício de dois anos de efetivo exercício, contado da data da reversão, aplicando-se, no que couber, o previsto no artigo 110, desta Lei.

§ 7º - O membro do Ministério Público que obteve sua reversão a pedido, não poderá ser aposentado novamente sem que tenham decorridos três anos de exercício, salvo se a aposentadoria for por motivo de saúde.

Seção XII DO APROVEITAMENTO

Art. 129 - O aproveitamento é o retorno à atividade funcional do membro do Ministério Público em disponibilidade, em cargo idêntico ao anteriormente ocupado.

Art. 130 - Ocorrendo a vaga, o aproveitamento é obrigatório.

§ 1º - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o membro do Ministério Público não entrar em exercício no prazo legal, salvo motivo justificado.

§ 2º - O membro do Ministério Público será aproveitado no órgão de execução que ocupava quando colocado em disponibilidade, salvo se aceitar outro de igual entrância ou categoria, ou se for promovido.

§ 3º - Inexistindo vaga o aproveitado será colocado à disposição da Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 4º - Em caso de extinção do cargo ou mudança de sede da Promotoria de Justiça, ao membro do Ministério Público em disponibilidade será facultado o seu aproveitamento em vaga de entrância a que pertencer, a ser provida pelo critério de merecimento, concorrendo com os demais interessados.

§ 5º - Ao retornar à atividade, o interessado será submetido a inspeção médica e, se considerado incapaz, aposentado compulsoriamente, com as vantagens a que teria direito se efetivado o seu retorno.

Seção XIII DA READMISSÃO

Art. 131 - A readmissão é o reingresso, em cargo inicial da carreira, do membro do Ministério Público exonerado a pedido, sem qualquer ônus para a Instituição, a juízo do Conselho Superior, pelo voto de dois terços dos seus membros, ob-

servado o seguinte:

- I - existir vaga e não haver previsão da realização de concurso, nos termos do parágrafo único, do artigo 91, desta Lei;
- II - ter sido o concurso realizado pelo interessado há menos de quatro anos;
- III - ser requerida até dois anos após a exoneração;
- IV - não ter o interessado sessenta e cinco anos de idade;
- V - ser o interessado considerado capaz em inspeção médica.

Parágrafo Único - O tempo de serviço anterior do readmitido não será computado para o efeito de antigüidade na carreira e de sua colocação no quadro respectivo.

Capítulo II DOS DIREITOS

Seção I DA DISPONIBILIDADE

Art. 132 - Os membros vitalícios do Ministério Público serão colocados em disponibilidade:

- I - na hipótese do artigo 127, § 1º, parte final, desta Lei;
- II - por opção, em caso de extinção do órgão de execução, da comarca ou mudança da sede da Promotoria de Justiça.

Art. 133 - A disponibilidade confere ao membro do Ministério Público o direito à percepção de vencimentos e vantagens integrais e à contagem do tempo de serviço como se em exercício estivesse.

Art. 134 - O membro do Ministério Público em disponibilidade remunerada continuará sujeito às vedações constitucionais e será classificado em quadro especial, provendo-se a vaga que ocorrer.

Seção II DAS FÉRIAS

Art. 135 - Os membros do Ministério Público terão direito a férias cujo gozo, salvo necessidade de serviço, deverá coincidir com as dos magistrados.

Parágrafo Único - Os períodos de gozo de férias dos membros do Ministério Público, que oficiem perante Tribunais, deverão ser simultâneos com os das férias coletivas destes, salvo motivo relevante ou de interesse do serviço.

Art. 136 - No interesse do serviço o Procurador-Geral poderá adiar ou interromper o período de férias de qualquer membro do Ministério Público, observando o critério de antigüidade, pela ordem inversa, sucessivamente.

Parágrafo Único - O período de férias

não gozado poderá ser usufruído em outra oportunidade, dentro de dois anos, de acordo com a conveniência da Instituição, a critério do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 137 - As férias não poderão ser gozadas enquanto o membro do Ministério Público não oficial nos feitos que haja recebido com vista e desde que os respectivos prazos terminem antes do início das mesmas.

§ 1º - Ao afastar-se das funções, o interessado deverá comunicar ao Procurador-Geral de Justiça que não reteve, nem devolveu processo, com prazo para oficial esgotado, sem a prática do ato que lhe competia.

§ 2º - A inobservância do disposto neste artigo dará causa à imediata suspensão das férias indevidamente iniciadas.

Art. 138 - O direito a férias será adquirido após o primeiro ano de exercício.

Seção III DAS LICENÇAS

Art. 139 - Conceder-se-á licença:

- I - para tratamento de saúde;
- II - por motivo de doença de pessoa da família;
- III - à gestante;
- IV - paternidade;
- V - pela adoção ou obtenção de guarda judicial de criança, até trinta dias;
- VI - em caráter especial;
- VII - para casamento, até oito dias;
- VIII - por luto, em virtude de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras e genros, até oito dias;
- IX - para tratar de assuntos particulares, até oito dias;
- X - para o desempenho de mandato de presidente de entidade representativa de classe, de âmbito estadual ou nacional.

§ 1º - O membro do Ministério Público licenciado não poderá exercer qualquer de suas funções, ou outra de natureza pública ou particular.

§ 2º - Salvo contra-indicação médica, o membro do Ministério Público licenciado deverá oficial nos autos que tiver recebido, com vista, antes da licença.

§ 3º - O membro do Ministério Público em licença para o desempenho de mandato classista não poderá concorrer à promoção por merecimento.

§ 4º - A licença prevista no inciso X terá duração igual a do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

§ 5º - As licenças serão sempre com vencimentos integrais, contados como de efetivo exercício, para todos os efeitos

legais, o respectivo período.

Art. 140 - O requerimento de licença para tratamento de saúde deverá ser instruído com atestado médico contendo declaração expressa do tempo necessário ao tratamento.

Parágrafo Único - A licença para tratamento de saúde, por prazo superior, a trinta dias, bem como as prorrogações que importem em licença por período ininterrupto, também superior a trinta dias, dependem de inspeção por junta médica.

Art. 141 - O membro do Ministério Público poderá obter licença por motivo de doença em ascendente, descendente, cônjuge, companheiro, irmão ou dependente, desde que indispensável sua assistência pessoal e permanente ao enfermo.

§ 1º - O Procurador-Geral de Justiça fará expedir a competente resolução, à vista do laudo de inspeção de saúde e das informações prestadas por membro do Ministério Público.

§ 2º - A licença terá duração de até três meses, podendo ser renovada por igual período e, a partir de então, mensalmente.

Art. 142 - Ao membro do Ministério Público é assegurada licença especial de três meses a cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício, com todas as vantagens do cargo.

§ 1º - Para os efeitos da vantagem prevista neste artigo não considerar-se-á interrupção de serviço.

I - os afastamentos previstos no artigo 126, desta Lei;

II - o período de férias e de transito;

III - a licença para casamento;

IV - a licença por luto, em virtude de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras e genros;

V - a licença para tratamento de saúde, até seis meses;

VI - a licença por motivo de doença de pessoa da família, até três meses;

VII - licença maternidade ou paternidade;

VIII - o afastamento em razão de disponibilidade remunerada, exceto quando decorrente de punição.

§ 2º - O tempo de licença-prêmio não gozada pelo membro do Ministério Público será computada em dobro, se o requerer o interessado, para todos os efeitos legais.

§ 3º - O acréscimo ao acervo de serviço público previsto no parágrafo anterior não será computado como interstício, na entrada, para o efeito de promoção e remoção.

Art. 143 - As licenças para repouso da

gestante, casamento, luto, paternidade e outras com vencimentos integrais, serão concedidas pelo Procurador-Geral de Justiça, a requerimento do interessado.

Parágrafo Único - As licenças do Procurador-Geral de Justiça serão concedidas pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 144 - O membro vitalício do Ministério Público poderá afastar-se do exercício do cargo, por prazo não superior a dois anos, improrrogável e sem vencimentos, para tratar de interesses particulares.

Parágrafo Único - A qualquer tempo poderá o membro do Ministério Público desistir da licença.

Seção IV

DOS VENCIMENTOS, VANTAGENS E DIREITOS

Art. 145 - Os vencimentos, assim entendido o estipêndio fixo acrescido da verba de representação, são fixados, em valor certo, por lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º - São irredutíveis os vencimentos dos membros do Ministério Público, observado o que dispõe o artigo 27, inciso XI, da Constituição Estadual, e os artigos 150, II, 153, inciso III, e 153, § 2º, inciso I, da Constituição Federal.

§ 2º - Os vencimentos do Procurador-Geral de Justiça, para efeito do disposto no parágrafo 1º, do artigo 39, da Constituição Federal e do parágrafo 2º, do artigo 33, da Constituição Estadual, guardarão equivalência com os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

§ 3º - O Procurador de Justiça perceberá, mensalmente, vencimento básico equivalente ao do Procurador-Geral de Justiça, mais a verba de representação.

§ 4º - O Promotor de Justiça de entrada final perceberá 8/9 (oito nonos) dos vencimentos atribuídos ao Procurador-Geral de Justiça.

§ 5º - A diferença de vencimentos dos membros do Ministério Público de primeiro grau, de uma para outra entrada, é de cinco por cento.

§ 6º - Para efeito de fixação de vencimentos, o Promotor Substituto é considerado de categoria imediatamente inferior a do Promotor de Justiça de entrada inicial.

§ 7º - O membro do Ministério Público, convocado ou designado para substituição, terá direito à diferença de vencimento entre o seu cargo e o que ocupar.

Art. 146 - Os vencimentos e vantagens dos membros do Ministério Público serão revistos, em igual percentual, sempre que

Art. 147 - O Procurador-Geral de Justiça perceberá, mensalmente, a gratificação pelo exercício de função de chefia correspondente a vinte e cinco por cento sobre seus vencimentos, enquanto que o Subprocurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, perceberão a gratificação pelo exercício de função de direção e assessoramento correspondente a quinze por cento.

Art. 148 - Os membros do Ministério Público farão juz, ainda, às seguintes vantagens:

I - gratificação de dez por cento sobre os respectivos vencimentos pelo exercício de função de direção;

II - gratificação de cinco por cento sobre os respectivos vencimentos pelo exercício de função de assessoramento;

III - gratificação adicional de um por cento por ano de serviço, incidente sobre os respectivos vencimentos, podendo ser computado, para este efeito, o tempo de advocacia, até o máximo de quinze anos, desde que não cumulativo com tempo de serviço público;

IV - ajuda de custo, em casos de promoção ou remoção, salvo no caso do artigo 121, que importe em mudança de domicílio, até o limite correspondente a dois meses dos vencimentos do cargo, considerado, na primeira hipótese, o cargo anterior;

V - diárias, por serviço eventual fora da sede, de valor mínimo equivalente a um trinta avos dos vencimentos, para atender às despesas de locomoção, alimentação e pousada;

VI - gratificação de magistério, por hora/aula proferida em cursos destinados ao aperfeiçoamento dos membros da instituição, ou correlatos, ou cursos de preparação para o ingresso na carreira;

VII - salário-família, conforme dispor a lei;

VIII - auxílio-moradia, nas Comarcas em que não haja residência oficial condigna para o membro do Ministério Público;

IX - gratificação pelo efetivo exercício em comarca de difícil provimento, assim definida em ato do Procurador-Geral de Justiça;

X - gratificação natalina, correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o membro do Ministério Público fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, considerada como mês integral a fração igual ou superior a quinze dias, a ser paga até o dia 20 (vinte) do respectivo mês;

XI - gratificação adicional de férias, correspondente a pelo menos 1/3 (um terço) dos vencimentos do respectivo período de

gozo, a ser paga junto com os vencimentos do mês anterior.

§ 1º - O Procurador-Geral de Justiça arbitrará os valores das vantagens previstas nos incisos III e V deste artigo.

§ 2º - A diária será paga em dobro quando se tratar de deslocamento para fora do Estado.

§ 3º - As diárias serão limitadas ao máximo de dez por mês, salvo determinação do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 149 - Ao cônjuge sobrevivente e, em sua falta, aos herdeiros ou dependentes de membro do Ministério Público, ainda que aposentado ou em disponibilidade, será pago o auxílio-funeral, em importância igual a 01 (um) mês de vencimentos ou proventos percebidos pelo falecido.

§ 1º - Na falta das pessoas enumeradas, quem houver custeado o funeral do membro do Ministério Público será ressarcido da despesa efetuada, até o montante a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º - A despesa correrá pela dotação própria do cargo e o pagamento será efetuado pela repartição pagadora, mediante a apresentação da certidão de óbito e, no caso do parágrafo anterior, dos comprovantes de despesa.

Art. 150 - Aplicam-se aos membros do Ministério Público os direitos sociais previstos no artigo 7º, incisos XVIII e XIX, da Constituição Federal, e as demais vantagens, de caráter geral, atribuídas ao funcionalismo civil do Estado.

Seção V

DA APOSENTADORIA E DA PENSÃO

Art. 151 - O membro do Ministério Público será aposentado, com proventos integrais:

I - compulsoriamente, por invalidez comprovada ou aos setenta anos de idade;

II - facultativamente, aos trinta anos de serviço, após cinco anos de efetivo exercício na carreira.

§ 1º - Ao completar a idade limite para permanência no serviço, o membro do Ministério Público afastar-se-á do exercício de suas funções, comunicando o seu afastamento ao Procurador-Geral de Justiça, para formalização de sua aposentadoria.

§ 2º - A aposentadoria por invalidez será concedida mediante comprovação da incapacidade física ou mental do membro do Ministério Público e precedida de licença para tratamento de saúde por vinte e quatro meses contínuos, salvo se o laudo médico concluir, desde logo, pela incapacidade definitiva para o exercício do cargo.

§ 3º - Não terá efeito interruptivo do prazo previsto no parágrafo anterior qual-

quer período de exercício das funções inferior a trinta dias.

Art. 152 - Os proventos de aposentadoria, que corresponderão à totalidade dos vencimentos percebidos no serviço ativo a qualquer título, serão revistos na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos membros do Ministério Público em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos àqueles, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Parágrafo Único - Os proventos dos membros do Ministério Público aposentados serão pagos na mesma ocasião em que o forem os vencimentos dos membros do Ministério Público em atividade, figurando em folha de pagamento expedida pelo Ministério Público.

Art. 153 - Para efeito de aposentadoria, será computado integralmente o tempo de serviço de qualquer natureza, inclusive o militar, prestado à União, ao Estado, ao Município, e às respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista de que sejam controladores, bem como às empresas, instituições, estabelecimentos e outras entidades ou serviços que hajam total ou parcialmente passado à responsabilidade do Estado.

§ 1º - O tempo de serviço prestado em atividade privada será computado para o efeito de aposentadoria na forma do artigo 202, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e da Lei nº 7.057, de 30 de dezembro de 1976.

§ 2º - Computar-se-á para o efeito de aposentadoria, disponibilidade e adicionais por tempo de serviço, o tempo de exercício da advocacia, não cumulativo, até o máximo de 15 anos.

Art. 154 - O membro do Ministério Público aposentado conservará as prerrogativas previstas no art. 160, incisos III, IV, V, VI e VII, desta lei.

Art. 155 - A pensão por morte, devida pelo órgão previdenciário aos dependentes de membros do Ministério Público, corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do falecido, observado o limite estabelecido em lei e assegurada a revisão do benefício, na forma do art. 152, desta lei.

Parágrafo Único - A pensão obrigatória não impedirá a percepção de benefícios decorrentes de contribuição voluntária para qualquer entidade de previdência.

Art. 156 - Para os fins desta Seção e da anterior, equipara-se à esposa a companheira, nos termos da lei.

Capítulo III

DAS GARANTIAS E PRERROGATIVAS

Art. 157 - Os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e gozam das seguintes benefícios garantias:

I - vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior do Ministério Público, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, assegurada ampla defesa;

III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o disposto nas Constituições Federal e Estadual;

§ 1º - O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por decisão judicial transitada em julgado, proferida, em ação civil própria, nos seguintes casos:

I - prática de crime incompatível com o exercício do cargo, após decisão judicial transitada em julgado;

II - exercício da advocacia;

III - abandono do cargo por prazo superior a trinta dias corridos.

§ 2º - A ação civil para decretação da perda do cargo será proposta pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça, após autorização do Colégio de Procuradores de Justiça, na forma desta lei.

§ 3º - O membro do Ministério Público inativo ou em disponibilidade sujeitar-se-á, nos casos previstos no parágrafo 1º, quando ocorridos no exercício do cargo ou função, à cassação de aposentadoria ou disponibilidade respectivas.

Art. 158 - Os membros do Ministério Público são independentes no exercício de suas funções.

Art. 159 - Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, além de outras previstas nas Constituições Federal e Estadual:

I - ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com o Juiz ou autoridade competente;

II - não estar sujeito a intimação ou convocação para comparecimento, exceto se expedida pela autoridade judiciária ou por órgão da Administração Superior do Ministério Público, ressalvadas as hipóteses constitucionais;

III - não ser preso senão por ordem judicial escrita e fundamentada, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade, sob pena de responsabilidade e relaxamento da prisão, fará imediata comunicação e apresentação do membro do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça;

IV - ser processado e julgado originalmente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada exceção de ordem constitucional;

V - ser custodiado ou recolhido a prisão domiciliar ou a sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final;

VI - ter assegurado o direito de acesso, retificação e complementação dos dados e informações relativos à sua pessoa, existentes nos órgãos da Instituição;

VII - exercer os direitos relativos à livre associação sindical.

Art. 160 - Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função ou em razão dela, além de outras previstas nas Constituições Federal e Estadual:

I - receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado aos membros do Poder Judiciário e Tribunal de Contas junto aos quais oficiem;

II - não ser indiciado em inquérito policial, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

III - ter vista dos autos após distribuição aos Grupos ou Câmaras e intervir nas sessões de julgamento para sustentação oral ou esclarecimento de matéria de fato;

IV - ter vista dos autos após distribuição aos Conselheiros do Tribunal de Contas e intervir nas sessões de julgamento para sustentação oral ou esclarecimento de matéria de fato;

V - receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista;

VI - gozar de imunidade pelas opiniões que externar ou pelo teor de suas manifestações processuais ou procedimentais, nos limites de sua independência funcional;

VII - ingressar e transitar livremente:

a) na sala das Sessões dos Tribunais, mesmo além dos limites que separam a parte reservada aos Magistrados e Conselheiros;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, tabelionatos, escritórios de justiça, inclusive dos registros públicos, delegacias de polícia e estabelecimento de internação coletiva;

c) em qualquer recinto público ou

privado, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio;

VIII - examinar, em qualquer Juízo ou Tribunal, autos de processos findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

IX - examinar, em qualquer repartição policial, autos de flagrante ou inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças, tomar apontamentos ou adotar outras providências;

X - ter acesso ao indiciado preso, a qualquer momento, mesmo quando decretada a sua incomunicabilidade;

XI - usar as vestes talares e as insígnias privativas do Ministério Público;

XII - tomar assento à direita dos Juizes de primeiro grau ou do Presidente do Tribunal, Grupo ou Câmara;

XIII - ter acesso a quaisquer documentos ou registros relativos à atividade policial;

XIV - requisitar à autoridade competente a abertura de sindicância ou inquérito sobre a omissão ou fato ilícito ocorridos no exercício da atividade policial, acompanhar ditas investigações e produzir provas;

XV - requisitar informações, a serem prestadas em quarenta e oito horas, sobre inquérito policial não ultimado no prazo legal, podendo requisitar a imediata remessa do mesmo, no estado em que se encontra;

XVI - requisitar a prestação de auxílio ou colaboração por parte das autoridades administrativas, policiais e seus agentes;

XVII - estacionar veículo automotor em áreas destinadas a órgãos do Poder Público, desde que apresente carteira de identidade funcional.

Parágrafo Único - Quando, no curso de investigação, houver indício de prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

Art. 161 - Os membros do Ministério Público terão carteira funcional expedida pelo Procurador-Geral de Justiça, valendo como cédula de identidade em todo o território nacional e porte de arma, independentemente, neste caso, de qualquer ato formal de licença ou autorização.

§ 1º - Ao membro do Ministério Público aposentado é assegurada, em razão das funções que exerceu, a carteira de identidade funcional, nas condições estabelecidas no caput deste artigo.

§ 2º - A carteira de identidade funcional do aposentado por incapacidade mental não valerá como licença para porte de arma, e doença mental, posteriormente constatada, autorizará o cancelamento da licença.

Capítulo IV
DA DISCIPLINA
Seção I
DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 162 - Os membros do Ministério Público devem exercer suas funções com zelo e probidade, observando o decoro pessoal, as normas que regem a sua atividade e, especialmente:

I - manter ilibada conduta pública e particular;

II - cumprir os prazos processuais e dos serviços ao seu cargo, não os excedendo sem justo motivo;

III - indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal;

IV - guardar segredo sobre assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo ou função;

V - velar por suas prerrogativas institucionais e processuais;

VI - prestar informações solicitadas pelos órgãos da Instituição;

VII - acatar, no plano administrativo, as decisões dos órgãos da administração superior do Ministério Público;

VIII - atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais quando for obrigatória a sua presença ou assistir a outros quando conveniente ao interesse do serviço;

IX - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei, comunicando ao Procurador-Geral de Justiça os motivos de natureza íntima da suspeição e os do impedimento;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, providências cabíveis face à irregularidade que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - representar ao Procurador-Geral de Justiça sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribuições;

XII - tratar com urbanidade as pessoas com as quais se relacione em razão do serviço;

XIII - residir, se Promotor titular, na respectiva comarca, e se Procurador de Justiça, no local da sede da Procuradoria-Geral de Justiça;

XIV - identificar-se em suas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - comparecer às reuniões dos ór-

gãos colegiados da Instituição aos quais pertencer;

XVII - prestar assistência judiciária aos necessitados, onde não houver órgãos próprios.

Art. 163 - É vedado aos membros do Ministério Público:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

II - exercer a advocacia;

III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

V - exercer atividade política-partidária, ressalvada a filiação e o direito de afastar-se para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer;

VI - manter, sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

VII - integrar, sem autorização do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, comissões de sindicância ou de processo administrativo estranhos ao Ministério Público.

Parágrafo Único - Não constituem acumulação, para os efeitos do inciso IV, deste artigo, as atividades exercidas em organismos estatais afetos à área de atuação do Ministério Público, em Centro de Estudos e Aperfeiçoamento de Ministério Público, em entidades de representação de classe e o exercício de cargos de confiança na sua administração e nos órgãos auxiliares.

Seção II
DOS IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES

Art. 164 - Os impedimentos e as suspeições dos membros do Ministério Público são os previstos em lei.

Seção III
DA INSPEÇÃO E DAS CORREIÇÕES

Art. 165 - Os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem, remetendo seus relatórios, à Corregedoria Geral do Ministério Público.

Parágrafo Único - Verificada falha na atuação do membro do Ministério Público o Corregedor-Geral adotará as providências cabíveis. As referências elogiosas serão lançadas em seus assentamentos funcionais.

Art. 166 - Os serviços do Ministério

Público estão sujeitos a correições, que serão:

- I - ordinárias;
- II - extraordinárias.

Art. 167 - As correições ordinárias serão realizadas pela Corregedoria-Geral para verificar a regularidade do serviço, a eficiência e a pontualidade dos membros do Ministério Público no exercício das funções.

§ 1º - A correição ordinária será feita pelo Corregedor-Geral, ao menos uma vez por biênio, em cada Promotoria ou Procuradoria de Justiça.

§ 2º - Para as correições ordinárias nas Procuradorias de Justiça serão formadas comissões de Procuradores de Justiça designados pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante indicação do Corregedor-Geral, que serão presididas pelo mais antigo no cargo.

Art. 168 - As correições extraordinárias serão realizadas pessoalmente pelo Corregedor-Geral ou Subcorregedor-Geral, de ofício ou por determinação dos órgãos da administração superior do Ministério Público.

Art. 169 - Concluída a correição, o Corregedor-Geral apresentará relatório circunstanciado em que mencionará o grau de zelo, eficiência e capacidade intelectual do membro do Ministério Público e, se for o caso, as falhas observadas e as providências adotadas, propondo as medidas de caráter disciplinar ou administrativo cabíveis.

Seção IV DAS SANÇÕES

Art. 170 - Os membros do Ministério Público são passíveis das seguintes sanções disciplinares:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - censura;
- IV - suspensão;
- V - disponibilidade com vencimentos proporcionais;
- VI - demissão.

Art. 171 - As sanções previstas no artigo anterior serão aplicadas:

- I - a de advertência, reservadamente e por escrito, nos casos de:
 - a) desídia e negligência no exercício das funções;
 - b) desobediência às determinações e instruções dos órgãos da administração superior do Ministério Público;
 - c) prática de ato reprovável;
- II - a de multa, de 1/30 (um trinta

avos) dos respectivos vencimentos, por falta injustificada do membro do Ministério Público a ato processual em que for obrigatória a sua presença ou a sessão de colegiado a que pertença e as eleições no âmbito da Instituição;

III - a de censura, reservadamente e por escrito, em caso de reincidência em falta anteriormente punida com advertência, ou descumprimento de dever legal;

IV - a de suspensão, até quarenta e cinco dias, em caso de reincidência em falta anteriormente punida com censura;

V - a de suspensão, de quarenta e cinco a noventa dias, em caso de reincidência em falta anteriormente punida com suspensão até quarenta e cinco dias, e mais os seguintes:

a) inobservância das vedações impostas por esta Lei, não sujeitas à demissão;

b) incontinência pública e escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade da Instituição;

c) afastamento não autorizado por prazo superior a 5 dias e não excedente a 30 dias;

d) revelação de assunto de caráter sigiloso, que conheça em razão do cargo ou função.

VI - a de disponibilidade com vencimentos proporcionais, no curso de ação penal ou ação civil de perda do cargo, sempre que o recomendar o interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, em processo administrativo, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, assegurada ampla defesa;

VII - a de demissão, na hipótese do artigo 105.

§ 1º - A suspensão importa, enquanto durar, na perda dos vencimentos e das vantagens pecuniárias inerentes ao exercício do cargo, vedada a sua conversão em multa e não podendo ter início durante o gozo de férias ou licença.

§ 2º - Considera-se reincidente, para os efeitos desta Lei, a prática de nova infração, dentro de quatro anos após cientificado o infrator do ato que lhe tenha imposto sanção disciplinar.

§ 3º - A pena de multa será recolhida ao Tesouro Estadual, como renda eventual.

Art. 172 - Na aplicação das penas disciplinares, considerar-se-ão os antecedentes do infrator, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias em que foi praticada e os danos que dela resultaram ao serviço ou à dignidade da Instituição ou da Justiça.

Art. 173 - As penas de demissão de membro não vitalício do Ministério Público, disponibilidade com vencimentos proporcionais, suspensão, censura, multa e

advertência, serão impostas mediante processo administrativo disciplinar.

Art. 174 - Compete ao Procurador-Geral aplicar as penas previstas no artigo 171.

Seção V DA PRESCRIÇÃO

Art. 175 - Prescreverá:

I - em um ano, a falta punível com advertência, multa ou censura;

II - em dois anos, a falta punível com suspensão ou demissão do membro não vitalício do Ministério Público;

III - em quatro anos, a falta sujeita à disponibilidade com vencimentos proporcionais.

Parágrafo Único - A falta, também prevista na lei penal como crime, prescreverá juntamente com este.

Art. 176 - A prescrição começa a correr:

I - no dia em que a falta for cometida;

II - do dia em que tenha cessado a continuação ou permanência, nas faltas continuadas ou permanentes.

Seção VI DA SINDICÂNCIA

Art. 177 - A sindicância é o procedimento preliminar que tem por objetivo a verificação sumária de indícios da prática de falta disciplinar ou infração para instauração de processo administrativo.

Art. 178 - A instauração da sindicância será determinada pelo Corregedor-Geral mediante resolução, em que designará membro vitalício do Ministério Público em Comissão para realizá-la, sempre que tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou falta funcional.

§ 1º - A sindicância poderá, motivadamente, ser atribuído caráter reservado.

§ 2º - A comissão será presidida pelo Corregedor-Geral ou, por delegação deste, pelo Subcorregedor-Geral, e composta de integrantes da carreira de classe igual ou superior a do sindicado.

Art. 179 - O prazo para a conclusão da sindicância e apresentação do relatório final é de trinta dias, prorrogável, motivadamente, no máximo por igual tempo.

Art. 180 - O sindicante ou a comissão procederá à instrução da sindicância podendo ouvir o sindicado e testemunhas, requisitar perícias e documentos e promover diligências, sendo-lhe facultado o exercício das prerrogativas outorgadas ao Minis-

tério Público por esta lei, para instruir procedimentos administrativos.

Art. 181 - O sindicante ou a comissão emitirá parecer conclusivo pelo arquivamento da sindicância ou pela instauração de processo administrativo.

Parágrafo Único - O parecer que concluir pela instauração do processo administrativo disciplinar formulará a súmula de acusação, que conterá a exposição do fato imputado, com todas as suas circunstâncias e a capitulação legal da infração.

Seção VII DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 182 - O processo administrativo disciplinar, instaurado pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, será contraditório, assegurando-se ao acusado ampla defesa.

§ 1º - A resolução que instaurar processo administrativo disciplinar designará comissão composta de três membros escolhidos dentre os integrantes da carreira, vitalícios, e de entrância igual ou superior à do acusado, indicará o presidente, mencionará a sua finalidade e o fato imputado, com a reprodução, quando for o caso, da súmula a que se refere o parágrafo único, do artigo 181, desta lei.

§ 2º - Não poderá participar da comissão de processo administrativo quem tenha sido o sindicante do fato ou integrado a precedente comissão de sindicância, exceto o Corregedor-Geral do Ministério Público.

§ 3º - As publicações relativas a processo administrativo disciplinar conterão o respectivo número, omitido o nome do acusado, que será cientificado prévia e pessoalmente.

Art. 183 - O prazo para a conclusão do processo administrativo é apresentação do relatório final é de noventa dias, prorrogável, no máximo, por trinta dias, contados da publicação da decisão que o instaurar.

Art. 184 - A citação será pessoal, com entrega de cópia da resolução, do relatório final da sindicância ou da representação, da súmula da acusação e das suas provas, cientificando-se o acusado do dia, hora e local do interrogatório, e do prazo de dez dias para oferecimento de defesa preliminar e indicação de provas.

Art. 185 - Havendo prova da infração e indícios suficientes de sua autoria, a comissão poderá propor ao Procurador-Geral de Justiça, fundamentadamente, o afastamento preventivo do indiciado sem prejuízo

zo de seus vencimentos e demais vantagens pecuniárias, quando sua permanência for inconveniente ao serviço ou prejudicial à apuração dos fatos.

§ 1º - O afastamento de que trata este artigo não ocorrerá quando ao fato imputado forem aplicáveis somente as penas de advertência, multa ou de censura.

§ 2º - O afastamento não ultrapassará o prazo de cento e vinte dias.

§ 3º - O período de afastamento será considerado como de serviço efetivo, para todos os efeitos.

Art. 186 - Encerrada a fase probatória, o Presidente da comissão abrirá vista dos autos ao acusado para oferecer razões finais, no prazo de quinze dias.

Art. 187 - Havendo mais de um acusado, os prazos para defesa serão comuns e em dobro.

Art. 188 - Em qualquer fase do processo, será assegurada à defesa a extração de cópia das peças dos autos.

Art. 189 - Finda a instrução, a comissão, no prazo de quinze dias, remeterá o processo ao Procurador-Geral de Justiça, com o relatório do que for apurado, opinando pela absolvição ou punição do acusado, indicando neste caso os dispositivos infringidos.

Parágrafo Único - Havendo elementos, a comissão deverá sugerir a instauração de outro processo e apontar providências complementares de interesse da Instituição.

Art. 190 - Recebendo o processo administrativo disciplinar o Procurador-Geral de Justiça, no prazo de dez dias:

I - decidirá pelo seu arquivamento, ou pela aplicação das sanções cabíveis;

II - determinará novas diligências, se considerar conveniente esclarecimentos complementares, caso em que, efetivadas, proceder-se-á de acordo com os artigos 186 e 187, desta lei;

III - solicitará ao Colégio de Procuradores de Justiça autorização para a proposição de ação civil visando à:

a) decretação de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público;

b) cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 191 - A intimação da decisão será sempre pessoal.

Art. 192 - Dos atos, termos e documentos do processo administrativo disciplinar extrair-se-ão cópias, que formarão autos suplementares.

Seção VIII DOS RECURSOS

Art. 193 - Caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Colégio de Procuradores de Justiça:

I - da decisão do afastamento preventivo, nos casos do artigo 185 e parágrafos;

II - da decisão do Procurador-Geral de Justiça que aplicar sanção disciplinar;

III - da decisão do Conselho Superior do Ministério Público sobre disponibilidade, remoção ou aposentadoria de membro do Ministério Público, fundada em interesse público, prevista no inciso VIII, do artigo 32, desta lei;

IV - da decisão do Conselho Superior do Ministério Público que fizer a indicação prevista na 2ª parte, do § 2º, do artigo 32 desta lei;

V - da decisão que não conceder reabilitação.

Art. 194 - O prazo para recorrer será de quinze dias, a contar da intimação da decisão.

Art. 195 - Estão impedidos de participar do processo e julgamento do recurso:

I - o Procurador-Geral de Justiça;

II - o Corregedor-Geral do Ministério Público;

III - os membros do Ministério Público que tenham oficiado na sindicância ou integrado a comissão de processo administrativo disciplinar.

Art. 196 - Os recursos serão processados e julgados no prazo de quarenta e cinco dias.

Art. 197 - Aplicam-se subsidiariamente, ao processo administrativo disciplinar, as normas do Código de Processo Penal.

Seção IX DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 198 - Cabe, em qualquer tempo, a revisão do processo de que houver resultado a imposição de penalidade administrativa, quando:

I - forem aduzidos fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de provar inocência ou de justificar a imposição de sanção mais branda;

II - a sanção se tenha fundado em prova falsa.

Parágrafo Único - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 199 - A instauração do processo de revisão poderá ser requerido ao Procurador-Geral de Justiça pelo interessado ou, se falecido, pelo seu cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente ou irmão, bem como provocada, de ofício, por qualquer dos órgãos da administração superior do Ministério Público.

Art. 200 - Admitida a revisão, o Procurador-Geral de Justiça encaminhará o pedido à Corregedoria-Geral do Ministério Público para seu processamento, no prazo de quarenta e cinco dias, findo o qual o submeterá ao Colégio de Procuradores de Justiça para julgamento em trinta dias.

§ 1º - A revisão terá o rito do processo administrativo disciplinar;

§ 2º - Não poderá integrar a comissão revisora quem haja atuado em qualquer fase do processo revisando.

Art. 201 - Julgada procedente a revisão será tornada sem efeito a sanção aplicada, com o restabelecimento, em sua plenitude, dos direitos por ela atingidos, exceto se for o caso de aplicação de penalidade menor.

Seção X DA REABILITAÇÃO

Art. 202 - O membro do Ministério Público que houver sido punido disciplinarmente com advertência, multa ou censura, poderá obter do Conselho Superior do Ministério Público o cancelamento das respectivas notas dos assentamentos, decorridos dois anos do trânsito em julgado da decisão que as aplicou, desde que, neste período, não haja sofrido outra punição disciplinar.

Parágrafo Único - Do deferimento haverá reexame necessário pelo Colégio de Procuradores de Justiça, e do indeferimento caberá recurso.

Título III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 203 - Os membros do Ministério Público, nomeados até 4 de outubro de 1988, deverão exercer o direito de opção entre o novo regime jurídico e o anterior à promulgação da Constituição Federal, quanto às garantias, vantagens e vedações do cargo, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta Lei.

Parágrafo Único - Será permitida a re-reatação no prazo de 05 (cinco) anos a contar da data da opção.

Art. 204 - Cabe ao Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizar o afastamento

da carreira do membro do Ministério Público que tenha exercido a opção pelo regime anterior, para exercer cargo, emprego ou função de relevância na Administração Pública.

§ 1º - A autorização de que trata este artigo será pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser renovada pelo Procurador-Geral de Justiça após a manifestação favorável do Conselho Superior do Ministério Público.

§ 2º - O período de afastamento previsto neste artigo será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, salvo para remoção ou promoção por merecimento.

Art. 205 - Ao membro ou servidor do Ministério Público é vedado manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro, ou parente até o 2º grau civil.

Art. 206 - O Procurador-Geral de Justiça deverá, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei, instituir, por ato próprio, as Procuradorias e Promotorias de Justiça e o órgão de controle da atividade policial, em conformidade com o previsto na Lei Federal nº 8.625, de 12.02.93, e nesta Lei, e encaminhar ao Poder Legislativo proposta de criação dos cargos administrativos necessários para os seus serviços auxiliares.

§ 1º - O ato de instituição e organização das Procuradorias de Justiça deverá ter a aprovação prévia do Colégio de Procuradores de Justiça e conter o seguinte:

I - a denominação, ordinalmente, das Procuradorias de Justiça e o detalhamento da respectiva área de atuação;

II - o número de cargos de Procuradores de Justiça que integrarão cada uma das Procuradorias de Justiça;

III - as normas de organização interna e de funcionamento.

§ 2º - O ato de instituição e organização das Promotorias de Justiça observará o contido nos incisos do parágrafo anterior.

§ 3º - O preenchimento dos cargos de cada Procuradoria e Promotoria de Justiça será feito por opção, observado o critério de antigüidade, salvo quando não houver interessado, caso em que haverá provimento por promoção.

Art. 207 - Para exercer as funções junto à Justiça Eleitoral, os membros do Ministério Público serão designados pelo Procurador-Geral de Justiça, alternadamente, a cada 06 (seis) meses, observada a ordem de antigüidade, salvo se na comarca onde se situar a zona eleitoral houver um único cargo de Promotor de Justiça.

Art. 208 - Ficam criados 10 (dez) cargos de Procurador de Justiça com atribuições junto os órgãos de segundo grau do Poder Judiciário e 07 (sete) com atribuições junto ao Tribunal de Contas.

Art. 209 - Ficam criadas na comarca de Curitiba as seguintes Promotorias de Justiça especializadas:

a) Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais, com 02 (dois) cargos de Promotor de Justiça;

b) Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, com 04 (quatro) cargos de Promotor de Justiça;

c) Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, com 02 (dois) cargos de Promotor de Justiça;

d) Promotoria de Defesa do Consumidor, com 03 (três) cargos de Promotor de Justiça;

e) Promotoria da Criança e do Adolescente, com 02 (dois) cargos de Promotor de Justiça;

f) Promotoria de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência, com 02 (dois) cargos de Promotor de Justiça;

g) Promotoria de Acidentes de Trabalho, com 02 (dois) cargos de Promotor de Justiça;

h) Promotoria de Reparação de Dano Resultante de Crime, com 02 (dois) cargos de Promotor de Justiça.

Art. 210 - Ficam criadas nas comarcas de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu, as seguintes Promotorias de Justiça Especializadas, com 01 (um) cargo de Promotor de Justiça:

a) Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público;

b) Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e do Consumidor;

c) Promotoria da Criança e do Adolescente e de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência;

d) Promotoria de Acidentes de Trabalho e de Reparação de Dano Resultante de Crime.

Art. 211 - Fica criada, em cada uma das comarcas de entrância intermediária, 01 (uma) Promotoria de Justiça prevista no art. 209, com 01 (um) cargo de promotor de Justiça.

Art. 212 - O Procurador-Geral de Justiça poderá, de acordo com a necessidade do serviço, atribuir outras funções aos Promotores de Justiça das Promotorias Especializadas.

Art. 213 - Fica criados os seguintes cargos de Promotor de Justiça de entrância final, com funções de substituição:

a) 10 (dez) na comarca de Curitiba;

b) 02 (dois) na comarca de Londrina;
c) 02 (dois) na comarca de Maringá;
d) 02 (dois) na comarca de Ponta Grossa;
e) 02 (dois) na comarca de Cascavel;
f) 02 (dois) na comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 214 - São aplicáveis, subsidiariamente, aos membros do Ministério Público as normas da Lei Orgânica do Ministério Público da União e as disposições gerais referentes aos funcionários civis do Estado, respeitadas, quando for o caso, as normas especiais contidas nesta lei.

§ 1º - O regime de remuneração estabelecido nesta Lei não prejudica a percepção de reajustes e vantagens concedidos, em caráter geral, aos servidores públicos estatuais.

§ 2º - O disposto neste artigo não importará em restrições ao regime jurídico instituído nesta Lei ou na imposição de condições com ele incompatíveis.

Art. 215 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações constantes do orçamento do Estado.

Art. 216 - O dia da sanção desta Lei será considerado o "Dia do Ministério Público do Paraná".

Art. 217 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 218 - São revogadas a Lei nº 5.849, de 25 de setembro de 1968, e demais disposições em contrário.

COMISSÃO DE ESTUDOS DO ANTEPROJETO
DE LEI COMPLEMENTAR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 28.10.1993

Senhor Procurador Geral.

Em cumprimento ao contido no item 7º da Resolução nº 1103, de 21.09.92, dessa douta Procuradoria Geral de Justiça, temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Anteprojeto de Lei Complementar do Ministério Público do Estado do Paraná e respectiva apresentação.

Continuando à inteira disposição de Vossa Excelência para quaisquer outras consultas ou esclarecimentos que se fizerem necessários, subscrevemo-nos.

Atenciosamente

DIRCEU CORDEIRO

Procurador de Justiça

ALTAIR PISSAIA

Procurador de Justiça

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

Procurador de Justiça

GLÁUCIO ANTONIO PEREIRA

Promotor de Justiça

VANDERLEI ANTONIO BONAMIGO
Procurador de Justiça
LUIZ CELSO DE MEDEIROS
Procurador de Justiça
ERWIN FERNANDO ZEIDLER
Promotor de Justiça
VALMOR ANTONIO PADILHA
Promotor de Justiça

COMISSÃO DE ESTUDOS DO ANTEPROJETO
DE LEI COMPLEMENTAR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

APRESENTAÇÃO

Visa a presente historiar, ainda que sucintamente, as diversas etapas percorridas para se chegar ao texto ora apresentado explicar os critérios e o procedimento seguido pela Comissão de Estudos do Anteprojeto de Lei Complementar do Ministério Público do Estado do Paraná.

Instituída pela Resolução nº 1.103, de 21.09.92, da douta Procuradoria Geral de Justiça, reuniu-se a Comissão, pela primeira vez, em 22.10.92, tendo deliberado pela necessidade da elaboração, desde logo, de seu Regimento Interno e da fixação do termo inicial do prazo para o oferecimento de sugestões, propostas e quaisquer outras contribuições por todos os membros da Instituição, nos termos do artigo 6º da citada Resolução, o que foi divulgado através do ofício circular nº 01, de 26.10.92.

Foi o Regimento Interno aprovado na terceira reunião, realizada em 11.11.92, tendo sido na mesma deliberada a participação de um representante da Comissão em cada uma das reuniões plenárias finais dos Grupos de Estudos.

Vencido o prazo do recebimento de sugestões e propostas, que fora prorrogado a pedido dos Grupos de Estudos, com a anuência do Senhor Procurador-Geral, reuniu-se a Comissão em 03.04.93 para o exame das contribuições encaminhadas, ficando deliberado, dado o seu volume, que numa primeira fase, através de um juízo prévio de admissibilidade, far-se-ia uma seleção em que seriam excluídas as sugestões e indicações que fossem incompatíveis com os princípios constitucionais e com as normas gerais da Lei nº 8.625/93 ou que restaram prejudicadas.

A relação das propostas acolhidas, por Grupo de Estudos, nos termos da ata da quarta reunião, realizada em 03.04.93, foi publicada no Diário da Justiça de 03.05.93 (página 84/85), de cuja data passou a fluir o prazo para a sustentação das que restaram desacolhidas.

Cumprir destacar que a contribuição dos Grupos de Estudos foi substancial e preciosa.

Iniciados os trabalhos de revisão do

esboço de Anteprojeto, procurou a Comissão fazer o aproveitamento das propostas preliminarmente admitidas, através do seu exame e compatibilização com o texto. Nesta fase, atenta à orientação do Senhor Procurador-Geral no sentido de estimular a participação de todos os membros da Instituição, ativos e inativos, e de democratizar o debate, cuidou a Comissão em divulgar que se encontrava reunida em caráter permanente na sede da Escola Superior do Ministério Público, cujas reuniões eram públicas e abertas aos interessados para os fins do artigo 14, do seu Regimento Interno, o que foi feito através de comunicado publicado no Diário da Justiça de 04.05.93 (página 45/46).

Em 04.05.93, a Comissão, através de comunicado publicado no Diário da Justiça de 18.05.93 (Página 12), tornou público o encerramento, em 20.05.93, do prazo para a sustentação das propostas.

Tendo dado prioridade ao aprofundamento do estudo e ao enfrentamento das questões suscitadas procurando não deixá-las sem solução, o que demandou pesquisa e reflexão, não foi possível cumprir o cronograma de datas previsto na Resolução nº 1.103/92, alterado pela Resolução nº 294/93.

A partir da reunião de 21.05.93, a Comissão passou à fase de sistematização e redação final do texto, e do dia 13.08.93 à etapa de revisão geral, culminado com a conclusão dos trabalhos em 22.10.93, um tanto quanto retardada em face da dificuldade material na extração dos substitutivos e de exemplares para encaminhamento a todos os senhores membros do colendo Colégio de Procuradores de Justiça.

Entendeu a Comissão não recomendável a confecção de um relatório particularizado e minucioso porque se tornaria fastidioso em face das inúmeras emendas e reuniões (estas em número de trinta, consideradas só as oficialmente designadas) bem como da complexidade e extensão da matéria tratada, optando por elaborar uma apresentação do Anteprojeto, consignando que as contribuições dos Grupos de Estudos, atas das reuniões, ofícios expedidos e recebidos, enfim todo o material utilizado pela Comissão se encontra arquivado na Escola Superior do Ministério Público e, evidentemente, em condições de ser consultado pelos eventuais interessados.

No entanto, ainda que "en passant" e exemplificativamente, convém que se arrole algumas das questões enfrentadas pela Comissão.

Em nosso Estado, dada a peculiaridade do sistema de nomeação do Procurador-Geral de Justiça, que prevê a aprovação prévia pela Assembleia Legislativa do nome escolhido pelo Governador do Estado, dentre os

indicados em lista tríplice pela classe (artigo 116, CE), impunha-se a regulamentação da matéria, eis que na hipótese de desaprovação estaríamos mergulhando num verdadeiro "buraco negro" (expressão cunhada e muito utilizada no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte para designar questões desta ordem).

A solução proposta pela Comissão está retratada no § 4º, do artigo 16, do Anteprojeto. Para tanto considerou que a intervenção do chefe do Poder Executivo e da Assembleia Legislativa no processo de nomeação do Procurador-Geral de Justiça é um freio e contrapeso ao eventual exacerbamento do corporativismo. Não mais que isto, porque acima está a autonomia da Instituição e a soberania do voto dos seus membros na composição da lista tríplice. Assim, o direito de escolha do Governador e o controle pela Assembleia Legislativa do exercício deste direito restam delimitados em sua extensão. Com a desaprovação, pela Assembleia Legislativa, do nome indicado esgota-se o processo de controle recaindo automaticamente a indicação no nome mais votado ou, se foi este o desaprovado, naquele que se seguir na ordem decrescente de votos. É que não detém a Assembleia Legislativa o direito de escolha, que é privativo do chefe do Poder Executivo mas que, por sua vez, se exaure em uma única indicação, porquanto além do princípio da autonomia institucional e da soberania do voto não pode ele ser compelido a escolher outro dentre os ademais, implicaria num andar para trás, desvirtuando o sistema e conduzindo a uma infundável e irremediável situação de desencontros no processo de fixação de um nome.

O segundo exemplo de questão suscitada e enfrentada pela Comissão, na parte orgânica, é o da competência para a imposição de sanções disciplinares, prevista concomitantemente para o Procurador-Geral de Justiça (artigo 10, inciso XI) e para o Corregedor-Geral do Ministério Público (art. 17, inciso V) pela Lei nº 8.625/93, "teratologia que ainda persiste", na expressão de Hugo Nigro Mazzilli. Segundo o citado autor, esse sistema "viola o devido processo legal, por concentrar as funções acusatórias e decisórias num único órgão", referindo-se à Corregedoria Geral do Ministério Público (in "Regime Jurídico do Ministério Público", Saraiva, 1.993, página 207), concluindo que "causa espécie que o Ministério Público, que tanto lutou contra o teratológico procedimento ex officio para os outros, dentro do seu próprio seio apure as infrações disciplinares por esta forma que condena. No processo disciplinar, a lei deve atribuir as funções acusatórias a um órgão (p.ex., ao corregedor-geral) e as funções decisórias a outro

(p.ex., o procurador-geral), sob pena de, não o fazendo, ingressar no campo da inconstitucionalidade: formulada a acusação pelo próprio corregedor-geral, está criado um impedimento lógico para o acusador julgue o acusado; está violada a ampla defesa" (in ob.cit., página 244).

Entendendo de todo procedente a crítica do eminente Procurador de Justiça paulista e considerando que o próprio artigo 17, em seus incisos V e VI, delegou à Lei Orgânica Estadual o disciplinamento da matéria houve por bem a Comissão em estabelecer a competência privativa do Procurador-Geral de Justiça para aplicar sanções disciplinares e ao Corregedor-Geral do Ministério Público a atribuição de órgão instrutor, incumbindo-lhe instaurar e presidir o processo disciplinar, e propor àquele a aplicação da sanção cabível.

Os meios e forma de controle externo da atividade policial, tema ainda algo contravertido e que a Comissão optou, por razões técnicas, não tratá-lo em separado mas de modo difuso, encontram-se delineados junto com as atribuições dos órgãos de execução.

Na parte estatutária, dentre as inovações destaca-se a previsão do Curso de Preparação para o Ministério Público (artigo 89, parágrafo único e 97 e seguintes) como uma das etapas do concurso público para ingresso na carreira, nos moldes da Magistratura paulista e o disciplinamento do estágio probatório e do vitaliciamento, do detalhamento de critérios objetivos mínimos para a aferição do merecimento da substituição de Procurador de Justiça por convocação de Promotor de Justiça, dos institutos da reversão, aproveitamento e readmissão, da sindicância, do processo administrativo disciplinar e sua revisão, e dos recursos.

Nas disposições finais e transitórias, após uma reunião conjunta com o senhor Procurador-Geral, a Comissão regulamentou o direito de opção dos membros do Ministério Público nomeados até 04.10.88 e seus conseqüentes.

Entendendo necessária a expansão do Ministério Público em face das novas e relevantes atribuições advindas da Constituição Federal de 1.988 e leis posteriores, vem com a imprescindível e urgente adequação da sua atual estrutura às normas da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, propor a forma de sua implementação e a criação de cargos. Neste aspecto, considerando oportuno o momento, foi proposta a criação das Promotorias de Justiça distritais, ao lado da ampliação das Promotorias de Justiça especiais cuja experiência se mostrou exitosa. Em relação às primeiras, por constituírem inovação, par-

tiu a Comissão da consideração de que o acesso à Justiça constitui hoje um dos problemas mais tormentosos no âmbito dos direitos constitucionais. Revelam as informações estatísticas que só um terço dos cidadãos que precisam é que tem acesso à justiça, o que reclama esforço no sentido da minimização do problema. É certo que a solução deve vir com a implantação dos juizados especiais de pequenas causas, prevista no artigo 98, da Constituição Federal. Todavia, nada impede, antes recomenda, que o Ministério Público a quem incumbe a "defesa da ordem jurídica", do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", tome uma posição de vanguarda instalando suas Promotorias de Justiça Distritais que posteriormente, com o advento dos referidos juizados especiais, passarão a neles atuar.

Por fim, resta acrescentar que orientou-se a Comissão no sentido de não deixar nenhuma questão sem o devido tratamento. Bem por isso é possível que o Anteprojeto contenha excessos (embora o mesmo, em comparação com os anteprojeto do Ministério Público de São Paulo e do Rio Grande do Sul, atinja apenas dois terços do volume destes) estando a merecer um enxugamento. Mas este risco foi assumido deliberadamente pela Comissão no intuito de evitar, ao reverso, que a omissão pudesse subtrair algum assunto da apreciação do colendo Colégio de Procuradores de Justiça e do Senhor Procurador-Geral. Procurou a Comissão traçar normas genéricas quando isso fosse recomendável para evitar a desatualização do texto e normas específicas e peculiares quando o caráter regulamentar da Lei Orgânica assim indicava.

LUIZ CELSO DE MEDEIROS
Relator

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/SAT/145 a 158/94, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

063/94: De autoria do Deputado Erondy Silvério que, dá nova redação ao § 29, do art. 1º, da Lei n.º 253/54, que cria o Município de Arapoti, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.819. **Anote-se - Arquivo-se.**

077/94: De autoria do Deputado Nelson Garcia que, autoriza o Poder Executivo a ceder em doação o veículo que especifica, de propriedade da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, à APE de Engenheiro Beltrão - PR, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.820. **Anote-se - Arquivo-se.**

609/93: De autoria do Deputado Ovídio Constantino que, dispõe sobre a produção

ou veiculação de peças de propaganda e publicidade pagas, dos órgãos da Administração Estadual, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.821. **Anote-se - Arquivo-se.**

743/93: De autoria do Deputado Namir Piacentini que, denomina Rodovia Helmuth Sontag, o trecho da PR-082, que interliga os Municípios de Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol e Fênix, até o Rio Corumbataí, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.822. **Anote-se - Arquivo-se.**

120/94: De autoria do Nilton Barbosa que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Beneficente de Brasília do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.823. **Anote-se - Arquivo-se.**

124/94: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 2.500.000.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.824. **Anote-se - Arquivo-se.**

069/94: Do Poder Executivo que, autoriza a BANESTADO S/A - Informática a criar e participar do capital social da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Ltda, que será composto e integralizado observados os limites que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.825. **Anote-se - Arquivo-se.**

125/94: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 500.000.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.826. **Anote-se - Arquivo-se.**

056/94: Do Poder Executivo que, altera a redação do § 2º, do art. 2º, da Lei n.º 9.198, de 18 de janeiro de 1990, acrescentando-lhe o § 3º, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.827. **Anote-se - Arquivo-se.**

145/94: Do Poder Executivo que, prorroga até 30 de novembro de 1994, o prazo fixado no parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 10.509, de 27 de outubro de 1993, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.828. **Anote-se - Arquivo-se.**

133/94: De autoria do Deputado Anibal Khury que, dá nova redação ao art. 1º, da Lei n.º 10.736, de 14 de abril de 1994, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Itaperuçu com sede em Itaperuçu e foro em Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.829. **Anote-se - Arquivo-se.**

147/94: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Ensino Técnico Industrial - ABETI, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.830. **Anote-se - Arquivo-se.**

153/94: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação das Coordenadoras de Ação So-

cial dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, com sede em Campina Grande do Sul e foro em Araucária, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.831. **Anote-se - Arquive-se.**

087/94: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social de Porto Vitória, com sede em Porto Vitória e foro em União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.832. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob os n°s DTL/SAT 138 a 144/94 do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente os Projetos de Lei n°s:

764/93: De autoria do Deputado Alceu Swarowski, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

226/93: De autoria do Deputado Alceu Swarowski, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

065/94: De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

727/93: De autoria do Deputado Renato Adur, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

218/92: De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

057/94: Do Poder Executivo, por julgá-lo, da forma como foi aprovado, contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

043/94: De autoria do Deputado Nelson Garcia, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1479

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais REQUER pedido de urgência de Mensagem Governamental n° 50 que altera a Lei n° 7051.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO N° 1516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de comissão geral de Plenário da Ordem do Dia de 15.06.94, quarta-feira, para emitir parecer as emendas que forem apresentadas ao Projeto de Lei n° 114/94, que dispõe sobre a criação da COPAGÁS, correspondente à Mensagem Go-

vernamental n° 027/94.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(aa) CARLOS SIMÕES, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, GERALDO CARTÁRIO, DIRCEU MANFRINATO, DURVAL AMARAL, ALCEU SWAROWSKI, RENATO ADUR, HERMAS BRANDÃO, EDSON SILVA LINO, TOTI COLAÇO, NILTON BARBOSA, NELSON GARCIA, JÚLIO BIFON, JOSÉ TAVARES, LUIZ ANTONIO SETTI, COSTENARO NETO, ANTÔNIO ANIBELLI, JOSÉ ARTHUR RITTI, DUÍLIO GENARI, ARLINDO TROIAN E SEVERINO FELIX.

REQUERIMENTO N° 1481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar aos familiares, pelo falecimento do Sr. Salvador Alves Madeira, ocorrido em 10.06.94, no Município de Tapejara.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Salvador Alves Madeira, ex-vedreador do Município de Tapejara, é irmão do atual Presidente da Câmara daquele Município, sendo também antigo morador daquela localidade, membro atuante da comunidade, durante seu mandato, bem como após o mesmo, tendo adquirido o respeito e o afeto dos munícipes daquela cidade.

REQUERIMENTO N° 1482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Enio Doná, ocorrido dia 09 de junho, em Ponta Grossa.

Pessoa muito estimada, e de grandes amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à Família enlutada, sito à Rua XV de Novembro - 282, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em Ata da presente Sessão votos de congratulações e cumprimentos pela passagem do 50° Aniversário de Fundação da Escola Estadual Gil Stein Ferreira, do Município de Ivaí (PR), no dia 11 de junho próximo passado, expressões essas que atribui às pessoas da Ilustríssima Sra. Lúcia Reifur Batista, Mui Digna Diretora da Escola, à Ilustríssima Sra. Maria de

Lourdes Razinski, Mui Digna Diretora Auxiliar, aos Professores: Araci Dalva Franco Blum, Ana Adenir Dalla Barba, Célia Petriw, Cecília Tlumaski, Julia Sloboda, Gilvania N. B. Deuschle, Bernadete Graniska, Odair de Jesus de Almeida, Irene Krevey, Sueli Regina Conrado, Carlos Alves dos Santos, Maria Arlete Pitlozanciv, Filomena Polli, Remi Ivo Thomaz, Tania Marcia Correia, Maria Eunice Manfron, Eliane Cristina Carneiro, Hilvani M. Szpalik, Aquilina Korczagin, Ilda Dercacz e Myrtes Mereth Pietrowski, bem como aos 12 funcionários da Escola Estadual Gil Stein Ferreira.

A Escola foi fundada em 1944 com o nome de Escola Rural Gil Stein e, inicialmente funcionava como internato para filhos de agricultores (somente do sexo masculino).

Mais tarde foi implantado o curso de economia doméstica e passou a aceitar meninas, também em regime de internato, com nova denominação "Escola de Economia Doméstica".

Até então, a Escola era subordinada à Secretaria da Agricultura, porém, em 30.12.1967 - através do Decreto nº 8.265 - foi criado o Ginásio, que começou a funcionar a partir de 1968, e a Escola ficou subordinada à Secretaria de Estado da Educação.

Atualmente, a Escola funciona com turmas de 5.^a a 8.^a séries, em 3 turnos (manhã/tarde/noite) e conta com 580 alunos, 23 professores e 12 funcionários.

A Escola Estadual "Gil Stein Ferreira", tem se destacado participando de vários eventos, dentro e fora da comunidade ivaense, fazendo um papel não só de educação e de cultura, mas, também, um papel de relevância representativa da comunidade estudantil, cultural, desportiva e conduzindo o bom nome do Município para todo o Estado.

Ensejando o significativo acontecimento, que marca a 10 de junho de 1994 o 50º Aniversário de Fundação da Escola Estadual "Gil Stein Ferreira", é que hoje rendemos a nossa homenagem a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para fazer dessa Escola um modelo de Instituição Educacional, que prima pela qualidade do ensino que oferta aos seus alunos.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Direção da Escola, no seguinte endereço: Rua Expedicionário Bruno Estrífica, 281 - Ivaí (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após

Curitiba, terça, em 14.06.94

ouvido o douto Plenário, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações ao Paraná Club, desta Capital, pela conquista do Bicampeonato Paranaense.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à Diretoria do Paraná Club, na pessoa de seu presidente Ocimar Batista Bolicenho, à Av. Presidente Kennedy, 2377.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Ao conquistar o Bicampeonato Paranaense, o Paraná Club, vem demonstrando o valor dessa agremiação, que nos dois últimos anos vem angariando vários títulos e trazendo vitórias e glórias a Curitiba e ao Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são concedidas por lei, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações, ao Padre José Martins, pela sua ordenação no último domingo, dia 12.06.94, em solenidade realizada na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, no Distrito de Jacutinga, no Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Padre José Martins, é natural de Ivaiporã, e, está atuando na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes no Distrito de Jacutinga. Estiveram presentes à sua ordenação, o Bispo Dom Domingos Wienewiski, da Diocese de Apucarana, que realizou a bênção da Ordenação, bem como, prestigiaram o ato padres e autoridades religiosas de todo o Vale do Ivaí, com uma cobertura da Rádio Ubá Ltda, que transmitiu todas as solenidades numa missa com aproximadamente três horas de duração.

REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia pelo transcurso de seus 102 anos de emancipação política, no próximo dia 28 de junho/94.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Sadi Fazolo, ao Vice-Prefeito Sr. Antonio Fermino Carneiro, assim como a todos os Senhores Vereadores para que recebam e transmitam à população clevelandense as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Sala das Sessões, em 14.06.94.

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria dos irmãos clevelandenses, na significativa data do transcurso dos 102 anos de emancipação político-administrativa, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar renova sua homenagem de reconhecimento a toda a população na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

Clevelândia, conservando as relíquias de seu passado, suas tradições, o espírito de luta de sua laboriosa e culta população, que com muito trabalho dá sua importante contribuição para o progresso do Estado do Paraná e do Brasil e, com seus administradores de todos os tempos preocupados e compromissados com a melhoria de vida de sua população, é merecedora de nossa confiança e aplausos por seu constante desenvolvimento.

Parabenizamos, portanto, com esta proposição, o povo sincero e amigo de nossa querida Clevelândia.

Clevelândia é o Município número 1 do Sudoeste paranaense e, também chamado de "Portal do Sudoeste", pois dele foram desmembrados mais do que 30 municípios dos que hoje compõem a vasta região sudoestina.

Vemos com muito orgulho que apesar da crise que se instalou no país, Clevelândia caminha a passos certos rumo ao seu desenvolvimento.

Clevelândia pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas, pois, o município é um respeitável acervo de tradições que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Portanto, toda a população de Clevelândia merece nosso respeito e admiração, nesta data tão significativa do transcurso de seus 102 anos de emancipação política, pois, de uma maneira ou de outra dão sua importante parcela de contribuição não medindo esforços em prol de seu crescimento.

Estendemos nosso agradecimento a todos aqueles que deram parte de sua vida em favor de sua terra e de sua gente trabalhadora que confia no amanhã.

REQUERIMENTO N° 1467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professor José Enrique de Faria, pela excelente exposição realizada sobre a pesca artesanal da tainha no litoral do Paraná nas dependências do Museu Egípcio Rosacruz, em Curitiba.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A falta de infra-estrutura básica e de atendimento nas áreas de saúde e educação são as principais deficiências registradas pela pesquisa realizada pelo brilhante Professor Márcio Fábio Corrêa, da Universidade Federal do Paraná. Demonstra perfeitamente essa exposição que está sendo realizado no Museu Egípcio Rosacruz, à Rua Nicarágua, 2641, no Bairro Bacacheri, uma realização importante, para demonstrar perfeitamente o abandono que os Governos deixam os pescadores artesanais. A idéia é brilhante, apresenta fatos concretos, uma realidade que precisa ser conhecida por muitos. Está de parabéns a Universidade Federal do Paraná, através do Centro de Estudos do Mar e do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá da UFPR.

REQUERIMENTO N° 1468

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor a Ilustríssima Professora Maria Regina Fernandes Mendonça Furtado, Mui Digna Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá da UFPR, pela excelente exposição realizada sobre a pesca artesanal da tainha no litoral do Paraná nas dependências do Museu Egípcio Rosacruz, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A falta de infra-estrutura básica e de atendimento nas áreas de saúde e educação são as principais deficiências registradas pela pesquisa realizada pelo brilhante Professor Márcio Fábio Corrêa, da Universidade Federal do Paraná. Demonstra perfeitamente essa exposição que está sendo realizada no Museu Egípcio Rosacruz, à Rua Nicarágua, 2641, no Bairro Bacacheri, uma realização importante, para demonstrar perfeitamente o abandono que os Governos deixam os pescadores artesanais. A idéia é brilhante, apresenta fatos concretos, uma realidade que precisa ser conhecida por muitos. Está de parabéns a Universidade Federal do Paraná, através do Centro de Estudos do Mar e do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá da UFPR.

REQUERIMENTO N° 1469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Ilustríssimo Doutor Professor Frederico Brandine, Diretor do Centro de Estudos do Mar, pela excelente ex-

posição realizada sobre a pesca artesanal da tainha no litoral do Paraná nas dependências do Museu Egípcio Rosacruz, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A falta de infra-estrutura básica e de atendimento nas áreas de saúde e educação são as principais deficiências registradas pela pesquisa realizada pelo brilhante Professor Márcio Fábio Corrêa, da Universidade Federal do Paraná. Demonstra perfeitamente essa exposição que está sendo realizada no Museu Egípcio Rosacruz, à Rua Nicarágua, 2641, no Bairro Bacacheri, uma realização importante, para demonstrar perfeitamente o abandono que os Governos deixam os pescadores artesanais. A idéia é brilhante, apresenta fatos concretos, uma realidade que precisa ser conhecida por muitos. Está de parabéns a Universidade Federal do Paraná, através do Centro de Estudos do Mar e do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaquã da UFPR.

REQUERIMENTO N° 1486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Diretor-Presidente do Banco BAMERINDUS, sugerindo a instalação de uma agência bancária na divisa dos Municípios de Curitiba e Almirante Tamandaré, preferencialmente no bairro Cachoeira.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor José Aparecido da Silva (Rua Irmã Anatolia, n° 71 - Bairro Cachoeira/Vila Pompéia - CEP 82.220-370), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se em função do elevado número de habitantes da região em questão, além de comércio próspero, que vêm sendo atendidos pelas agências no bairro Ahú, localizadas a considerável distância.

A instalação da referida agência, no local sugerido, beneficiaria moradores de Curitiba e de Almirante Tamandaré.

Diante disso, confiamos nas providências do BAMERINDUS, a fim de providenciar os devidos estudos e viabilizar o atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO N° 1483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, expeça a Assembléia Legislativa, correspondência oficial ao Exmo. Sr. Governador do Estado,

solicitando a participação desta Casa, através de Comissão Especial, nos estudos do projeto prioritário de industrialização do Estado que estão sendo elaborados pelo Sr. Wolfgang Suer, consultor internacional contratado pelo Poder Executivo para tal fim, juntamente com técnicos do Governo pertencentes ao IPARDES.

Segundo divulgação da imprensa, Wolfgang Sauer atendendo pedido do Governador Mário Pereira, estuda "além de programas estaduais de estímulo à produção econômica, também haja o envolvimento concreto das regiões, com participação das prefeituras, produtores e empresários" (Jornal Indústria & Comércio, pág. B-4, 14.06.94).

Desta maneira, como forma até de colaboração necessária, posto que ninguém melhor do que os membros desta Assembléia Legislativa conhecem a potencialidade específica de suas regiões, fica esta nossa solicitação para participação na criação de instrumentos da política de estímulo ao desenvolvimento preconizada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 1488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício a Ilustríssima Senhora MARLENE PEREIRA, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 600 (seiscentos) cobertores para a Prefeitura Municipal de JAGUARIAÍVA (PR).

Tal solicitação prende-se a necessidade de atender a grande quantidade de famílias carentes do Município que sofrem com as baixas temperaturas alcançadas no inverno nessa região.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Jaguariaíva (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício a Ilustríssima Senhora MARLENE PEREIRA, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 600 (seiscentos) cobertores para a Prefeitura Municipal de IMBITUVA (PR).

Tal solicitação prende-se a necessidade de atender a grande quantidade de famílias carentes do Município que sofrem com as baixas temperaturas alcançadas no

inverno nessa região.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Imbituva (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício a Ilustríssima Senhora MARLENE PEREIRA, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 600 (seiscentos) cobertores para a Prefeitura Municipal de TELÊMACO BORBA (PR).

Tal solicitação prende-se a necessidade de atender a grande quantidade de famílias carentes do Município que sofrem com as baixas temperaturas alcançadas no inverno nessa região.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício a Ilustríssima Senhora MARLENE PEREIRA, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 600 (seiscentos) cobertores para a Prefeitura Municipal de CASTRO (PR).

Tal solicitação prende-se a necessidade de atender a grande quantidade de famílias carentes do Município que sofrem com as baixas temperaturas alcançadas no inverno nessa região.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Castro (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício a Ilustríssima Senhora MARLENE PEREIRA, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 600 (seiscentos) cobertores para a Prefeitura Municipal de IPIRANGA (PR).

Tal solicitação prende-se a necessidade de atender a grande quantidade de famílias carentes do Município que sofrem com as baixas temperaturas alcançadas no inverno nessa região.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Ipiranga (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJAMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício a Ilustríssima Senhora MARLENE PEREIRA, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 600 (seiscentos) cobertores para a Prefeitura Municipal de IVAÍ (PR).

Tal solicitação prende-se a necessidade de atender a grande quantidade de famílias carentes do Município que sofrem com as baixas temperaturas alcançadas no inverno nessa região.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Ivai (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJAMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício a Ilustríssima Senhora MARLENE PEREIRA, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 600 (seiscentos) cobertores para a Prefeitura Municipal de PIRAI DO SUL (PR).

Tal solicitação prende-se a necessidade de atender a grande quantidade de famílias carentes do Município que sofrem com as baixas temperaturas alcançadas no inverno nessa região.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Pirai do Sul (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJAMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício a Ilustríssima Senhora MARLENE PEREIRA, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 600 (seiscentos) cobertores para a Prefeitura Municipal de TIBAGI (PR).

Tal solicitação prende-se a necessidade de atender a grande quantidade de famílias carentes do Município que sofrem com as baixas temperaturas alcançadas no inverno nessa região.

Da decisão do Plenário, requer, ainda,

seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Tibagi (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJAMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1496

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício a Ilustríssima Senhora MARLENE PEREIRA, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 600 (seiscentos) cobertores para a Prefeitura Municipal de ORTIGUEIRA (PR).

Tal solicitação prende-se a necessidade de atender a grande quantidade de famílias carentes do Município que sofrem com as baixas temperaturas alcançadas no inverno nessa região.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Ortigueira (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJAMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício a Ilustríssima Senhora MARLENE PEREIRA, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 600 (seiscentos) cobertores para a Prefeitura Municipal de VENTANIA (PR).

Tal solicitação prende-se a necessidade de atender a grande quantidade de famílias carentes do Município que sofrem com as baixas temperaturas alcançadas no inverno nessa região.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Ventania (PR).

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1508

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de mensagem ao Excelentíssimo Senhor Luiz Antonio Fleury Filho, Digno Governador do Estado de São Paulo, solicitando apuração rigorosa do crime cometido contra os dirigentes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU: José Luiz Sundermann e Rosa Hernandez Sundermann, ocorrido na madrugada do dia 12 de junho passado, na cidade de São Carlos, interior de São Paulo, com a conseqüente punição aos executantes e aos mandantes de tal crime.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(aa) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

José Luiz Sundermann, além de militante do PSTU, era dirigente sindical da Federação dos Servidores da Universidade de São Carlos. Começou a atuar no movimento sindical em 1978. Foi militante do PT desde sua fundação. Sua esposa, Rosa Hernandez Sundermann, era membro da Direção Nacional do PSTU. Teve participação nas greves de bóias-frias da região de Tabatinga e São Carlos.

Esses dois companheiros foram assassinados, como muitos outros que lutam pela reforma agrária e na defesa dos interesses dos trabalhadores. A impunidade no Brasil já se tornou "lugar comum". O caso de Chico Mendes ganhou destaque internacional e, no entanto, seus assassinos continuam impunes.

É inadmissível a continuidade desses crimes contra trabalhadores que lutam por justiça e uma vida melhor.

Por isso solicitamos do Governo de São Paulo a apuração rigorosa do crime e que leve não só aos executantes como também aos mandantes e conseqüente punição dos assassinos.

REQUERIMENTO N° 1458

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento da Estrada Rodeio - Estrada Vicinal-, Município de Cianorte, numa distância aproximada de 6 (seis) quilômetros, ligando à estrada de Cianorte - Distrito de Vidigal, até à Venda Rodeio, interligando, assim, ao trecho, já concluído, até o Município de São Tomé.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação representa uma antiga reivindicação da população local, uma vez que trará muitos benefícios às atividades econômicas daquela área, essencialmente agropecuária, bem como aos moradores que terão maior facilidade de acesso a outros centros, já que ficará interligada às principais estradas do Estado.

REQUERIMENTO N° 1464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Elerian Zanetti, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de mais duas (02) salas de au-

la, na Escola Estadual de Guaraguaçu, no Município de Paranaguá-Pr.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A cada ano que passa, esse estabelecimento de ensino, situado na localidade de Guaraguaçu, na estrada das praias, tem aumentado o número de alunos, e conforme reclamações constantes dos moradores existe a necessidade da ampliação, com a construção de mais duas (02) salas de aula, com isso estará se atendendo a demanda escolar, e ampliando a abertura de novas turmas, em séries diferentes.

REQUERIMENTO N° 1465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Rogério Walbach Tizzot, Mui Digno Diretor Geral do DER/PR, reiterando o pedido da construção de acostamento na PR-412, trecho entre Praia de Leste e Pontal do Sul.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Desde que assumiu o Executivo Estadual, o ex-Governador do Estado comprometeu-se nas poucas vezes que esteve em visita aos balneários de Paranaguá a realizar essa importante obra, cujos resultados positivos entre os muitos pontos será o de salvar vidas humanas. Dias antes de deixar o Palácio Iguaçu, na região de Paranaguá, ele disse para os presentes que estava assinando um documento autorizando a realização da estrada. Desse período mais de 60 dias se passaram e nada foi realizado.

Que cópias desse nosso requerimento sejam endereçadas para: 1 - Excelentíssimo Senhor Carlos Antonio Tortato, Digníssimo Prefeito Municipal de Paranaguá, Rua Júlia da Costa, 322 - CEP 83203-060; 2 - Ilustríssimo Senhor José Luiz Boabaid, MD. Presidente da Associação Com. Ind. de Paranaguá, Rua Rodrigues Alves, 621 - CEP 83203-420; 3 - Ilustríssimo Senhor Mário Mickuz, MD. Diretor da Rádio Difusora de Paranaguá, Rua Prof. Cleto Viana, 305 - CEP: 83203-240; 04 - Aos Excelentíssimos Senhores Vereadores (conforme relação em anexo).

REQUERIMENTO N° 1466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente (Fax), ao Ilmo. Sr. Dr. Celso Fernandes Ribeiro, MD Engenheiro Chefe do 9° DRF do DNER, solicitando com

urgência proceder melhoramentos na sinalização no trecho da Serra do Mar, da BR-277, entre Paranaguá-Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Nessa época do ano, acentuam-se com maior permanência, o chamado fenômeno "neblina", e a falta de uma sinalização adequada, traz sérios transtornos aos motoristas, causando sempre acidentes, especialmente no período noturno.

Assim sendo, para evitarmos uma tragédia, solicitamos com urgência que seja enviado um Fax (expediente), solicitando com a devida urgência proceder melhoramentos na sinalização da BR-277, no trecho da Serra do Mar.

Requeiro ainda que, do presente sejam endereçadas cópias desse nosso requerimento as seguintes autoridades:

1 - Ilmo. Sr. José Luiz Boabaid, MD Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, Rua Rodrigues Alves, 621 - CEP: 83.203-420.

2 - Ilmo. Sr. Mário Mickuz, MD Diretor da Rádio Difusora de Paranaguá, Rua Prof. Cleto Viana, 305 - CEP: 83.203-240.

REQUERIMENTO N° 1470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Cel. Eugênio Semmer, DD. Comandante do Policiamento do Interior do Estado-PR, reiterando o pedido para a ampliação do efetivo do 9° Batalhão da Polícia Militar, sediado em Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O litoral paranaense em função do número de habitantes, está praticamente desguarnecido com relação a Polícia Militar. Só não acontecem mais crimes contra o patrimônio e pessoas, pela eficiência, dinamismo, responsabilidade, civismo, patriotismo, e acima de tudo "muito amor" pelo que fazem os atuais integrantes do 9° Batalhão da Polícia Militar, cujo comando está entregue a competência do Ten. Cel. Dilson Antonio Consentino, e a capacidade de administrar é das melhores na área de militarismo no nosso Estado.

Num levantamento superficial, existem entre 20 e 30 localidades, com mais de 400 habitantes sem nenhum policiamento preventivo, enfim sem nenhuma autoridade policial, ou mesmo colaboradores da segurança. Lamenta-se profundamente, que o ex-Governador Roberto Requião, tenha esquecido completamente o setor de Segurança Pública na região do litoral paranaense, onde

aproximadamente mais de 20 mil pessoas não possuem nenhum tipo de assistência, para dar-lhes garantia e tranqüilidade. A situação se alastra a cada dia que passa, por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente ao Exmo. Sr. Cel. Eugênio Semmer, DD. Comandante do Policiamento do Interior - PR., solicitando que ainda esse ano determine ao Comando Geral da Polícia Militar o aumento do efetivo do 9° Batalhão da Polícia Militar, sediada em Paranaguá, e que dê atendimento às Cidades de Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá, Morretes, Matinhos e Guaratuba.

REQUERIMENTO N° 1471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Cel. Itamar Alves, DD. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado-PR, reiterando o pedido para a ampliação do efetivo do 9° Batalhão da Polícia Militar, sediado em Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O litoral paranaense em função do número de habitantes, está praticamente desguarnecido com relação a Polícia Militar. Só não acontecem mais crimes contra o patrimônio e pessoas, pela eficiência, dinamismo, responsabilidade, civismo, patriotismo, e acima de tudo "muito amor" pelo que fazem os atuais integrantes do 9° Batalhão da Polícia Militar, cujo comando está entregue a competência do Ten. Cel. Dilson Antonio Consentino, e a capacidade de administrar é das melhores na área de militarismo no nosso Estado.

Num levantamento superficial, existem entre 20 e 30 localidades, com mais de 400 habitantes sem nenhum policiamento preventivo, enfim sem nenhuma autoridade policial, ou mesmo colaboradores da segurança. Lamenta-se profundamente, que o ex-Governador Roberto Requião, tenha esquecido completamente o setor de Segurança Pública na região do litoral paranaense, onde aproximadamente mais de 20 mil pessoas não possuem nenhum tipo de assistência, para dar-lhes garantia e tranqüilidade. A situação se alastra a cada dia que passa, por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente ao Exmo. Sr. Cel. Itamar Alves, DD. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado-PR., solicitando que ainda esse ano determine ao Comando Geral da Polícia Militar o aumento do efetivo do 9° Batalhão da Polícia Militar, sediada em Paranaguá, e que dê atendimento às Cidades de Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá, Morretes, Matinhos e Guaratuba.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Rolf Koemer Júnior, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, reiterando o pedido para a ampliação do efetivo do 9° Batalhão da Polícia Militar, sediado em Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O litoral paranaense em função do número de habitantes, está praticamente desguarnecido com relação a Polícia Militar. Só não acontecem mais crimes contra o patrimônio e pessoas, pela eficiência, dinamismo, responsabilidade, civismo, patriotismo, e acima de tudo "muito amor" pelo que fazem os atuais integrantes do 9° Batalhão da Polícia Militar, cujo comando está entregue a competência do Ten. Cel. Dilson Antonio Consentino, e a capacidade de administrar é das melhores na área de militarismo no nosso Estado.

Num levantamento superficial, existem entre 20 e 30 localidades, com mais de 400 habitantes sem nenhum policiamento preventivo, enfim sem nenhuma autoridade policial, ou mesmo colaboradores da segurança. Lamenta-se profundamente, que o ex-Governador Roberto Requião, tenha esquecido completamente o setor de Segurança Pública na região do litoral paranaense, onde aproximadamente mais de 20 mil pessoas não possuem nenhum tipo de assistência, para dar-lhes garantia e tranqüilidade. A situação se alastra a cada dia que passa, por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente ao Exmo. Dr. Rolf Koemer Júnior, DD. Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando que ainda esse ano determine ao Comando Geral da Polícia Militar o aumento do efetivo do 9° Batalhão da Polícia Militar, sediada em Paranaguá, e que dê atendimento às Cidades de Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá, Morretes, Matinhos e Guaratuba.

REQUERIMENTO N° 1473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Mário Pereira, DD. Governador do Estado, e ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Lobo Blasi, DD. Secretário de Estado dos Transportes, lamentando a nomeação de pessoas de fora de Paranaguá e do litoral para Cargos em Comissão na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA.

Sala das Sessões, em 14.06.94

JUSTIFICATIVA:

Os méritos concedidos ao Porto de Paranaguá - um dos mais produtivos do Brasil - dá-se em grande parte pelo suor do corpo de funcionários que lá trabalham. Portanto, o desempenho portuário (provado no decorrer dos anos) está intimamente relacionado à classe trabalhadora, que desempenha suas funções com honra e determinação, levando o Porto à condição de o melhor do Brasil.

No entanto, o trabalhador que lutou, que teve que demonstrar paciência e capacidade tem seus cargos ameaçados por nomeações feitas por homens públicos irresponsáveis e inconseqüentes. Estas nomeações não beneficiam nem o Poder Público nem a população. Os beneficiados são de fora de Paranaguá e Litoral, o que desmerece a mão-de-obra local e onera a empresa pública, com gastos de transportes e hospedagem. Além disso, tal recomendação prejudica a dinâmica e a qualidade do terminal, pois os cargos são entregues a iniciantes e inexperientes que mal sabem diferenciar uma barcaça de um navio. Vê-se por aí que essa reciclagem é contraproducente e não visa um melhor desempenho funcional. Portanto, não podemos ser coniventes, pois ao se beneficiar desqualificados, desmerecemos cérebros de potencialidades. Paranaguá vive em função do Porto e é injusto que não se dê oportunidade a seus habitantes.

O Porto de Paranaguá por ser uma empresa que exerce atividade econômica visando o lucro não pode ser usada como cabide de emprego por apadrinhados de homens públicos. O cargo tem que ser merecido e honrado e não entregue de maneira facilitada a inexperientes. É inadmissível que a máquina pública seja manipulada por homens que visam seus próprios e escusos fins. Essas práticas mancham os procedimentos políticos em nosso País. O critério para se entregar um cargo de confiança deve ser a competência profícua e não a amizade.

REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Rolf Koerner Júnior, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que seja determinado medidas urgentes, para a reforma da Delegacia Pública do Município de Engenheiro Beltrão.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal, José Orlando Romeiro.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A segurança é um dos itens que mais aparece nas pesquisas de opinião pública, quando se quer saber o que a população deseja que seja mais eficiente, pois é o que atormenta as famílias. O Município de Engenheiro Beltrão dispõe de excelentes policiais, tanto civil, como militares, que de forma abnegada têm realizado verdadeiras façanhas na defesa do cidadão, da família e do patrimônio, no entanto, dispõe de precárias condições de encarceramento dos delinqüentes e marginais perigosos, necessitando urgentes medidas para reformar o prédio e melhorar sensivelmente as instalações da cadeia pública.

REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente as autoridades relacionadas, objetivando a mudança dos critérios de correção da dívida dos Municípios que firmaram "termo de confissão de dívida" com a Caixa Econômica Federal.

São as seguintes autoridades:

1. Senador José Eduardo de Andrade Vieira;
2. Senador José Richa;
3. Senador Afonso Camargo;
4. Deputado Federal Deni Schwartz;
5. Deputado Federal Ivânio Guerra.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Em 1991 vários municípios brasileiros, entre os quais muitos paranaenses, firmaram acordo com a Caixa Econômica Federal denominado "termo de confissão de dívida".

Referido "termo de confissão de dívida" teve por finalidade fazer com que os municípios signatários reconhecessem o não recolhimento do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço/FGTS, no período compreendido entre Maio de 1969 e Junho de 1991, e, por fim, estabelecida uma renegociação da dívida. Isto permite a retirada de obstáculos à obtenção de Certidões junto a Caixa Econômica Federal, necessárias para a assinatura de convênios com órgãos públicos.

O acordo firmado estabelece o pagamento das parcelas devidas de forma retroativa (de 1991 até 1969), acrescidas de juros e correção monetária. No entanto, após decorridos 03 (três) anos da sua assinatura, e devido ao agravamento da crise que assola o Brasil há mais de 10 (dez) anos, os Municípios signatários estão tendo sérias dificuldades para arcarem com mais este encargo social, tendo em vista principalmente a incidência da correção e dos altos juros. Além disto, eles devem pagar também

os demais encargos sociais (INSS, PIS) não recolhidos na época correta, além dos atuais.

Esta situação é mais um fator de sobrecarga da fazenda municipal, cujas finanças encontram-se devastadas, em prejuízo da comunidade que, por mais das vezes, vê-se privada dos serviços essenciais.

Finalizamos certos do apoio dos nobres Pares, vez que acreditamos que como não consideramos justo que nossos municípios tenham que arcar com as nefastas consequências de más administrações, ocorridas há 20 (vinte) anos atrás.

REQUERIMENTO N° 1485

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a implantação de ensino de 5.^a a 8.^a séries do 1º Grau na Escola Estadual Gelvira Pacheco, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor José Aparecido da Silva (Rua Irmã Anatolia, n° 71 - Bairro Cachoeira/Vila Pompéia - CEP 82.220-370), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Localizada na Rua Carmelina Cavassin, n° 385, Bairro Barreirinha, nesta Capital, a Escola Gelvira Correia Pacheco, mantém ensino de primeiro grau.

Porém, não oferece o ensino entre a 5.^a a 8.^a séries, e obrigando centenas de crianças a procurar outros estabelecimentos, como as escolas Angelo Gusso ou Santa Gemma, localizadas nos bairros vizinhos, onerando as famílias com a necessidade de transporte.

Em razão disso, inúmeros moradores da Barreirinha e proximidades nos têm procurado para gestionar junto à Secretaria de Educação a implantação do ensino entre 5.^a e 8.^a séries naquele estabelecimento de ensino.

REQUERIMENTO N° 1487

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, BANESTADO, solicitando a instalação de uma agência bancária na divisa dos Municípios de Curitiba e Almirante Tamandaré, preferencialmente no bairro Cachoeira.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor José Aparecido da Silva (Rua Irmã Anatolia, n° 71 - Bairro Cachoeira/Vila Pompéia - CEP 82.220-370), nesta Capital.

Ir. Anatolia, n° 71 - Bairro Cachoeira/Vila Pompéia - CEP 82.220-370), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se em função do elevado número de habitantes da região em questão, além de comércio próspero, que vêm sendo atendidos pelas agências no bairro Ahú, localizadas a considerável distância.

A instalação da referida agência, no local sugerido, beneficiaria moradores de Curitiba e de Almirante Tamandaré.

Diante disso, confiamos nas providências do BANESTADO, a fim de providenciar os devidos estudos e viabilizar o atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO N° 1498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nilton Sérgio R. Grein, Digníssimo Secretário do Trabalho e da Ação Social, reiterando um atendimento às Associações de Bairros do Município de Paranaguá, nos vários setores de atividades desta pasta.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Governo Estadual através da mídia, isso na época do ex-Governador Roberto Requião, divulga os vários programas existentes na Secretaria de Trabalho e da Ação Social, inclusive citando o amparo dado às Associações de Bairros.

Nesses anos todos, a cidade de Paranaguá apenas viu o tempo passar, e nada de concreto foi realizado, embora todos os Presidentes de Associações tenham procurado o órgão, antes de fechar o escritório naquela importante cidade do Estado.

Durante o nosso trabalho nessa Assembleia Legislativa, solicitamos constantemente essa ação governamental, porém tudo ficou apenas em estudos...

Requeiro ainda que, do presente sejam endereçadas cópias desse nosso requerimento às seguintes autoridades:

1 - Ilustríssimo Senhor José Luiz Boabaid, Mui Digno Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, Rua Rodrigues Alves, 621 - CEP: 83203-420.

2 - Ilustríssimo Senhor Mário Mickuz, Mui Digno Diretor da Rádio Difusora de Paranaguá, Rua Prof. Cleto Viana, 305 - CEP: 83203-240.

3 - Aos Excelentíssimos Vereadores de Paranaguá (relação em anexo).

4 - Aos Ilustríssimos Presidentes de

REQUERIMENTO N° 1499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Reinaldo José Rodrigues dos Santos, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando informações com relação o que está sendo feito para combater a erosão na Ilha do Mel, Município de Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Utilizando-se dos espaços nos órgãos de comunicação, o ex-Governador Roberto Requião, alardeou pelo Estado, que estava autorizando na época, o então Secretário de Desenvolvimento Urbano, através da SUCEAN, a proceder imediatamente o combate à erosão na Ilha do Mel, que está dividindo duas partes daquele pitoresco recanto na Baía de Paranaguá. Naquela época, os moradores ficaram satisfeitos, porém o tempo foi passando e nada viram de concreto.

Requeiro ainda que, do presente requerimento sejam endereçados cópias para as seguintes autoridades:

1 - Ilustríssimo Senhor José Luis Boabaid, mui Digno Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, Rua Rodrigues Alves, 621 - CEP: 83203-420.

2 - Ilustríssimo Senhor Mário Mickuz, Mui Digno Diretor da Rádio Difusora de Paranaguá, Rua Prof. Cleto Viana, 305 - CEP: 83203-240.

3 - Excelentíssimos Senhores Vereadores de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 1500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rubens Bayma Denys, Digníssimo Ministro dos Transportes, solicitando a liberação de recursos para compras de equipamentos (inclusive recuperações) da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente o Governo Estadual, através dos gastos vultosos na mídia, deixou transparecer que estava efetuando gastos em milhões de cruzeiros reais, na recuperação, e compras de equipamentos à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, foi um dos maiores erros

cometidos contra a economia do Estado do Paraná, pelo ex-Governador Roberto Requião.

Aliás, é de se registrar inclusive o desvio de dinheiro público, da APPA, conforme ato do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, onde está descrito a recuperação de uma draga, que encontra-se totalmente arruinada, num dos pier de atracação do terminal portuário, provando a olho nu que não houve nenhum reparo, nada foi feito nesses últimos 3 anos. Sabe-se perfeitamente que, o Porto de Paranaguá vem operando regularmente, pela dedicação dos seus funcionários, e integridade profissional dos trabalhadores dos Sindicatos, aliado a grande contribuição dada pelos usuários. Esse é o porto de hoje, considerado o maior porto graneleiro da Nação.

Se realmente, não houver uma tomada de posição do Governo Federal, liberando os necessários recursos, haveremos de amargar dias terríveis em relação ao Porto de Paranaguá, cuja constituição para a Nação é das mais positivas em termos financeiros.

Requeiro ainda que, cópias desse nosso requerimento sejam endereçados às seguintes autoridades:

1 - Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Governador do Estado do Paraná;

2 - Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Lobo Blasi, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes;

3 - Excelentíssimos Vereadores de Paranaguá (conforme relação em anexo);

4 - Ilustríssimo Senhor José Carlos Sersen Júnior, mui Digno Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, BR-277 - Km 0 - Centro Administrativo Taguaré - CEP: 83206-380 - Paranaguá-PR;

5 - Ilustríssimo Senhor Wilson Moraes da Silva, Mui Digno Presidente do Sindicato dos Empregados Portuários no Estado do Paraná - SINDEPAR, Avenida Bento Rocha, s/n° - C.P. 436 - CEP: 83209-410 - Paranaguá-PR;

6 - Ilustríssimo Senhor José Luiz Boabaid, Mui Digno Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, Rua Rodrigues Alves, 621 - CEP: 83203-420 - Paranaguá-PR;

7 - Ilustríssimos Presidentes de Sindicatos de Paranaguá.

8 - Ilustríssimo Senhor Mário Mickuz, Mui Digno Diretor da Rádio Difusora de Paranaguá, Rua Prof. Cleto Viana, 305 - CEP: 83203-240 - Paranaguá-PR.

REQUERIMENTO N° 1501

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários da extinta linha de ônibus Atuba, os quais são moradores do Jardim Campo Alto e Jardim Central e foram prejudicados com a retirada dessa linha. Pedem a volta da linha ou um alimentador no Jardim Campo Alto que favoreça os usuários, principalmente após às 22 hs, pois os mesmos não têm como retornar às suas residências.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1502

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores daquele município, quanto a solução do problema que está ocorrendo com dois semáforos lá existentes. Na Rodovia João Leopoldo Jacomel esquina com a Rua 24 de Maio (à direita da João Jacomel e à esquerda é a Rua Maringá) o calçamento foi recuado, o semáforo ficou 60 cm longe do meio fio e dentro da rua; e na mesma rodovia, esquina com a Avenida Camilo de Lellis, o semáforo ficou no meio da rua.

Face o exposto, muitos transtornos estão sendo causados a todos que por lá trafegam, motivo este levou os moradores de Pinhais a solicitarem à Prefeitura que os semáforos sejam colocados no local certo, procurando-se evitar acidentes.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1503

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários dos ônibus das linhas Timbú e Eugênia Maria - Colombo-PR, os quais solicitam que seja aumentado o número de veículos devido os já existentes nas linhas não estarem dando conta da demanda de pessoas que os utilizam. Os usuários afirmam que os ônibus demoram muito e quando param nos pontos, por trafegarem superlotados, deixam muitas pessoas nos pontos.

Pede-se que o pedido seja atendido, uma vez que os usuários estão sendo seriamente prejudicados, principalmente aqueles

que utilizam os ônibus para chegarem em seus locais de trabalho.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1504

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pela moradora da casa n° 514, da Rua Joaquim Nabuco, localizada na Vila Tingüi, a qual solicita que seja implantada rede de esgoto nesse endereço, tendo em vista que somente ela não dispõe desse benefício na rua citada.

Pede que o seu pedido seja atendido, uma vez que muitos transtornos são causados a ela pela falta de tal serviço de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1505

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de executar a limpeza de uma fossa localizada na Escola Estadual Padre Silvestre Candoura - Bairro São Braz, a qual está completamente cheia, exalando um mau cheiro insuportável. O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos da escola, afirmando que é impossível a permanência dos professores e de seus filhos nas salas de aula.

A situação encontra-se crítica, motivo este que originou o presente pedido, solicitando que o problema seja sanado o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, Diretor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, solicitando a instalação de um aparelho telefônico DDD, ou telefone público que receba ligações, no prédio da Escola Estadual Nossa Sra. de Fátima, Distrito de Guamirim, no Município de Irati.

Tal solicitação visa facilitar a comunicação de alunos e professores daquela escola, situada no Distrito de Guamirim, com a sede do Município.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Rolf Koerner Júnior, solicitando a construção de Subdelegacia da Polícia Civil, no Distrito de São Vicente, no Município de Araruna.

A presente solicitação visa dar maior segurança aos moradores daquela comunidade, visto ser uma das prioridades mais reivindicadas do Distrito.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Programa de Adequação de Estradas Rurais, no Município de Inácio Martins.

A presente solicitação visa atender os agricultores das regiões mais distantes da sede do município, que encontram dificuldades no escoamento da safra agrícola, devido má conservação das vias de acesso.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Sinval Guazelli, Ministro de Estado da Agricultura, a fim de que sejam olvidados todos os esforços para a imediata liberação dos recursos do crédito de custeio da safra de inverno, que deveriam estar à disposição dos agricultores já no dia de ontem (13), nas agências do Banco do Brasil, em todo País.

Os triticultores da região dos Campos Gerais do Paraná estão em plena época de plantio de trigo, mas apenas 35% dos produtores tiveram acesso ao crédito de custeio. O atraso na liberação dos recursos está gerando uma grande preocupação por parte dos produtores, por ser esta a época

ca ideal para o plantio.

Especificamente para os produtores desta região, o volume de recursos aguardado é de aproximadamente três bilhões de cruzeiros reais. Se estes valores não forem imediatamente liberados, a triticultura nacional mais uma vez terá sua safra reduzida, implicando, com isso, a penalização do produtor brasileiro, que sofrerá com as importações do produto a serem realizadas no transcurso do ano agrícola.

A região dos Campos Gerais é conhecida internacionalmente pelo seu alto nível tecnológico, pois nela nasceu e se desenvolveu o Sistema de Plantio Direto na Palha, e é onde se obtém as maiores produtividades por hectare de grãos no País.

Estes são os motivos que fazem o produtor dos Campos Gerais continuar teimando em plantar trigo e acreditar no Brasil.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1517

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Nilo Batista e ao Secretário Estadual da Polícia Civil do Rio de Janeiro, solicitando providências imediatas na apuração dos fatos que ocasionaram a morte do Advogado Reinaldo Guedes Miranda e do Historiador Hermógenes de Almeida Silva Filho.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(aa) ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1506

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, envio de pedido de informação ao Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Adhail Sprenger Passos, solicitando cópia, de inteiro teor, do processo das averiguações realizadas pela Comissão de Sindicância instaurada para ouvir os servidores e o ex-diretor da UNIOESTE, Sr. Paulo Roberto Nogueira, a respeito de denúncia de assédio sexual.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(aa) DR. ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Há mais de um mês ocorreu a denúncia de assédio sexual contra a menor E. M. S., estagiária no Centro Universitário de Cascavel.

A imprensa nesse período vem divulgando o andamento do processo. Segundo a

Folha de Londrina do dia 01.06.94, a UNIOESTE estaria investigando professores e funcionários que se solidarizaram com a menor e que também seria realizado inquérito administrativo contra Paulo Roberto Nogueira.

Nesse sentido é que solicitamos cópia dos dois processos, o que envolve os funcionários e o ex-diretor, para que o Poder Legislativo acompanhe, como forma de fiscalizar, garantindo a transparência do processo.

REQUERIMENTO N° 1507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. José Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando:

1) O livro "Produzir Sem Destruir" de autoria de José Tarcísio Fialho foi impresso por alguma editora ou pelo próprio autor?

1.1) O referido livro foi impresso em qual gráfica?

1.2) Solicitamos comprovantes do pagamento efetuado pelo autor ou pela editora à gráfica.

2) O serviço de digitação/composição do livro "Produzir Sem Destruir" foi efetuado por empresa ou por pessoa física?

2.1) Solicitamos comprovante do pagamento efetuado.

3) Através de quais meios está sendo feito o lançamento e divulgação do livro?

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Em recente viagem a São Paulo tomei conhecimento da existência do livro "Produzir Sem Destruir" de autoria de José Tarcísio Fialho.

Como José Tarcísio Fialho é o responsável pela EMATER-PR cabe a V. Exa. responder a solicitação feita, uma vez que existe a possibilidade daquele órgão ter sido usado para estes fins.

REQUERIMENTO N° 1518

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de instauração de Comissão de Sindicância, formada por técnicos da Secretaria Estadual de Saúde, para verificar quais foram as circunstâncias que envolveram o falecimento de Daniele da Silva, segundo laudo médico, vítima de picada da chamada "aranha marrom".

Daniele foi atendida no dia 30 de maio último no Posto de Saúde de Fazenda Rio Grande, quando a sua tia Cíanara E. S. da

Curitiba, terça, em 14.06.94

Silva, a acompanhava, assinando, inclusive, a sua ficha de atendimento médico ambulatorial. No dia seguinte, 31 de maio, foi a vez da própria paciente assinar sua ficha de atendimento. (ver documento em anexo). Sempre atendida pelo médico Dr. José Carlos Bettega.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 216/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o "Dia da Cultura Racional no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 07 de junho.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Cultura Racional tem natureza universal porque toda a humanidade tem o direito e precisa desenvolver a mecânica do raciocínio e é a cultura da racionalização dos povos.

É, porém, uma cultura genuinamente brasileira porque o Brasil é o berço dessa cultura. Ao longo dos anos essa cultura vem projetando internacionalmente o nosso País como um grande exemplo de fraternidade e concórdia entre os povos.

A Cultura Racional nasceu no Brasil, no dia 04 de outubro de 1935, e o seu mestre e responsável pela grande obra, Manoel Jacinto Coelho, iniciou sua divulgação na década de setenta.

Essa obra maravilhosa é constituída de aproximadamente mil livros e foi concluída no dia 04 de junho de 1988, no Estado do Rio de Janeiro.

O principal objetivo da Cultura Racional é o desenvolvimento da mecânica do raciocínio, localizada na Glândula Pineal ou Epífase, na base do Istmo do Mesencéfalo. É a partir daí que o ser humano desenvolve o potencial racional e inteligência.

A obra já foi editada em quatorze idiomas e já conta com mais de oitenta milhões de estudantes e seguidores no Brasil e exterior. Eles realizam trabalhos sociais e culturais em várias partes do mundo: Estados Unidos, África, República Dominicana e Argentina, entre outros.

No Brasil, o Paraná conta com um centro para divulgação e desenvolvimento dessa Cultura. Esses numerosos seguidores nos pedem a instituição do Dia da Cultura

Racional no Paraná, a exemplo do que já se fez em outros Estados, como Distrito Federal, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Espírito Santo, por exemplo.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 217/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Yasuhiro Iwata.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Yasuhiro Iwata, o mais jovem executivo a ocupar a Presidência de uma subsidiária da Nippondenso. Notabilizado pelo desenvolvimento permanente da regionalização de fornecedores através da transferência de técnicas avançadas de produção, melhoramento da qualidade e produtividade. Agregou ao Parque Industrial da Região, tecnologias de última geração entre elas o sistema de ar condicionado com novo gás refrigerante (R134a) não agressivo à camada de ozônio.

Devemos salientar, que, além de muitos empregos gerados, há que se considerar as divisas acrescentadas ao Paraná, Estado que abraçou com profundo sentimento de afeição.

Podemos concluir que, superando a crise em que se encontra o País, trabalha incansavelmente, tendo como mola propulsora de suas atividades a função social da empresa.

Pelos motivos expostos, solicito o apoio dos nobres Pares, ao projeto de lei ora proposto.

PROJETO DE LEI N° 218/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, com sede e foro na Cidade de Curitiba, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, com sede e foro na Cidade de Curitiba,

neste Estado.

Esta entidade, sem fins lucrativos, tem como finalidade dar assistência à educação integral a meninos e meninas de rua através de um processo participativo e libertador, que os façam agentes da sua própria promoção. As crianças e adolescentes em situação de risco e/ou abandono serão as atendidas pela entidade.

PROJETO DE LEI N° 219/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A realização de sorteios destinados a angariar recursos para o fomento do desporto, dentro dos limites territoriais do Estado do Paraná dependerá de prévia autorização do serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Parágrafo Único - Os sorteios ou similares realizados fora das condições estabelecidas nesta lei ficam subordinados aos dispositivos da Lei n° 5.768, de 20.12.71 e do Decreto n° 70.951, de 09.08.72 mesmo quando se tratar de entidade desportiva, de administração ou de prática, buscando recursos para o fomento do desporto.

Art. 2° - A autorização para a realização do sorteio, exigida no artigo anterior, somente será concedida às pessoas jurídicas de natureza desportiva, previamente credenciadas, que comprovem estar quites com os tributos federais, com a seguridade social, e com os tributos estaduais e municipais da sede da pessoa jurídica.

Parágrafo Único - A entidade desportiva autorizada poderá utilizar os serviços da sociedade comercial para administrar a realização de sorteio, mediante contrato registrado no Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 3° - A forma de comprovação de atividade e participação em competições oficiais de que trata o art. 57 da Lei n° 8.672 de 1993, para efeito do credenciamento mencionado no artigo anterior, será fornecida, no mínimo, por:

I - Entidades de administração do desporto do Estado do Paraná e seus municípios, comprovando a atuação regular e continuada na gestão da modalidade em sua área de atuação, com a realização de todas as competições oficiais obrigatórias do calendário, fornecido pelo órgão público legalmente incumbido da coordenação do sistema de desportos no Estado do Paraná.

II - Das entidades de prática, comprovante de filiação em entidades de administração de quaisquer dos sistemas do desporto e declaração de participação efetiva na última competição oficial concluída em,

no mínimo, três modalidades olímpicas, fornecidas pelas entidades de administração a que se referirem.

Art. 4º - O total dos recursos arrecadados em cada sorteio terá a seguinte destinação:

I - Sessenta e quatro por cento para premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos;

II - Um por cento para a administração dos serviços pela SERLOPAR;

III - Trinta e cinco por cento para a entidade desportiva autorizada a aplicar em projetos ou atividades de fomento do desporto e custear as despesas de administração e divulgação.

Art. 5º - Em qualquer hipótese, a autorização para a realização dos sorteios, de que trata o art. 1º desta lei, dependerá de prévia aprovação dos recursos obtidos, conforme dispõe o inciso III do artigo anterior.

Art. 6º - Os sorteios mencionados no artigo 1º desta lei ficam restritos à utilização das seguintes modalidades lotéricas:

I - Bingo: Loteria em que se sorteiam, ao acaso, números de 01 até 90, mediante sucessivas extrações, até que um ou mais concorrentes atinjam o objetivo previamente determinado, utilizando processo isento de contato humano que assegure integral lisura aos resultados;

II - Sorteio Numérico: Sorteio de números, tendo por base os resultados das loterias Federal e do Estado do Paraná;

III - Bingo Permanente: a mesma modalidade prevista no inciso I, com a autorização para ser aplicada nas condições específicas nesta lei;

IV - Similares: outras modalidades previamente aprovadas com aplicação restrita no âmbito do Estado do Paraná.

§ 1º - Os sorteios da modalidade Bingo e Sorteio Numérico poderão ser articulados com a realização de eventos desportivos, sendo obrigatória, nesses casos, a entrega dos prêmios aos vencedores, durante as competições.

§ 2º - Nos sorteios das modalidades Bingo Permanente, as entidades autorizadas obrigam-se a instalar sala de Bingo com capacidade de, no mínimo, 500 participantes sentados, com horário de funcionamento determinado, em sua sede ou fora dela, mas sempre sob exclusiva responsabilidade que disponha do sistema de extração de números requerido, bem como dos sistemas de circuito fechado de televisão e de difusão de som, que permitam a todos os participantes perfeita visibilidade de cada procedimento

dos sorteios, e do seu permanente acompanhamento. É permitido o uso de sistemas eletrônicos, de comprovada segurança, que possibilitem o total controle da arrecadação e do pagamento do prêmio.

§ 3º - Os salões de Bingo Permanente poderão funcionar com sessões diárias programadas para a realização de diversos e sucessivos sorteios, integrados ou independentes uns dos outros.

§ 4º - É vedada a venda de cartelas fora dos salões de Bingo Permanente.

§ 5º - Os sorteios de modalidades similares poderão ocorrer por processos eletrônicos de comprovada segurança e previamente aprovados pelo Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 7º - Ao final de cada sorteio, serão distribuídos os respectivos prêmios, cujo valor total corresponderá ao previsto no inciso I do art. 4º desta Lei e cuja natureza - dinheiro, cheque, bens ou serviços - precisamente discriminada, sendo de prévio conhecimento de todos os participantes.

§ 1º - Em qualquer caso, os participantes premiados terão o prazo de até noventa dias para reclamar seus prêmios, findo o qual serão entregues ao Governo do Estado do Paraná para doá-los a entidades filantrópicas.

§ 2º - As sessões de sorteio serão registradas em ata redigida simultaneamente com a sua realização ou por processos informatizados de comprovada segurança que arquivem as informações pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias após a realização de cada evento.

Art. 8º - É vedado o acesso de menores de 18 anos no ambiente dos sorteios do Bingo Permanente.

Art. 9º - O Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, fiscalizará as entidades que realizarem os sorteios autorizados, conforme previsto no Artigo 1º desta Lei, sujeitando os que não cumprirem o plano de distribuição de prêmios ou desvirtuarem sua finalidade, às seguintes penalidades, cumulativamente:

I - Cassação da autorização;

II - Proibição de realizar novos sorteios pelo prazo de cinco anos;

III - Perda dos bens prometidos em prêmio, se estes ainda não tiverem sido entregues, ou multa igual ao valor dos mesmos, nunca inferior a 50 reais a serem recolhidos à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, se os prêmios já tiverem sido entregues ou não forem encontrados.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa adaptar a execução de sorteios previstos na "Lei Zico" nº 8.672 de 06 de julho de 1993, ao Estado do Paraná.

Cabe ressaltar a importância deste Projeto, em decorrência da premente necessidade em motivar de todas as formas a prática de atividades desportivas.

O País vem ocupando espaços, cada vez mais significativos no cenário desportivo internacional, e o nosso Estado contribui com parcela significativa deste contingente, mas poderá ser sobremaneira ampliado, dotando as entidades organizadas de mecanismos eficazes para tal.

Desta forma esperamos contar com a aprovação dos Srs. Deputados para a medida ora proposta.

PROJETO DE LEI Nº 220/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 9363, de 12 de setembro de 1990 e seu parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica concedida à Sra. Míriam de Oliveira Camargo Rodrigues, viúva do ex-Prefeito de Santo Antonio da Platina, Sr. Jamidas Antunes Rodrigues, uma pensão mensal no valor de 02 (dois) salários mínimos.

Parágrafo Único - O valor de que trata o "caput" deste artigo será atualizado por ocasião do reajuste do salário-mínimo."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.94

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A alteração desta lei se impõe por dever de justiça. O ex-Prefeito de Santo Antonio da Platina, Sr. Jamidas Antunes Rodrigues, era médico e sempre atuou fortemente na área social, minorando os sofrimentos do povo humilde e carente que batia à sua porta.

Foi um político e médico despreendido, sem maiores pretensões, razão pela qual faleceu pobre.

Sua viúva, Sra. Míriam de Oliveira Camargo Rodrigues, teve e tem sérias dificuldades financeiras para criar os filhos sobrevivendo com esta pensão, cujo valor em março/94 foi de 24,71 URV's, conforme comprovante em anexo.

Vale salientar que sua filha é portadora de grave enfermidade, o que agrava

mais a situação financeira da família.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, próximo ao ano 2000 quando muito se discute os direitos do homem, seja esses direitos individuais ou coletivos, quando muito se discute a questão da democracia e a luta contra a opressão e contra a exploração. Quando se fala no limiar de um novo século, século esse que se espera igualdade social, que se espera fraternidade, solidariedade entre as pessoas e entre os povos. Esse século se aproxima mas o Brasil continua ainda na barbárie desrespeitando direitos políticos, desrespeitando o direito à vida, desrespeitando o direito do pensar diferente, de ter uma ideologia diferente e de lutar pela liberdade e contra a opressão. O Brasil no qual se diz que não tem preconceito, mas continua a existir um racismo violento, principalmente em relação a raça negra. O Brasil que continua ainda a opressão sobre as mulheres, e quando não é possível fazer essa opressão verbal, exercer essa opressão no dia a dia, quando não é possível destruir esta vida sem no entanto roubá-la, trazendo a morte. É assim que enfrenta, que se existe, e que se tem essa realidade hoje, aonde inúmeros companheiros e companheiras, milhares podemos dizer, são vítimas e outros são vítimas da violência física. Na madrugada de segunda-feira dois companheiros assessores do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro foram assassinados. Eram assessores da Presidência do PT do Rio o advogado Reinaldo Guedes Miranda de 34 anos, e o historiador Ermógenes de Almeida Silva Filho, 39 anos de idade. Foram mortos a tiro na madrugada de segunda-feira.

Os mesmos também eram militantes do Movimento Negro Unificado, e os dois cobravam a punição aos assassinos da Candelária. Dois militantes do PT que saíram de uma reunião aonde se discutia o programa de governo e justamente se debatia o tema sobre a violência na Cidade do Rio de Janeiro, foram vítimas dessa mesma violência. Também no sábado foram assassinados dois dirigentes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, PSTU, na Cidade de São Carlos, interior de São Paulo na madrugada do dia 12. Foram os companheiros José Luis Sanderman de 37 anos, e a sua esposa Rosa Ernandes Sanderman, também da mesma idade. Membros da direção nacional do PSTU, ex-militantes do Partido dos Trabalhadores, e o companheiro José Luiz, inclusive, um dos fundadores do PT, ambos

dirigentes e militantes engajados na luta pela reforma agrária, na luta pela justiça da terra, e foram assassinados, justamente, pela sua postura política, pelas suas lutas, pelos direitos sociais, assim como os companheiros do Rio de Janeiro. No Brasil, quase já no ano 2000 temos assistido uma crescente onda de violência, aonde a violência já está às beiras da barbárie, com matanças, chacinas, assassinatos em massa, e no entanto, a impunidade continua, esses assassinos não são presos, e isso fortalece para que essa prática continue.

No campo são centenas de trabalhadores assassinados, com raros desses assassinos sendo punidos, haja vista...

Solicito o Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

(Concedido).

... os assassinos de Chico Mendes, assassinato esse que ganhou destaque internacional, mas, no entanto, fugiram da prisão e continuam soltos. Em nosso País, como eu disse tenta-se a destruição dos trabalhadores de várias maneiras, uma delas é a perseguição, seja o trabalhador que esteja engajado na luta política, ou militantes de movimentos como os companheiros do Rio de Janeiro. Quando não se consegue assassiná-los eles são punidos nos serviços, ou punidos com demissões, quando são engajados na luta sindical.

Aqui no Paraná Aldonei José Bojo da Silva oito anos e seis meses como funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, concursado em 1985, foi da Diretoria do SISMUC, do Sindicato dos Servidores Municipais no período de 1991 a 1993, e reeleito em 1994, foi demitido sob a alegação de abandono de emprego, no dia 07 de junho de 1994. Companheiro esse que nunca se furtou a luta dos trabalhadores da Prefeitura Municipal, sempre esteve a frente na luta por melhores condições de trabalho e por melhores salários e melhores condições de vida. Colocado à disposição do Sindicato em acordo verbal feito junto a Prefeitura, uma vez que essa nunca concordou em fazer acordo assinado, esse companheiro liberado na direção do sindicato ficou sabendo da sua exoneração no dia 07 de junho.

Como eu disse, tenta-se destruir os trabalhadores de várias maneiras, ou oprimindo-os no serviço, ou demitindo-os, e aqueles que não se calam jamais e aqueles que afrontam os poderosos são vítimas de violência e assassinato. E nós poderíamos ficar o dia todo listando companheiros sindicalistas que são demitidos de seu emprego, como foi o caso do companheiro Aldonei José da Silva da Prefeitura de Curitiba, ou dos companheiros que foram assassinados ou, até, de inquéritos administra-

tivos da Prefeitura de Araucária contra funcionários daquela entidade, que foram acusados de censurar os seus superiores pela imprensa porque não concordavam com inquérito que estavam sendo submetidos, ou por terem, segundo sua chefia, desafiado o chefe e terem comparecido à Assembléia dos Professores daquele Município, hoje sofrem Inquérito Administrativo Gilciane Queluz, Madalena Kulig, Jussimara B. de Lima, Eleni Elisabeth Gotrifid, Ludimar Rafanh, Cleusa Maria D. dos Santos, Aparecida Sallette da Silva, Silmar Godofredo e Delane Alves. Estes também militantes políticos sofreram esse inquérito no qual eram acusados de receberem diárias por cursos prestados para outras prefeituras. Faziam esses cursos a pedido da própria Secretaria da Educação daquele município. E se ilegalidade há não era por eles terem recebido a diária, mas, sim, pelo dinheiro que era depositado na conta da secretária como ela mesma disse no inquérito. Eugênia Carla Nicolato de Paula declarou que o dinheiro para pagar a diária era depositado na sua conta.

Vou ler a declaração da Secretária.

"Que o dinheiro para o pagamento desses professores era liberado através de portaria. Que o pagamento era efetuado através de cheque. Que os cheques eram da diretora do Departamento de Ensino. Que eventualmente pode ter ocorrido algum pagamento feito diretamente pela declarante. Que o dinheiro era depositado na conta da diretora de ensino, ou da declarante, ou de outras pessoas indicadas na Portaria, 'que tal procedimento é tido como correto, desde que prestassem contas'".

E diz a diretora de ensino Deisi Cristina Opis Micosz que o dinheiro também era depositado na sua conta conforme ela declara no próprio inquérito.

"O pagamento era feito através de portaria. Que era depositado o dinheiro na conta da secretária ou da sua própria, os quais emitiam cheques para o pagamento."

E, assim, vão-se constituindo trabalhadores vítimas do autoritarismo que hoje impera em alguns órgãos de governo ou administrativo de prefeituras. São vítimas daqueles que discordam das idéias políticas. Diz-se que existe liberdade para poder colocar essas idéias em prática, no entanto, aqueles que lutam por direito, por igualdade, contra a opressão e contra a exploração são perseguidos, são demitidos ou são assassinados como os companheiros de cujos nomes acabei de ler.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não podemos deixar de registrar nesta oportunidade a colaboração que nos prestam estes que levam com dignidade a bandeira pedetista no Paraná que é a nossa juventude socialista. Estes que têm levado aos quatro cantos deste Estado a candidatura de Leonel Brizola a Presidência da República e de Jaime Lerner ao Governo do Estado.

Temos que registrar nesta oportunidade esta colaboração que nos enviam publicada pela Folha de São Paulo de domingo, 12 de junho de 1994, onde demonstram a sua preocupação ao tomarem conhecimento de notícia de tamanha relevância como esta publicada pela Folha de São Paulo.

"Regra para mensalidades favoreceu pais e alunos. Itamar Franco defendeu regra contra opinião de assessor da Fazenda.

A definição dos critérios das mensalidades escolares para URV, gerou uma crise no governo. A fórmula de conversão anunciada na 4.^a feira, reduziu em 50% na média, os valores das mensalidades. Para elas, vale a média dos valores em cruzeiros reais de novembro de 93 a fevereiro de 94, dividida pela URV de 1º de março. No caso dos salários, a conversão foi feita pela URV do dia do pagamento. A fórmula é mais vantajosa para os pais de estudantes, do que eles próprios reivindicaram. O assessor especial para preços, do Ministério da Fazenda, José Milton Dallari, contestou a nova regra. Na 5.^a feira, ele pediu mudanças na medida provisória que tratou do assunto. O Presidente Itamar Franco, defensor da fórmula, desautorizou Dallari a falar em nome do governo e temos que registrar esta postura de S.Exa., o Presidente da República que muitas vezes desta tribuna é contestado na sua autoridade de primeiro magistrado da União. Temos que registrar postura semelhante a esta e a outras que têm sido feitas, e com certeza, é com este tipo de certeza, que as coisas neste País irão dar certo.

Nós temos certeza que a sociedade, como já vimos em manifestações pela imprensa, a sociedade que vinha sendo massacrada, que vinha sendo vilipendiada nos seus direitos, pela freqüente alteração das mensalidade, acima dos valores inflacionados, pelas instituições particulares, sob a alegação do salário dos professores, que os sindicatos contestavam sempre, não gostaram da tal medida e da iniciativa do Presidente da República, mas com certeza, o povo brasileiro, a classe estudantil registrada aqui neste momento pela juventude socialista do PDT, demonstra a preocupação que eu tenho certeza, é de toda a sociedade. Acho que essas medidas também, quando dizem a favor do povo brasileiro, nós te-

mos que fazer o registro e defender a postura séria e competente do Presidente da República e não queremos utilizar desta tribuna para voltarmos atrás nesta oportunidade. Temos a certeza de que a medida tomada desta forma, por S.Exa.. Presidente da República, reflete a realidade daquilo que vive a comunidade no seu dia a dia: as mensalidades sendo majoradas, arbitrariamente e os salários mantendo-se no baixo poder aquisitivo e queremos nesta oportunidade, em nome da nossa bancada, registrar também aos companheiros que a bancada do PDT como se posicionou quando nesta Casa foi apresentado o Projeto de Lei 469/93, procurando interferir na vida dos sindicatos, quanto à relação empregado-empregador terá uma postura de defesa sempre freqüente da bancada pedetista. Nós não podemos concordar em hipótese alguma, com essa interferência na vida e na lide sindical. Obviamente, projeto desta natureza, só poderia vir da mão do carrasco que jamais aceitou a liberdade sindical. Tentou interferir na vida de diversos sindicatos com medidas, a exemplo desta que nós vimos em relação aos eletricitários, em relação ao pessoal da SANEPAR e tantos outros segmentos que jamais lhe disseram: "Sim", que jamais lhe disseram, de joelhos, aos seus anseios e desejos. Nós achamos e voltamos a reafirmar: a bancada do PDT considera um projeto dessa natureza, uma vergonha para a classe trabalhadora que tem, se aprovado nesta Casa, obviamente o consentimento na vida dos sindicatos por parte do Poder Executivo. Mas estamos aqui nos manifestando acreditando que este projeto deve ficar na profundidade das gavetas do autoritarismo que tentou comandar este País a vida inteira e não no espaço democrático que é a liberdade dentro de nossos sindicatos. Isto é uma vergonha. E esta vergonha não pode ser nem discutida nesta Casa. É esta a posição do PDT com relação ao projeto 469, que atinge diretamente aqueles que contestaram o Governo do Estado, a exemplo do que fizeram com o ex-carrasco do Paraná, Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Este é o momento aonde os Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Governadores, iniciam uma campanha até mesmo de se digladiar uns contra os outros. Na nossa coligação tem um candidato de Curitiba, companheiro radialista Ricardo Chab. Aqueles que o acompanham estão agindo de uma forma incorreta, leviana, na busca de conseguir destruir o trabalho organizado, ho-

nesto que se fez no decorrer de um mandado outorgado pelo povo.

O programa Ricardo Chab, agora ocupado por um outro radialista, ontem comandado pelo Vereador de Curitiba Luiz Ernesto, instigava a população, não só da Fazenda Rio Grande, para que no dia de hoje, na manhã de hoje, fosse até o posto de saúde e ali fizesse um carnaval, inclusive até mesmo mandando jogar pedras, etc.

No dia de hoje, de manhã, lá estava o repórter da Rádio Cidade. A primeira pessoa que entrevistou não conseguiu sucesso, porque a pessoa elogiou a administração e o atendimento do posto de saúde. Este radialista, não satisfeito, mandou um ônibus pintado e escrito com o nome de Ricardo Chab, com mais ou menos trinta menores e lá passando pela frente do posto de saúde, chegaram a jogar pedras, tocos de pau, etc.

Estamos tomando providências, inclusive pedindo a cassação de registro do candidato, visto que não se pode conseguir voto desta forma.

Mas tudo isso foi feito através de denúncia de uma criança que faleceu no Hospital Evangélico, após ter passado pelo posto de saúde 24 horas da Fazenda Rio Grande. Neste posto, diz uma das parentes desta criança que faleceu, que teria sido exigido o título de eleitor para poder ser atendida. Acontece que a Fazenda Rio Grande, apesar de ter apenas 0,5% de arrecadação que tem por exemplo o Município de Araucária, apesar de ter tão poucos recursos financeiros, é talvez um dos poucos municípios do Paraná que mantém três ambulâncias vinte e quatro horas em atendimento à população e que mantém onze médicos pagos pela Prefeitura e o convênio que existe entre a Prefeitura e o SUDS não dá sequer para atender mais do que dez, doze mil habitantes.

O Censo do IBGE aponta a Fazenda Rio Grande como vinte e cinco mil habitantes e na verdade a Fazenda Rio Grande já passa de cinquenta mil habitantes. São quinze mudanças que todo o dia chegam na Fazenda Rio Grande e em caso algum se pediu o Título de Eleitor. Pediu-se no geral um documento que se faz obrigatório para o preenchimento da ficha do SUDS. Pode ser certidão de nascimento, título de eleitor, carteira de identidade, qualquer outro documento. Ele se aproveitando até por uma questão de burrice, pois eu como candidato a Deputado não há necessidade de que alguém que mora na Fazenda Rio Grande tenha que ser eleitor na Fazenda Rio Grande. Até para efeitos de prestígio seria muito melhor para mim que...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Participo a V.Exa. que está fazendo uso do

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Peço permissão ao nosso Líder. (Assentimento). Continuando, é uma burrice de que alguém pense que há necessidade de que para obter o voto para Deputado Estadual tenha que ser eleitor somente na Fazenda Rio Grande. E na eleição passada eu obtive 6.700 votos em Curitiba e nunca precisei fazer campanha para que essas 6.700 pessoas de Curitiba transferissem o título para a Fazenda Rio Grande.

Então o primeiro item é de burrice, é de maldade, é de ignorância. O segundo é que na verdade eu tenho aqui a ficha assinada pelo médico Dr. Luiz Carlos Bettiga, aonde no dia 30 essa criança foi atendida e medicada e no dia 31 o mesmo médico que é o médico inclusive que atende aos postos de saúde da Prefeitura de Curitiba e num outro horário atende na Fazenda Rio Grande, esse mesmo médico de novo diagnosticou e inclusive a criança, a jovem recebeu remédios gratuitos no posto de saúde da Fazenda Rio Grande.

Passados alguns dias ela foi internada no Hospital Evangélico aqui em Curitiba. Agora, por que se exigir de salvar uma criança quando o próprio hospital de Curitiba não teve a capacidade, visto que a Fazenda Rio Grande está em construção um hospital com dois mil metros quadrados de alvenaria. Está em construção porque não tem hospital e está apenas o município com 18 meses de administração.

Então este alerta que eu trago aqui é no sentido de que realmente essa campanha é uma campanha suja, é uma campanha de incompetentes que acham que só o microfone, só o microfone os levam à vitória, quando entendo, que além do microfone, também usado por colegas radialistas, companheiros de expressão, como Luiz Carlos Alborghetti que aqui está, Luiz Carlos Martins, como Algaci Túlio, como o Carlos Simões que não precisam de ficar instigando a população contra uma instituição para conseguir votos ou para conseguir votação.

Infelizmente se trata de um companheiro de rádio que eu sempre admirei, respeitei e faz parte da nossa coligação. Mas eu gostaria aqui que os nossos colegas, companheiros Deputados, aprovassem um Requerimento que eu passo a ler:

(Lê: - Requer instauração de Comissão de Sindicância no Posto de Saúde da Prefeitura Municipal da Fazenda Rio Grande, por parte da Secretaria Estadual de Saúde, devido as acusações sobre o falecimento de Daniele da Silva, picada por uma aranha marrom.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja en-

caminhado pedido de instauração de Comissão de Sindicância, formada por técnicos da Secretaria Estadual de Saúde, para verificar quais foram as circunstâncias que envolveram o falecimento de Daniele da Silva, segundo Laudo Médico, vítima de picada da chamada "aranha marrom". Daniele foi atendida no dia 30 de maio último no Posto de Saúde da Fazenda Rio Grande, quando a sua tia Cianara E. S. da Silva, a acompanhava, assinando, inclusive, a sua ficha de atendimento médico ambulatorial. No dia seguinte, 31 de maio, foi a vez da própria paciente assinar sua ficha de atendimento. (ver documento em anexo). Sempre atendida pelo médico Dr. José Carlos Bettega.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Dep. Estadual

Esta é realmente a verdade, aonde foi atendida no posto de saúde, medicada e a ficha assinada.

Então, o que se levanta, o que se levantou de que a criança não foi atendida porque não era eleitora da Fazenda Rio Grande, é mentira, apesar que milhares de fichas eu posso trazer, estão à disposição, de pessoas que foram atendidas, como por exemplo o filho do Secretário da Indústria e Comércio, Jorge Webber, que foi um acidente que teve na BR-116, mandou um Ofício para o posto de saúde elogiando o atendimento, que salvaram o filho dele pelo atendimento pronto que a Fazenda Rio Grande deu sem perguntar se era eleitor do Paraná, do Brasil ou do Uruguai.

Por essas razões, Senhor Presidente, é que eu peço que a Assembléia aprove esse requerimento no dia de hoje, tão logo aprovado, vou pedir ao Sr. Presidente, Orlando Pessuti que faça um despacho e em mãos entregarei no dia de hoje ao Secretário de Saúde. Porque o posto de saúde está fechado, aonde 400 pessoas são atendidas diariamente, o Prefeito determinou o fechamento porque os cabos eleitorais, os irresponsáveis ligados a Ricardo Chabe, fez com que o posto fosse fechado para a integração dos funcionários, dos médicos que ali trabalham, porque contra a pessoa do Deputado e do Prefeito nada fizeram, estão ameaçando precisamente aqueles que ali estão salvando vidas, onze médicos, três dentistas, mais de quarenta funcionários do posto de saúde atendendo gratuitamente.

E o maior, e eu tenho aqui companheiros que já foram Prefeitos como o Swarowski, como o Toti, como o Bifon, o Duffio, o Município, recebe em convênio com a SUDS um teto máximo, esse teto nosso não daria para trabalhar das 8:00 da manhã às 5:00 da tarde. Mas no entanto, analisando-

-se o sofrimento do pessoal da Fazenda Rio Grande, na sua maioria carentes, a Prefeitura está mantendo o posto de saúde funcionando vinte e quatro horas por dia, e com três ambulâncias encaminhando a todos os hospitais de Curitiba e da região.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Participo a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado e terá um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço um minuto oferecido por Vossa Excelência, e queria dizer que quando se atenta contra uma instituição acho perfeitamente que se fale mal de alguém do Tribunal de Contas, mas não podemos atingir a instituição como um todo. Acho que não podemos falar mal da Assembléia, podemos falar mal do Deputado Cartário, mas não atingir a instituição como um todo. Acho que podemos falar mal de uma enfermeira, de um médico em alguns casos, mas não o candidato a Deputado, se mover de ônibus escrito com seu nome, com pedras e pau, e mandar menores indefesos, que não sabem o que estão fazendo, passar na frente de um posto de saúde e ali jogar pedras.

Era isso, Senhor Presidente, que queremos levar ao conhecimento dos ilustres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos denunciado dessa Tribuna, aqui, já há alguns meses os fatos que envolvem a nossa Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, e muito em especial a Polícia Militar a qual nós temos um grande respeito. Mas, infelizmente até hoje não se chegou a uma conclusão com relação a uma série de denúncias, como por exemplo o convênio firmado para uma segurança exclusiva ao Banco do Brasil. As agências do Banco do Brasil, fato denunciado por esta Casa, fartamente denunciado pela imprensa do Paraná, especialmente a Folha de Londrina, o fato do policiamento da segurança que é dado ao Banco do Estado do Paraná, em contrapartida a segurança que falta ao cidadão comum, aquele que é assaltado, aquele que tem seu patrimônio invadido pelos marginais. E agora, pasmem Senhores, há uma outra informação, outra denúncia, o que nós precisamos cobrar por essa Tribuna uma informação através da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Pasmem Senhores, como se não bastassem esses dois convênios assinados ilegalmente, porque a Polícia Militar não pode

exercer uma atividade isolada a não ser um policiamento ao todo da população, como se ainda não tivéssemos um esclarecimento efetivo do que ocorreu com relação ao convênio com o Banco do Brasil e com o Banco do Estado, agora surge a informação, a denúncia, e a imprensa policial da Capital registrou isso ainda no dia de ontem, de que a Polícia Militar teria firmado convênio com a rede de Bancos do BAMERINDUS, e outros bancos particulares, para dar segurança a essas agências bancárias.

Dizem que o Projeto Povo, o Policiamento Volante implantado pelo ex-Governador Requião, com muito buzinasso, com muito cerinasso, tanta coisa, desfile pelos Bairros de Curitiba, como se fosse a grande solução para o combate a criminalidade, e está provado que não serviu, porque a cada dia se vê um aumento maior no índice de criminalidade na Capital do Estado e no interior da região metropolitana.

Agora, esse Projeto Povo, lançado pelo ex-Governador estaria privilegiando a rede bancária daquele que ele, ex-Governador, fala, que seria um dos seus principais inimigos, o Banqueiro Senador José de Andrade Vieira. Então ficamos nessa expectativa no que existe de verdade, em relação a esses fatos denunciados ontem pela Imprensa e até agora não desmentidos pelo alto-comando da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Outro assunto que me traz à Tribuna, hoje, também, ontem citava eu, aqui, da nossa passagem, nossa estada no último domingo, na Cidade de Cerro Azul, por ocasião da Festa da Laranja. Estando lá, a população cobrava dos ex-Governadores, porque no palanque estavam oito anos de Governo do Paraná e há oito anos, a cada festa, alguém do Governo, ia lá e prometia que no ano seguinte voltaria pelo asfalto da BR-082 que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul.

E quando tentou justificar-se perante a população de Cerro Azul, o ex-Governador dizia de que não poderia concluir o asfaltamento porque estava em briga, em atrito com a empreiteira C.R.Almeida.

No entanto, eu vejo hoje, eu não venho aqui nessa Tribuna defender o empresário.

Eu não tenho procuração para isso, e não quero entrar no mérito pessoal da briga entre Álvaro Dias e o Senhor Cecílio do Rego Almeida, mas o Jornal Correio de Notícias traz essa Manchete denúncia:

DENÚNCIA

"Alvaro mentiu para o povo em Cerro Azul"

Estado do Paraná

Departamento de Estradas de Rodagem

Curitiba, 31 de janeiro de 1989

A Firma

Agreste - Engenharia e Construções Ltda

Rua José Vale, 136

N/Capital

Prezados Senhores:

Comunicamos a Vossas Senhorias, com base no que dispõe o Decreto-Lei Federal nº 2300/86, que, a partir desta data deverão ser paralisados os serviços objeto do contrato nº 355/86, celebrado em data de 30.12.86, com essa conceituada empresa, referente ao trecho Rio Branco do Sul - Cerro Azul, ficando conseqüentemente suspenso, temporariamente, o prazo de execução dos mesmos, até ulterior deliberação deste Departamento.

Sendo o que nos apresenta para o momento, subscrevemo-nos atenciosamente.

Adhemar Zaparolli

Diretor de Obras

* Documento demonstra que a suspensão das obras da rodovia foi ordenada pelo governo do Estado ao tempo que Álvaro era governador.

O empreiteiro CR Almeida apresentou documento provando que a decisão de suspender as obras de asfaltamento na ligação de Cerro Azul foi tomada por Álvaro Dias e nada tem a ver com sua empresa. Dias acusou a CR Almeida pela suspensão das obras. Página 3 e Jogo Rápido.

E no artigo interno deste jornal, já disse, não vou entrar no mérito da briga entre Cecílio do Rego Almeida e Álvaro Dias, diz o seguinte.

"... Álvaro Dias mentiu, mais uma vez, para o povo. Aquela obra estava sendo executada em janeiro de 89 pela Agreste Engenharia e Construções Ltda e não pela CR Almeida." E foi Álvaro Dias que mandou suspender a obra como provam documentos em meu poder.

Então, eu faço esse esclarecimento porque neste momento em meu gabinete aqui na Assembléia estão algumas lideranças do Município de Cerro Azul que vieram trazer a solidariedade a este parlamentar pela defesa que fez em pleno palanque naquela festa, onde ali estavam as autoridades e, dentre elas, dois ex-governadores do Paraná que, a cada ano que vão à Festa da Laranja em Cerro Azul, prometem chegar pelo asfalto e acabam chegando de helicóptero, porque não suportariam os solavancos daquela estrada, daqueles sessenta e tantos quilômetros que ligam Rio Branco do Sul a Cerro Azul.

Faço, portanto, aqui este registro para dizer que nós continuamos cobrando, que nós precisamos urgentemente para um desenvolvimento do vale da Ribeira urgentemente do asfalto para Cerro Azul. Aquela região não pode continuar sendo esquecida pelos governos que passaram pelo Estado do Paraná. E aqui nesta Casa, muitos Deputados que têm chegado a Cerro Azul têm testemunhado o sofrimento do povo daquela região,

têm visto de perto o quanto o povo clama por este asfalto. Não é a toa que o próprio jornal traz aqui todo o episódio que aconteceu no último domingo quando o ex-Governador Roberto Requião falava na Panela Cheia, duas mãos desmaiavam, certamente, porque a panela delas continua vazia.

Tem um aparte o Deputado Carlos Simões.

O Sr. Carlos Simões - Senhor Deputado, eu quero como testemunha pela sua participação na festa do último domingo lá em Cerro Azul.

Não estive no palanque lá porque há uma divergência política e pessoal com o prefeito. Não querendo importuná-los, eu vi de longe, mas aplaudi, com ovação, a sua postura de Deputado do povo, isto é importante, quando, frente a frente com os dois ex-governadores, denunciou e cobrou de frente à população de que era mais uma vez mentira, e é mentira mesmo, porque não fizeram, os dois.

O Requião que recebeu o meu apoio em 90, e fui o mais votado do PMDB em Cerro Azul e em todo o Estado do Paraná. O meu programa de rádio o Senhor sabe que tem naquela região uma grande aceitação porque ele tem uma penetração muito grande. E o Requião em fita gravada prometeu que estaria lá comendo um cabrito pelo asfalto. O cabrito morreu de velho e o asfalto não saiu.

Da mesma forma nós estivemos com Jaime Lerner há uns quinze dias atrás ou mais, antes de sair da televisão e do rádio, onde numa reportagem, num compromisso com o povo de Cerro Azul, ele não prometeu, mas assumiu o compromisso de que no seu governo ele estará junto comigo, com o senhor, com os demais Deputados da região, inaugurando o asfalto e Jaime Lerner disse ao povo que ele estaria cansado de ouvir promessas, de ouvir demagogias e ele não queria fazer promessas, mas estaria assumindo um compromisso com os seus técnicos, com os Deputados, com todos nós, para então, construir em definitivo, a Rodovia da Laranja.

Parabéns Deputado e muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte de V.Exa. que tem sido testemunha também do que acontece naquela região e é preciso mais do que nunca que se tome as providências. Falou-se lá no palanque que na segunda-feira, ontem, seria assinado um novo termo de licitação e me parece que não haveria legalidade numa nova licitação porque já existe uma empreiteira aqui que ganhou a licitação, quando começavam as obras, teve essas obras paralisadas. Não vi nos jornais de hoje, em "release" do

Palácio Iguazu, nenhuma informação a respeito de que tenha realmente acontecido este ato, conforme informava lá no palanque, na Festa da Laranja em Cerro Azul, o irmão do ex-governador, Senhor Maurício Requião, que aliás na festa anterior falou que neste ano voltaria com seu irmão lá, pelo asfalto da rodovia que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul. Gostaria de dizer mais uma vez que quando fizemos a cobrança, o fizemos baseados no interesse do povo e quando lá estive, o ex-governador acabou citando como desculpa pelo não asfaltamento, a C. R. ALMEIDA, no que contesta aqui o empreiteiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo oradores inscritos para o pequeno e grande expedientes, passamos para o Horário das Lideranças.

PMDB.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, gostaria que me fosse assegurado o direito de usar o horário da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está assegurado o direito de usar o horário da Liderança do Governo.

PTB - (Declina).

PL - (Declina).

PFL - Com a palavra o Senhor Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Sr. Presidente, Senhores Deputados, voltando ainda a Cerro Azul, ao que colocou neste momento o ilustre colega Algaci Túlio. Nós temos tido uma cobrança incansável para que essa rodovia fosse concluída no governo Requião. Lembro-me ainda, quando comunicador da eleição em que o Álvaro Dias foi eleito governador da mesma forma, houve a promessa. Lamentavelmente, promessa não cumprida por Requião, quando eu estava do seu lado, como cabo eleitoral, como soldado na caminhada pelo interior, nas vilas, nos bairros, nas roças, gritando, falando, levando a verdade e levamos da mesma forma, essa mensagem ao povo de Cerro Azul e também de Rio Branco do Sul, porque na verdade ali, essa rodovia atinge mais ou menos a metade do Município de Rio Branco do Sul. Não foi concluída. Foi proposta por mim, demais Deputados, emenda no orçamento autorizando, legalizando então a viabilidade técnica da rodovia. Não foi feita. Também quero dizer nesse momento, que estive, na semana passada, com o Governador Mário Pereira e ele me falava, me dizia: "Carlos Simões, nesta questão, eu tenho um governo curto, um governo apenas de 9 meses e na verdade, nós não temos nem tempo viável e técnico

para que essa rodovia seja ou fosse concluída e eu não quero" - disse ele a mim, quando estava cobrando, como Deputado, reivindicando a construção desta rodovia, ele me dizia então que não teria tempo hábil. Não me prometeu. E fiquei feliz. Falei: Governador, pela primeira vez que escuto uma palavra sincera, que não é vã, que não é vazia. E que se haveria possibilidade técnica e legal ela seria construída, mas que não sairia dele, Governador de nove meses, uma promessa vã e vazia para o povo daquela Região.

Digo aos Srs. Deputados que não conhecem ainda Cerro Azul, onde se produz o melhor mel do Brasil, onde se produz hoje a poncan de melhor qualidade do Brasil, onde o povo mesmo naquela situação de desespero, judiados com a poeira, com o perigo das idas e vindas, quem foi sabe disto, se corre o risco de vida a cada curva, porque a poeira é enorme, muito grande, você não vê quem vai e quem vem, é uma loucura, mesmo assim, o povo caboclo, sertanejo desta região não desiste. A cada ano que passa a produção tem aumentado de maneira assustadora.

Para os Srs. terem o devido conhecimento, esta poncan está sendo consumida por Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, além do Paraná. Cerro Azul está levando o nome do Paraná com qualidade, com carinho, amor, brio e com vergonha na cara, também trazendo divisas para o povo do Paraná, para todos nós.

Esta rodovia, independentemente de qualquer questão político-partidária, é uma questão de respeito a um povo que tanto espera, que tanto ouviu promessas, que tantos discursos ouviu e até agora nada foi concretizado. Porque, na verdade, aqueles que podiam fazer, não o fizeram. Com certeza recebemos um compromisso do Jaime Lerner, que é meu candidato a Governador, um compromisso sério, não uma promessa, quando estivemos lá em comissão com os vereadores, com lideranças, com sindicatos rurais da Região, ele já mostrou que estava em seu plano de Governo, e que não era vão aquilo que ele estaria colocando, que a construção da Rodovia da Laranja já é plano do seu Governo, de sua equipe técnica, em conversa que teve comigo e demais Deputados que atuam nesta Região do Vale da Ribeira. Esperamos que isto seja na verdade concretizado, porque estaremos levando o futuro para aquela Região, estaremos levando indústrias de cítricos também para aquela Região.

Esta a minha colocação, a minha cobrança. E também até dizer da alegria de ouvir do atual Governador, Mário Pereira, que ele não faria promessa com apenas agora sete meses de Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Deputado José Tavares no Horário da Liderança do Governo.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados. Semana passada ocupei esta tribuna para esclarecer denúncias formuladas pela oposição no uso indevido da máquina do Governo do Estado por candidatos a Deputados Estaduais ligados ao Governo. Na oportunidade, o assunto que chamava a atenção desta Casa era o lamentável episódio, o acidente, que envolveu a Secretária de Habitação e o seu antecessor, que é candidato a Deputado pelo nosso partido. Em razão deste fato exaustivamente aqui debatido e esclarecido, volto à tribuna para deixar, de maneira definitiva, registrada nos anais da Casa, a posição do Governador Mário Pereira em relação a esta questão envolvendo eleições e a utilização da máquina do seu Governo.

O governador me transmitiu que fizesse tornar público aqui neste Plenário, de maneira muito clara e muito explícita, que não vai permitir de forma alguma seja por quem quer que seja, a utilização da máquina administrativa.

A respeito desse episódio da COHAPAR, Sua Excelência mandou apurar imediatamente a denúncia e em que pese o fato lamentável do acidente não ter se caracterizado no uso da máquina administrativa, porque não passou, e isto foi constatado, de um lamentável, um lamentável acidente, de um lamentável episódio em que o ex-Secretário pegava efetivamente uma carona com a sua antecessora.

Mas não satisfeito com estas informações absolutamente verdadeiras, o Governador foi mais a fundo e descobriu que tem funcionários do Governo, não em grande quantidade felizmente, trabalhando para determinadas candidaturas e que ele não vai permitir que isto ocorra ou que continue desta forma.

Determinou, inclusive, a todos os seus Secretários, a todas as empresas estatais do Governo que não permita, sob pena de demissão, que a máquina do Governo seja utilizada por quem quer que seja, por funcionários, comissionados ou não, para trabalhar a serviço de candidaturas que sejam elas do nosso lado ou sejam elas da oposição.

Um outro assunto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que me traz à Tribuna são as afirmações aqui no eminente Deputado Algaci Túlio, corroboradas pelas afirmações do eminente Deputado Carlos Simões, com relação a esta estrada de cinquenta e poucos quilômetros, ligando a esse extraordinário, e importante Município de Cerro Azul.

Cumpra esclarecer que não poderia ser

mã vontade, não poderia ser promessa não cumprida porque não quis por parte do Governador Álvaro Dias a construção de uma obra como esta e nem poderia ser diferente.

Quem conhece o Governador Álvaro Dias sabe muito bem que ele é um homem determinado e obstinado, fez muito mais do que prometeu e no campo das rodovias pavimentadas ele asfaltou quase quatro mil quilômetros no Estado do Paraná e quem construiu essa quantidade de quilômetros de estradas não iria por qualquer razão ou porque não queria cumprir compromissos assumidos, deixar de construir e reconhecer a necessidade de uma obra tão importante quanto esta de Cerro Azul.

Quantos governantes deixam de fazer coisas que estão convencidos da sua absoluta necessidade.

O Prefeito Jaime Lerner, mesmo administrou Curitiba por três mandatos, por dois mandatos dentre os três, na época do milagre econômico, com dinheiro de sobra, com dinheiro à vontade e deixou Curitiba com apenas 25% de rede de esgoto. E Curitiba é a capital ecológica do Brasil. Eu não acredito que Sua Excelência não tenha feito mais esgotos em Curitiba porque não tenha querido.

Acho até que ele não fez porque não foi possível. Daí nós estarmos a demonstrar que nem sempre um Governante deixa de edificar uma obra porque ele não quis edificá-la. Na maioria das vezes já que os homens públicos deste Estado são homens de bem, na maioria das vezes eles não fazem não é porque não querem, mas sim porque muitas vezes o Orçamento do Estado não permite.

Quanto ao Governador Requião, desse ninguém pode exigir o compromisso de fazer estradas porque desde o primeiro dia do seu Governo ele deixou bem claro que estradas novas não seriam prioridades no seu Governo.

Quantos Deputados que dão sustentação ao Governo tinham reivindicações neste sentido junto ao Governador Requião e em todas as vezes ele foi firme, afirmativo e coerente em dizer que o Estado não dispunha de recursos para construir novas estradas porque o Estado tinha mais de treze mil quilômetros de rodovias estaduais a serem conservadas por se constituírem num verdadeiro patrimônio do povo do Paraná. E o que ele fez foi investir o dinheiro do imposto que o povo paga na recuperação dessas estradas, inclusive em estradas Federais, de responsabilidade exclusiva do Governo Federal.

Com essas colocações, Senhor Presidente e Nobres Deputados, quero deixar bem claro a posição do Governador Mário Pereira em relação a esta eleição: a ordem já

foi dada, e por escrito, aquele que teimar em não obedecê-la será punido nos termos da lei. E em relação a esta colocação que aqui foi feita, muito própria, povo de Cerro Azul de época de eleição, eu creio de ter deixado aqui de maneira muito clara as razões pelas quais o Governador Álvaro Dias não executou aquela obra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para um esclarecimento em relação ao discurso feito pelo Deputado José Tavares.

(Conversas paralelas)

Só quero citar Senhor Presidente, questão de esgoto não é com a Prefeitura e tem que saber o Líder do Governo que é responsabilidade do Governo do Estado. Fizemos já mais do que poderíamos fazer, e nunca citem como exemplo Curitiba precisa ter vergonha para poder citar Curitiba, nós fizemos cinco mil obras nesta cidade, coisa que ninguém conseguiu fazer até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando delegar-lhes competência e atribuições, transferindo-lhes serviços previstos na Legislação de Trânsito. COM PARECERES FA--

P A R E C E R:

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Peço verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Será feita a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto do Deputado Plauto Miró Guimarães queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que recusam o projeto do Deputado Plauto Miró Guimarães queiram levantar-se. Quinze Deputados rejeitam. **Está rejeitado o projeto.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 101/94, que autoriza o Poder Executivo a regular depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.** (Publ. no D.A n° 30, de 29.03.94)

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 114/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 027/94, que autoriza o Poder Executivo, a participar por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da constituição de uma Sociedade de Economia Mista que será denominada de Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.E.M.A.. Em votação. (Publ. no D.A. n° 31, de 30.03.94, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 114/94

P A R E C E R:

A proposição supra, oriunda da Mensagem Governamental n° 027/94, visa autorizar o Poder Executivo a participar, através da COPEL, de uma sociedade de economia mista a ser denominada COPAGÁS.

A matéria está em consonância com a Constituição Estadual em seu art. 9°, e com a Federal, art. 25 § 2°, além da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso VIII. A dispensa da licitação é plenamente justificada pela constituição de uma única companhia - COPAGÁS - que tem como principal objetivo, além da exploração, a distribuição de gás, como dispõe o art. 3° do projeto, sob respaldo do art. 9° da Carta Estadual.

Logo, a proposição merece parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 114/94, oriundo da Mensagem Governamental n° 027/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a participar, através da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da constituição de uma sociedade de economia mista, denominada COPAGÁS - Companhia Paranaense de Gás.

No âmbito desta Comissão, conforme o art. 33, § 5°, do Regimento Interno, inexistente qualquer impedimento para que o presente plano de lei mereça a aprovação dos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.94.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E
MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 114/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 027/94, objetiva autorizar o Poder Executivo, a participar, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da constituição de uma sociedade de economia mista que será denominada de Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura, Indústria e Comércio.

No âmbito desta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, entendemos não existir nenhum impedimento, para que o presente projeto seja encaminhado aos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.94.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
ALGACI TÚLIO - Relator

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar)
Senhor Presidente, Senhores Deputados, não quero me alongar nessa minha exposição, porque na semana anterior usei dessa tribuna para encaminhar a votação da mensagem governamental que cria a Companhia Paranaense de Gás.

Diante dos argumentos aqui apresentados o Senhor Líder do Governo, Deputado José Tavares, houve por bem retirar por três sessões a votação desta mensagem para proceder melhor análise, e, naturalmente, para consultar a Companhia Paranaense de

Recebi, Senhor Presidente, da mesma forma que recebeu o Senhor Deputado José Tavares um parecer firmado pelo Dr. Dargam Patituci Júnior, advogado da COPEL, onde a Sua Excelência examina detalhes, examina os artigos da Constituição e dá o seu parecer, que, naturalmente, é favorável ao pleito do Governo do Estado. Não poderia ser diferente o parecer da COPEL, mas, um simples detalhe, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, põe por terra toda argumentação do Senhor advogado da COPEL.

Quando ele se refere ao artigo 146 da Constituição Estadual que diz: "Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos", e depois divaga sobre o que ele entende de concessão e como delegação.

Continua o parecer: "Não há dúvida de que, das licitações federal e do Estado do Paraná, a distribuição de gás canalizado constitui serviço de utilidade pública de interesse local, sendo competentes para sua exploração direta dos Estados ou indiretamente através de empresa estatal". Aqui é o que acho mais grave: Não comporta dúvida que, no caso, é inaplicável a exigência de licitação estabelecida nos acima transcritos artigos 175 e 146. Repito, o artigo 146 é claro, ele não deixa menor dúvida, ele diz: "Incumbe ao Poder Público na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação pública a proteção de serviços públicos."

Mas não é isso que quero me referir mais uma vez pediria a atenção melhor dos Srs. Deputados, para que não votemos mais uma lei de maneira irregular, não importa se dependa ou não de licitação, vou até mesmo, aceitar o parecer do Sr. Advogado da COPEL. O que queremos, o que a Assembleia Legislativa quer, o que o bom senso quer, o respeito à Constituição que exige que esta matéria seja votada através de Lei Complementar, como estabelece o Artigo 146 da Constituição do Estado do Paraná. Já não falo sobre o Decreto 4.695 de 89, baixado pelo Governador Álvaro Dias que teria que obedecer ao estabelecido no Artigo 175 da Constituição Federal que estabelece que as concessões serão feitas através de lei. E o que é lei? Lei é o resultado de apreciação por parte do Poder Legislativo de projetos que, aprovados, serão, por sanção governamental transformados em lei.

E o Artigo 146 da Constituição do Estado do Paraná é muito mais amplo do que aquele que se refere nas concessões a Constituição Federal. O que o legislador

federal deixou passar despercebido, o legislador estadual, muitos dos Srs. que aqui estão acrescentaram aquilo que não tinha na Constituição Federal.

Diz o Artigo 146 a que me referi:

"Art. 146 - Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

§ 1º - Lei complementar disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado,..."

Então, o legislador paranaense, muitos dos Senhores Deputados com assento nesta Casa, fizeram colocar na Constituição do Estado aquela cautela que não tinha na Constituição Federal.

Então, Senhor Líder do Governo, o que estamos solicitando, o nosso empenho é tão somente para que o rito da votação deste projeto seja através de lei complementar e não de lei ordinária.

Não vamos - quero repetir - analisar o decreto do ex-Governador Álvaro Dias que não tem, que não tinha e que não deverá ter nenhuma eficácia e não poderia ser citado nesta mensagem governamental porque não foi aceito, não foi recepcionado pela Constituição de 1989 e, por esta forma, não há necessidade de ser citado porque não está em vigor.

Se tivermos a consciência constitucional, o respeito à Constituição e se quisermos primar por um comportamento que venha enobrecer e engrandecer a Assembleia Legislativa, nós teremos que seguir o caminho que dá e que nos ensina a Constituição no seu parágrafo primeiro do art. 146. Através de lei complementar, vamos fazer, vamos criar a Companhia Paranaense de Gás.

Deixo ao bom senso dos Senhores Deputados esta decisão e, mais do que isso, ao bom senso do Senhor Líder do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação.

Para encaminhar o Projeto de Lei nº 114/94 com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. (Lê):

"A Constituição Federal de 1988, em seu art. 177, inciso I estabeleceu, em fa-

vor da União o monopólio para:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos".

Ao mesmo tempo estabeleceu que os serviços de distribuição de gás canalizado natural seriam de exploração exclusiva dos Estados-Membros, diretamente ou através de concessão a empresa estatal.

Art. 25 - ...

§ 2º - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado."

Quis, com isto, o Constituinte, independentemente de ter fixado monopólio a favor da União no que se refere à pesquisa e lavra das jazidas de gás natural, que os Estados-Membros exercessem, com exclusividade, diretamente, ou mediante atuação de empresas estatais, apenas a distribuição dos serviços locais de gás canalizado.

A Constituição do Estado do Paraná, como não poderia deixar de ser, em tal hipótese, recepcionou integralmente o dispositivo da Carta Federal, contemplando, nas disposições preliminares, referentes à organização do Estado, o monopólio em questão.

"Art. 9º - Cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição os serviços de gás canalizado em todo o seu território, incluindo o fornecimento direto a partir de gasodutos de transporte, de forma a atender a demanda."

A matéria tem tal envergadura que abre o texto constitucional estadual, em seus primeiros artigos, entre os princípios básicos e objetivos, como a repartição e equilíbrio entre os poderes, a fixação da Capital do Estado, a descrição de seus bens de domínio público e o regime jurídico básico dos bens imóveis de sua propriedade.

Algumas conclusões lógicas se extraem do enunciado, desde o Texto Constitucional maior.

a) o Estado do Paraná detém o monopólio de exploração do serviço de distribuição de gás canalizado dentro do seu território;

b) tal monopólio compreende o fornecimento direto a partir de gasodutos de transporte, de forma a atender a demanda;

c) a exploração de tais serviços pode ser direta (pela pessoa jurídica Estado do Paraná);

d) a exploração de tais serviços pode ser indireta, concedido o serviço à empresa estatal, vedado o exercício de tal competência por empresa particular.

A empresa deve ser estatal, ou seja, apresentar-se nas modalidades hoje existentes - empresa pública ou sociedade de economia mista -. Descarta-se desde logo a prestação por parte de autarquia posto que esta não detém os atributos necessários a ser qualificada como empresa.

Ao outorgar o serviço ao Estado ou a empresa estatal, ficou a distribuição de gás canalizado com as características de verdadeiro monopólio,

Monopólio é a exclusividade de domínio, exploração de utilização de determinado bem, serviço ou atividade. Característica do monopólio é a privatividade de algum direito ou de alguma atividade para alguém. Monopólio estatal é a reserva para o poder público de determinado setor do domínio econômico... Em sentido econômico, monopólio significa controle da produção e de preços na sua acepção mais ampla. É o poder de atuar com exclusividade no mercado, como único vendedor. É a exclusão da concorrência e a imposição do preço pela vontade unilateral do vendedor único. Na conceituação de Gross o monopólio estatal "é a deliberada subtração de certas atividades privadas das mãos dos particulares para colocá-las sob a égide da Nação, por interesse público"

(Hely Lopes Meirelles - Direito Administrativo Brasileiro, 1989, p. 541/542).

Faz também o administrativista a diferenciação entre monopólio e privilégio. Monopolizado determinado serviço à União ou ao Estado, nada impede que tais pessoas defiram o privilégio da exploração dos serviços a autarquias, empresas públicas sociedades de economia mista, a concessionários ou permissionários que preencham os requisitos do interesse público. Somente quem detém o monopólio pode outorgar o privilégio. Outros autores classificam tal outorga como delegação - teríamos, então, serviços delegados.

Cretella Júnior esclarece:

"81 - Serviços de Gás canalizado

O fornecimento de gás canalizado é serviço público, que os Estados exploram (a) diretamente, ou (b) mediante concessão a empresa estatal, que terá a exclusividade para a distribuição.

Nas cidades, o gás ou é distribuído em bujões - gás engarrafado - por empresas privadas, ou é distribuído por meio de canais subterrâneos - canalização -, pela Administração estadual, direta ou indireta.

A exploração dos serviços locais de distribuição, com exclusividade, de gás canalizado, será feita pelo Estado-membro, utilizando a pessoa política seu próprio pessoal, ou será realizada por empresa estatal, empresa pública ou sociedade de economia mista, em regime de concessão de

serviço público, celebrando-se, entre empresa e a pessoa política estadual, contrato de direito público."

A concessão ou delegação dos serviços, como diz o constitucionalista formaliza-se através de contrato de direito público, ou seja, contrato administrativo "stricto sensu".

Acontece que no caso da exploração de serviço de gás canalizado nos respectivos territórios dos Estados-Membros, segundo comando proveniente já do Texto Maior, tal privilégio encontra-se delimitado por outro requisito inafastável. Somente poderá ser exercido por empresa estatal.

Afastada está, portanto, e desde logo, a possibilidade de concorrência ou participação de particulares na obtenção do privilégio/delegação, quer diretamente, quer por escolha mediante prévio procedimento licitatório.

As únicas hipóteses prováveis para prestação de tais serviços de exploração de gás canalizado no território do Estado do Paraná são: a) exploração direta; b) exploração por empresa estatal.

Poder-se-ia cogitar a licitação entre empresa estatal criada para este fim específico e particulares, se esta ilação fosse permitida pelo texto constitucional. Mas não é. Trata-se, até de hipótese de inexigibilidade de licitação qualificada, por ser a norma de natureza superior, constitucional o que o projeto de lei em exame na Assembléia Legislativa busca, precisamente, é dar eficácia ao Texto Constitucional que delimita a competência estadual. Por inexistir entre as empresas estatais já existentes aquela que poderia eventualmente executar desde logo tais serviços, (as empresas existentes tiveram sua constituição autorizada para outras finalidades específicas) é autorizar o Poder Executivo a constituir empresa distinta com o objetivo precípuo de dar cumprimento e eficácia aos Textos Constitucionais, Federal e Estaduais.

Com tudo que foi exposto nota-se que tanto o projeto inicial quanto a emenda supressiva apresentada mantém a autorização e delimitam o objetivo da sociedade de economia mista a ser constituída - a exploração dos serviços de gás canalizado e demais atividades correlatas ou afins.

Diga-se, mais, que qualquer tentativa de entregar tal prestação de serviços a empresas particulares, que não empresa estatal esbarraria - de frente - com o Texto Constitucional fazendo, aí sim, surgir inconstitucionalidade flagrante, quer tal outorga ocorresse por prévio procedimento licitatório quer por delegação direta.

Talvez a menção no projeto de lei enviado à Assembléia pelo Senhor Governador, de que ficava, no mesmo ato legislativo,

outorgada a concessão à companhia a ser constituída fosse, inclusive dispensável. A intenção do projeto de lei é, justamente, estabelecer os procedimentos necessários à criação de empresa estatal que tem esta finalidade - receber o privilégio, delegação, concessão ou o que se queira chamar.

Outro ponto que merece melhor análise é o da necessidade de lei complementar para regular a matéria.

Com efeito, o Constituinte Federal, ao estabelecer diversas normas referentes à intervenção do Estado no domínio econômico fixou, dentre outras, aquelas que veiculavam monopólios da União, os benefícios a empresas nacionais a exploração de atividade econômica por parte do Estado "latu senso", e, ainda

"Art. 175 - incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo Único - A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, a caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão de concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Tal legislação não foi ainda editada completamente pela União podendo ser utilizada em quase todos os itens a Lei 8666/93 e as medidas provisórias que lhe sucederam. Basta um passar de olhos sobre as disposições daquele diploma legal, no que pertine aos contratos, hipóteses de rescisão e prorrogação, dos critérios para formação e apresentação de propostas a vigorar em futuros contratos, hipóteses de inadimplemento e declaração de inidoneidade para que se conclua ter sido sobejamente regulamentado o art. 175 da Constituição Federal.

A Constituição Estadual em seu art. 146, § 1º remete toda esta regulamentação, na esfera de competência do Estado-Membro, à Lei Complementar Estadual. Ou seja o constituinte estadual quis conferir "quorum" especial de votação às matérias elencadas em seus incisos I a IV do § 1º do art. 146. Tal lei geral, uma espécie de "norma" geral estadual para concessões e permissões no serviço público", até hoje não foi editada. Omissão do legislador.

Tal omissão implica na impossibilidade de tais concessões ou permissões serem concedidas? Não. Existe, como se disse, norma federal que supre e atende tais la-

cunas. Tal previsão da Carta Estadual exigiria "quorum" privilegiado para votação do projeto de lei em discussão? Não. O que a Constituição pede é lei complementar geral e não específica para cada outorga de concessão.

O "caput" do art. 146, como de resto o "caput" do art. 175 da Constituição Federal devem ser analisados sistematicamente. O vocábulo - SEMPRE ATRAVÉS DE LICITAÇÃO - deve ser entendido em conjunto com outro comando, no caso em apreço. O serviço de distribuição de gás canalizado, por determinação constitucional, só pode ser explorado pelo poder público, direta ou indiretamente. Não há lugar para exclusividade de iniciativa privada, muito menos possibilidade de certame licitatório entre diversas empresas estatais (no caso estaduais) para que licitassem entre si. Há impossibilidade lógica para tal conclusão porque o Texto Constitucional não pode apresentar contradições e, neste caso, a contradição é apenas aparente. Não resiste ao sistema, não resiste ao bom senso.

No que tange ao Decreto Estadual 4645, editado em janeiro de 1989 está o mesmo sendo ratificado pelo projeto de lei apresentado não se podendo cogitar de ausência de recepção porque encontra respaldo nos próprios dispositivos constitucionais comentados. O que o projeto visa é dar início as atividades inerentes à prestação de serviço, independentemente das formalidades necessárias à constituição da empresa segundo legislação pertinente."

Senhor Presidente, teria ainda mais meia lauda e sinto que meu tempo não permite.

Requeiro a V.Exa. que considere como lido o restante deste encaminhamento, desta análise que procuramos fazer através de nossa assessoria, mas gostaria de me dirigir a V.Exa., Deputado Colombino Grassano, nestes segundos que me restam para dizer que tenho por V.Exa. o maior respeito. É sem dúvida alguma um dos Deputados que mais honram esta Casa, mas lamento ter que discordar de V.Exa. depois de uma análise acurada, de um estudo feito com muito cuidado durante estes últimos dias, a partir do momento que pedimos o apoio de V.Exa. para esta matéria ser retirada por três Sessões.

Portanto, eu oriento a Bancada do Governo nesta Casa para que nós aproveamos esta Mensagem do Poder Executivo, evidentemente alterada por uma emenda que estamos encaminhando à Mesa e que será analisada na Sessão de amanhã e que hoje nós nos restringimos a analisar, e votar e aprovar o projeto como veio do Executivo, criando a Companhia Paranaense de Gás.

Muito obrigado. *

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação o projeto. APROVADO.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Peço verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Mesa defere e fará verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Solicito ao 1º Secretário a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk) - Procedo à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Eu peço dispensa, Excelência, regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Solicito aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares para que possamos fazer a verificação de votação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero apenas dizer duas palavras em complemento por ter sido citado diretamente pelo Senhor Deputado José Tavares, a quem respeito e considero, é que eu me sinto apenas no dever de que esta mensagem deve ser analisada como lei complementar e não como lei ordinária. Sou favorável à criação da Companhia Paranaense de Gás. Aceito até mesmo se alterar o rito desta votação. Que se convoque extraordinariamente sessões e até que se estabeleça Comissão Geral de Plenário para dar parecer em Plenário para que não atrase a tramitação desta Mensagem.

De modo que eu apenas me atenho no conceito de que esta matéria deverá ser apreciada como lei complementar e não como lei ordinária. No restante, quanto concessão, a COPEL já tem concessão para explorar. Por que que o Governador manda então para a Assembléia uma mensagem? Se deu uma concessão à COPEL que é uma companhia de economia mista, ela mesmo poderia explorar o gás no Paraná e distribuí-lo. Mas como se trata da constituição de uma nova companhia, deve se prevalecer aquilo que determina o parágrafo único, do artigo 146, da Constituição do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação o Projeto nº 114/94. (Pausa). Trinta Senhores Deputados aprovam o projeto. Deputados que recusam a aprovação do projeto queiram levantar-se. (Pausa) -

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 018/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Imbaú, desmembrado dos Municípios de Telêmaco Borba e Reserva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado** (Publ. no D.A. n° 139/93, de 06.10.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 018/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Resolução n° 018/93, visa criar o Município de Imbaú, demembrado do Município de Telêmaco Borba. A diligência solicitada foi atendida, estando anexo ao processo a CERTIDÃO DO T.R.E. - Juízo Eleitoral da 111.^a Zona Eleitoral. Quanto a súmula estar em desacordo com o texto original, tendo a mais a palavra Reserva, será corrigido na redação final, considerando-se que o artigo 1° do projeto está completo.

Desta forma, opinamos pelo andamento normal do Projeto de Resolução n° 018/93, que autoriza a realização do plebiscito para criação do Município de Imbaú, desmembrado do Município de Telêmaco Borba - PR.

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO

E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 018/93

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de IMBAÚ, a ser desmembrado dos Municípios de Telêmaco Borba e Reserva.

A matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontrou qualquer óbice que impeça a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder. É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

EDSON SILVA LINO - Relator

Colaço, Edson Silva Lino, Júlio Bifon e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Voto contrário do PT e do Deputado Colombino Grassano.

Requerimentos n°s. 1458 e 1481, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1479, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1464 a 1473 e 1498 a 1500, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1461, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1474, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1476, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1478, de autoria do Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1480, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1483, de autoria do Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n°s. 1488 a 1497, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1506 e 1508, de autoria dos Srs. deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1507, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1509 a 1511, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1517, de autoria dos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sobre a mesa, Requerimento n° 1516, de autoria dos Srs. Deputados José Tavares, Toti

Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. **Encaminhe-se como sugestão o requerimento.**

Requerimento n° 1518, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1485 e 1487, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1457, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1475, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1482, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1501 a 1505, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1512, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1486, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sobre a mesa havia um requerimento do Deputado Algaci Túlio.

Solicito informação se foi retirado, um que faz sugestão ao BAMERINDUS para abrir uma agência do Banco entre Curitiba e Almirante Tamandaré.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Foi votado nobre Deputado, e aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Registre o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que atentamente observei e acho que não foi votado, porque nós não somos office-boys de banco privado e nem pesquisador de mercado para sugerir abertura deste ou daquele banco em alguma área do nosso Estado ou região.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu quero esclarecer ao Deputado Rosinha que também não sou "office-boy" do BAMERINDUS, muito embora tenha sido bancário do extinto Banco INCO, hoje sendo BRADESCO, com muito orgulho foi bancário, também. Não sou "office-boy" mas talvez seja "office-boy" de alguns eleitores do PT que fizeram um manifesto a este Deputado, que residem na região da Cachoeira, e que pediram a abertura de uma agência do Banco BAMERINDUS. Estou atendendo um apelo de moradores da Cachoeira, provavelmente dentre eles muitos petistas porque naquela região é forte a presença do PT.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 114/94.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 157, 165, 180, 193, 199 e 203/94.

Levanta-se a sessão.